



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS**  
**PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA**

**PAULO JEFFERSON PEREIRA BARRETO**

**O DISCURSO DA CRISE: ANÁLISE SEMIÓTICA DE ESTRATÉGIAS  
PERSUASIVAS EM CAPAS DE JORNAIS PUBLICADAS DURANTE O GOVERNO  
DILMA ROUSSEFF**

**FORTALEZA**

**2018**

PAULO JEFFERSON PEREIRA BARRETO

O DISCURSO DA CRISE: ANÁLISE SEMIÓTICA DE ESTRATÉGIAS PERSUASIVAS  
EM CAPAS DE JORNAIS PUBLICADAS DURANTE O GOVERNO DILMA ROUSSEFF

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Linguística. Área de concentração: Linguística.

Orientador: Prof. Dr. José Américo Bezerra Saraiva

FORTALEZA

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

- B264d Barreto, Paulo Jefferson Pereira.  
O discurso da crise : análise semiótica de estratégias persuasivas em capas de jornais publicadas durante o governo Dilma Rousseff / Paulo Jefferson Pereira Barreto. – 2018.  
165 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2018.  
Orientação: Prof. Dr. José Américo Bezerra Saraiva.
1. Discurso. 2. Estratégias persuasivas. 3. Semiótica discursiva. 4. Capas de jornais. I. Título.
- CDD 410
-

PAULO JEFFERSON PEREIRA BARRETO

O DISCURSO DA CRISE: ANÁLISE SEMIÓTICA DE ESTRATÉGIAS PERSUASIVAS  
EM CAPAS DE JORNAIS PUBLICADAS DURANTE O GOVERNO DILMA ROUSSEFF

Dissertação de Mestrado apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em  
Linguística da Universidade Federal do Ceará,  
como parte dos requisitos para a obtenção do  
título de Mestre em Linguística. Área de  
concentração: Linguística.

Aprovada em: \_\_/\_\_/\_\_.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. José Américo Bezerra Saraiva (orientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Ricardo Jorge de Lucena Lucas  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Ricardo Lopes Leite  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

## AGRADECIMENTOS

A minha mãe, cujo esforço e dedicação me fizeram ser o que sou, chegar onde cheguei e ir até onde pretendo. A meus avós maternos, também meus pais, que tanto fizeram por mim e a quem tanto amo. A toda minha família mais íntima: irmão, tios e tias de quem tanto gosto. Essa vitória é mais deles do que minha.

Ao professor Américo, não só pelas orientações e pelo ensinamento, mas também pelo apoio, por dividir um pouco de seu tempo comigo quando precisei e, sobretudo, pela confiança no meu trabalho. Isso foi fundamental em muitos momentos.

Aos professores membros desta banca, Prof. Dr. Ricardo Lopes Leite e Prof. Dr. Ricardo Jorge de Lucena Lucas, que aceitaram ajudar a construir este trabalho com suas observações. De modo geral, estendo esse agradecimento a grande parte dos professores que passaram pela minha vida e que são responsáveis igualmente por essa vitória.

Ao Jornalismo, nesses tempos difíceis em termos profissionais e acadêmicos. À UFC, praticamente uma segunda casa. Ao Grupo de Estudos Semióticos da UFC (Semioc), coordenado pelo Prof. Américo e pelo Prof. Ricardo, cujos braços abertos foram reconfortantes para alguém como eu, vindo de outra área e enveredando pela primeira vez na semiótica greimasiana.

Por fim, agradeço imensamente aos diferentes grupos de amigos que me ajudaram em cada etapa deste trabalho e da minha própria vida. À Joyce Lopes que, embora não mais próxima, foi fundamental para eu estar aqui. No Mestrado, agradeço em especial à Monique Lessa, à Maiara Soares e ao Roger Rômulo por terem tornado essa trajetória menos complicada. Fora do Mestrado (mas na minha vida), agradeço aos “obreiros” (piada interna), Maria Viana, Nathanael Filgueiras, Nyara Cavalcante, Larissa Colares e Falkner Moreira. Desde 2014, são amigos que revolucionaram minha vida e a pessoa que eu sou. Registro aqui também meu imenso agradecimento às Andreias (Sousa e Batalha) e à Pamela Lima, presentes que a vida me deu.

Agradeço também a cada boa pessoa que passou por minha vida, aos amigos que o tempo ou a distância separou, mas que trago comigo sempre.

## RESUMO

Pautado na análise de capas de três dos maiores jornais em circulação no Brasil, este trabalho tem como objetivo analisar a mobilização de estratégias persuasivas na emergência do discurso da crise econômica durante o governo Dilma Rousseff. Isso porque, após as eleições de 2014, o cenário político-econômico no país se intensificou devido à polarização política e à recessão econômica, oficializada em agosto de 2015 com o anúncio do Produto Interno Bruto (PIB) nacional. Assim, parte-se do princípio de que a maneira como esse cenário é apreendido pela mídia reflete na percepção que se tem do país nesse momento e, claro, no modo como a isotopia da crise foi arquitetada por cada jornal discursivamente, com vistas a determinados efeitos de sentido. O desafio, entretanto, é desvelar os mecanismos de que se vale o discurso nesses textos para garantir sua eficácia e — persuasivamente — direcionar a significação rumo a determinados simulacros de interpretação. Para isso, toma-se como arcabouço teórico-metodológico a Semiótica Discursiva, na medida em que ela nos permite entender tanto o processo de geração do sentido, quanto o modo como os discursos são estruturados enunciativamente, em função de estratégias variadas. É na esteira dessas estratégias que podem ser pensados os conceitos de persuasão (GREIMAS, 1975; 2014; GREIMAS; COURTÉS, 1979; MENDES, 2009; LANDOWSKI, 2014); discurso em ato (GREIMAS, 1979, 1975, 2014; FIORIN, 1998; SARAIVA, 2012, FONTANILLE, 2008); e, por força do próprio objeto com o qual trabalhamos, sincretismo (FLOCH, 1987; TEIXEIRA et al., 2009; BEIVIDAS, 2012; CORTINA et al., 2014). Só assim é possível perspectivar o encadeamento dos percursos temáticos da economia e da política no jogo sincrético de cada capa em estudo, onde a noção de crise se apresenta como recorte de uma realidade incontestável para o público. E o verdadeiro poder do caráter persuasivo mobilizado nesses textos está justamente na axiologia inegável que o discurso constrói. É possível questionar o tamanho da crise, mas não a sua existência e o fato de que ela é também de cunho político, o que revela posicionamentos ideológicos de cada jornal ao abordar tais questões.

**Palavras-chave:** Discurso. Estratégias persuasivas. Semiótica Discursiva. Capas de jornal.

## ABSTRACT

Based on the cover analysis of three of the most prominent newspapers in Brazil, this paper aims to analyze the mobilization of persuasive strategies in the emergence of the speech attached to the economic crisis during Dilma Rousseff administration. After the 2014 elections, the political-economic scenario in the country intensified due to political polarization and economic recession, made official in August, 2015, with the announcement of the national Gross Domestic Product (GDP). Thus, it is assumed that the way this scenario is comprehended by the media reflects in the perception of the country at that moment and, of course, in the way in which the isotopy of the crisis was architected by each newspaper discursively, with a view to certain effects of meaning. The challenge, however, is to unveil the mechanisms of discourse in these texts to guarantee their efficacy and - persuasively - to direct signification towards certain interpretation simulacra. To achieve this, we take as a theoretical-methodological framework the Discursive Semiotics, as it allows us to understand both the process of generation of meaning and the way in which the speeches are structured enunciatively, in function of the varied strategies. It is in the wake of these strategies that the concepts of persuasion can be thought of (GREIMAS, 1975; 2014; GREIMAS; COURTÉS, 1979; MENDES, 2009; LANDOWSKI, 2014); discourse in act (GREIMAS, 1979, 1975, 2014; FIORIN, 1998; SARAIVA, 2012, FONTANILLE, 2008); and, by virtue of the very object of this research, syncretism (FLOCH, 1987; TEIXEIRA et al., 2009; BEIVIDAS, 2012; CORTINA et al., 2014). Only then, it is possible to envisage the linking of the thematic routes of the economy and politics in the syncretic game of each cover, where the notion of crisis presents itself as a piece of an incontestable reality for the public. In addition, the true power of the persuasive character mobilized in these texts lies precisely in the undeniable axiology that the discourse constructs. It is possible, then, to question the size of the crisis, but not its existence and the fact that it is also political, which reveals ideological positions of each newspaper in addressing such issues.

**Keywords:** Speech. Persuasive strategies. Discursive Semiotics. Newspaper covers.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - número de capas com manchete sobre economia brasileira.....	65
Quadro 02 - número de capas com manchete sobre crise econômica brasileira.....	66
Quadro 03 - corpus selecionado. ....	68
Quadro 4 - configurações temáticas e figurativas - O Globo.....	74
Quadro 5 - o efeito de sobriedade - O Globo.....	84
Quadro 6 - o componente cromático da isotopia da crise - O Globo.....	88
Quadro 7 - efeitos de sentido do componente eidético - O Globo.....	91
Quadro 8 - articulação dos elementos gráficos com estruturas do conteúdo - O Globo.....	94
Quadro 9 - configurações temáticas e figurativas na capa da Folha.....	105
Quadro 10 - relação das cores com efeitos de sentido na capa da Folha.....	116
Quadro 11 - relação das cores com efeitos de sentido nas extremidades da capa – Folha.....	118
Quadro 12 - quadro geral dos encadeamentos temático-figurativos na capa do Estadão.....	131
Quadro 13 - sujeito e antisujeito da crise na capa do Estadão.....	136
Quadro 14 - construção do léxico da crise - Estadão.....	145
Quadro 15 - distribuição de vozes na capa - Estadão.....	148

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: exemplos com capas de jornais.....	44
Figura 2: print ANJ - 10 jornais com maior tiragem nacional em 2015.....	63
Figura 3: concentração de figuras - centro orbital vs. periferias - O Globo.....	76
Figura 4: grau de vínculo sincrético na capa d'O Globo.....	82
Figura 5: cabeçalho da capa - O Globo. ....	85
Figura 6: gráfico – O Globo.....	86
Figura 7: foto destaque – O Globo.....	87
Figura 8: extremidade inferior da capa – O Globo. ....	87
Figura 9: unidades de leitura em blocos de informação – O Globo. ....	90
Figura 10: tamanho e tipos de fontes usadas – O Globo. ....	91
Figura 11: concentração da atenção pelo tamanho das unidades - O Globo.....	92
Figura 12: regiões da capa por disposição topológica dos elementos – O Globo.....	93
Figura 13: blocos de leitura – O Globo.....	95
Figura 14: percurso de leitura plástico - O Globo.....	96
Figura 15: relação centro orbital - periferia na Folha por concentração de figuras.....	108
Figura 16: gerenciamento das cores vermelho e azul no centro orbital - Folha.....	115
Figura 17: gerenciamento das cores na extremidade superior da capa - Folha.....	117
Figura 18: gerenciamento das cores na região centro-inferior da capa – Folha.....	117
Figura 19: jogo de luz-sombra na foto destaque - capa Folha.....	118
Figura 20: organização cromática do anúncio na capa da Folha.....	119
Figura 21: manejo das formas no projeto gráfico da Folha.....	120
Figura 22: exemplos de enunciados verbais com fontes serifadas - Folha.....	121
Figura 23: percurso de leitura na capa da Folha.....	122
Figura 24: graus de vínculo sincrético na capa da Folha.....	124
Figura 25: movimentos breantes na foto destaque – Folha.....	129
Figura 26: centro orbital vs. periferias na capa do Estadão.....	134
Figura 27: predomínio de estrutura retilínea e de cores neutras (branco e preto) na capa.....	139
Figura 28: percurso de leitura na capa do Estadão.....	140
Figura 29: grau de sincretismo plástico com na relação a os temas principais – Estadão.....	141
Figura 30: manejo da cor vermelha canalizada para a recessão econômica - Estadão.....	142
Figura 31: manejo da cor vermelha como expressão da crise política - Estadão.....	143

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2 POR UMA TEORIA DA SIGNIFICAÇÃO.....</b>	<b>20</b>
2.1 Das condições de existência para o sentido na perspectiva semiótica.....	24
2.2 Desdobramentos teóricos.....	26
<b>3 DISCURSO E ENUNCIÇÃO.....</b>	<b>30</b>
3.1 O fazer persuasivo como estratégia discursiva.....	33
3.2 Entre o fazer crer e o crer verdade: um discurso que se quer verdadeiro.....	36
3.3 Do discurso ao texto: a estratégia de textualização.....	39
<b>4 A PROBLEMÁTICA DA EXPRESSÃO.....</b>	<b>42</b>
4.1 Semantismo da expressão.....	45
4.2 Sobre o Sincretismo.....	47
4.2.1 O Texto sincrético.....	49
4.2.2 Da totalidade de significação.....	51
4.3 Por um modelo de análise da expressão.....	56
<b>5 METODOLOGIA.....</b>	<b>62</b>
5.1 Sobre a seleção do <i>corpus</i> .....	62
5.1.1 Seleção do <i>corpus</i> I.....	62
5.1.2 Seleção do <i>corpus</i> II.....	64
5.1.3 Seleção do <i>corpus</i> III.....	66
5.1.4 As capas selecionadas.....	68
5.2 Dos procedimentos de análise.....	70
<b>6 ANÁLISE.....</b>	<b>73</b>
6.1 Capa 1 - O GLOBO.....	73
6.1.1 O discurso da crise (econômica).....	73
6.1.2 Entre o fazer saber e o fazer crer: estrutura semionarrativa em capas de jornais.....	76
6.1.2.1 A narrativa da crise em O Globo.....	78
6.1.3 O jogo sincrético: articulações entre expressão e conteúdo na capa.....	81
6.1.3.1 Sobre o grau de articulação sincrética.....	81
6.1.3.2 As cores do discurso.....	83
6.1.3.3 O componente eidético: as formas do texto.....	89

6.1.3.4 A organização topológica da capa.....	92
6.1.3.4.1 Do ritmo de leitura.....	98
6.1.4 As estratégias enunciativas n'O Globo e o efeito persuasivo global.....	99
6.2 Capa 2 – FOLHA DE S. PAULO.....	104
6.2.1 O discurso da crise (político-econômica).....	104
6.2.2 A estrutura semionarrativa da crise na capa da Folha.....	110
6.2.3 Sobre a estrutura plástica e o sincretismo de linguagens.....	113
6.2.3.1 As cores da crise.....	113
6.2.3.2 O manejo eidético e topológico do texto.....	119
6.2.3.3 Sobre o percurso visual: grau de sincretismo e ritmo de leitura.....	123
6.2.4 Estratégias enunciativas e modos de interação enunciadador-enunciatário.....	125
6.3 Capa 3 – O ESTADO DE S. PAULO.....	131
6.3.1 O discurso da crise (política).....	131
6.3.2 A estrutura semionarrativa da crise na capa do Estadão.....	136
6.3.3 Arranjo plástico: formas, cores e organização espacial na capa do Estadão.....	138
6.3.4 Das relações enunciadador-enunciatário.....	144
6.3.4.1 Ascensão de um enunciadador político.....	146
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>151</b>
<b>8 REFERÊNCIAS.....</b>	<b>156</b>
<b>9 ANEXOS.....</b>	<b>162</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O primeiro esboço deste trabalho foi pensado inicialmente em 2015, num período sociopolítico marcante na história recente do Brasil. O país tinha acabado de passar por uma eleição presidencial muito acirrada no final de 2014 e caminhava para um período conturbado nos quatro anos seguintes, quando haveria novas eleições presidenciais. Além das questões políticas — envolvendo escândalos de corrupção dentro e fora do governo —, havia ali um discurso no noticiário nacional que pautava a noção de crise. E não se tratava apenas de uma crise de ordem política, afetando agentes específicos (governo, partidos ou políticos). Era uma crise que apontava para uma recessão econômica capaz de afetar o Brasil como um todo (as pessoas, de maneira geral, o cidadão comum.). Isso ocorre especialmente após o anúncio oficial<sup>1</sup> do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro no dia 28 de agosto de 2015, indicando retração de quase 2% na economia nacional. Vale lembrar que os jornais impressos geralmente trazem notícias sobre fatos relevantes do dia anterior. Assim, as informações sobre o anúncio do PIB foram publicadas no dia 29 de agosto, não no dia 28 de agosto.

De todo modo, esse acontecimento nos parece relevante, na medida em que o anúncio feito por uma entidade sob responsabilidade do próprio governo cria um efeito de legitimidade para o discurso dessas publicações. O que vinha sendo dito e o que continuou sendo reportado pelos jornais sobre a crise no país — a partir dali — ganha ares de confirmação e até de verdade, como efeito de veridicção. Assim, é possível dizer que o fato do Brasil ter entrado oficialmente em recessão deu margem para a construção (ou reforço) do discurso da crise econômica nos principais noticiários nacionais, especialmente entre os grandes veículos de comunicação que pautam este tipo de assunto.

É exatamente nesse cenário — culminando com o impeachment de Dilma Rousseff em meados de 2016 e com o governo de transição sob Michel Temer até as eleições presidenciais de 2018 — que esta pesquisa dá os primeiros passos. Isso porque compreender o papel dos meios de comunicação diante da emergência de um “discurso da crise” pode nos ajudar a entender melhor esse momento, os acontecimentos que o caracterizam e sobretudo o simulacro discursivo de uma situação que é projetada e repercutida pelos jornais como simulação de uma realidade ontológica e factual.

Por isso, nos propomos a analisar capas de jornais publicadas um dia após o anúncio oficial do PIB. A capa é a porta de entrada da edição de um jornal. Nela, estão as

---

<sup>1</sup> Feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE)

principais pautas do dia, escolhidas a partir de uma série de técnicas e seleções hierárquicas não aleatórias que podem definir o fazer jornalístico como espaço de circulação e de produção de sentido.

Com base nisso, entendemos que empreender a análise semiótica da capa de um jornal impresso é um exercício de leitura do sentido construído pela mobilização de um discurso em que nada é gratuito. Tudo é estrategicamente articulado no manejo dos conteúdos textualizados pelas diferentes linguagens que compõem textos dessa natureza. Afinal, se o sentido é uma direção (GREIMAS, 1975), é necessário desvelar os mecanismos de que se vale o discurso nesses textos para garantir sua eficácia e — persuasivamente — direcionar a significação rumo a determinados simulacros de interpretação.

Nessa perspectiva, este trabalho apresenta uma possibilidade de leitura para o sentido engendrado em capas de três dos cinco maiores jornais em circulação no país na época, tendo em vista o modo como elas foram arquitetadas discursivamente. Desta forma, devemos trabalhar com os jornais Folha de S. Paulo, Estadão e O Globo. Os três se destacam entre os veículos de comunicação brasileiros, somando quase 900 mil<sup>2</sup> cópias impressas e digitais distribuídas para todo o Brasil diariamente, além dos cerca de 30 milhões<sup>3</sup> de seguidores em três das principais redes sociais no país — Facebook, Twitter e Instagram — o que sinaliza um público em potencial para o alcance de suas publicações.

Fazendo parte de conglomerados de comunicação e mídia<sup>4</sup> que dominam boa parte do cenário jornalístico nacional, tais periódicos podem ser encarados como importantes formadores/influenciadores de opinião. Mais do que isso. Na verdade, podemos igualmente falar desses jornais como sujeitos enunciativos que constroem simulacros de realidade (ENTMAN, 1993; BOURDIEU, 1997; LAGE, 2001; MAROCCO, 2005; BERTONI, 2006), realidade cujo fundamento de existência está no próprio discurso, no ato enunciativo — como diria SARAIVA (2012) — a partir do qual se constroem versões sensíveis e inteligíveis do mundo e onde o vivido se apresenta sempre redimensionado.

É sob esse prisma que o discurso jornalístico se apresenta, enfim, como encenação de uma narrativa da própria vida, por conta do contrato fiduciário que anima o enunciatário a receber a informação veiculada na capa como recorte de uma realidade objetiva descrita pelo jornal, simulando a vida como espetáculo para um observador externo (o leitor). Só assim é possível pensar na forma como se constrói o discurso de um país em crise, com um governo

---

<sup>2</sup> Dados da Associação Nacional de Jornais referentes à variação 2014/2015.

<sup>3</sup> Dado coletado em janeiro de 2016 nos perfis de cada jornal nas referidas redes sociais.

<sup>4</sup> Grupo Folha, Grupo Globo e Grupo Estado.

ineficiente, sem apoio político e correndo o risco iminente de perder o poder. A questão que se coloca, no entanto, é como esse discurso da crise no governo de Dilma Rousseff em 2015 foi arquitetado em cada jornal. Interessa, portanto, identificar as estratégias persuasivas mobilizadas por cada uma dessas publicações e como elas concorreram para a apreensão da crise brasileira como desenho de uma realidade projetada em suas capas para o público.

Assim, com base no objetivo central supracitado, pretendemos: 1. Descrever a estrutura semionarrativa da crise nas capas de cada jornal; 2. Examinar os investimentos ideológicos realizados por cada publicação, em função das estratégias breantes e dos temas e figuras selecionadas para manifestar a apreensão semionarrativa da crise; 3. Analisar os efeitos de sentidos gerados pelo sincretismo das linguagens verbal e plástica manifestadas em cada capa; 4. Minuciar como cada um desses processos se entrelaça em função de uma fazer persuasivo global, em que a leitura da capa é feita em sua totalidade e não por cada elemento que a compõe isoladamente.

Supomos, então, que a adesão do leitor ao discurso da crise apresentada nas capas desses jornais resulta de uma estratégia de persuasão global que mobiliza diferentes estratos de geração de sentido no sincretismo das linguagens que as constituem. Conjecturamos que cada jornal organiza, em suas capas, estruturas semionarrativas que participam da construção de sentido para a noção de crise no Brasil e que essas estratégias semionarrativas recebem um investimento breante, temático e figurativo de modo a inscrever um fazer-creer no leitor. Cremos que, neste processo, o sincretismo das linguagens verbal e plástica tende a concorrer como estratégias de persuasão, sobretudo construindo um percurso de leitura onde os elementos da capa possam ser vistos na totalidade da qual fazem parte. Resta saber, entretanto, se e como isso acontece de fato. É o que verificaremos em nossa análise.

Com vistas a atingir nossos objetivos e a verificar a viabilidade de nossas hipóteses, optamos por empreender este estudo sob a perspectiva da semiótica discursiva proposta por Greimas (1975; 2014). Poder-se-ia perguntar, aqui, o porquê de uma aposta epistemológica na semiótica greimasiana e não em linhas teóricas na área da comunicação, já que o autor deste trabalho tem formação em Jornalismo. Não há o que estranhar. Ambas as áreas, na verdade, podem ser encaradas como dois pontos de vista complementares, a partir dos quais se perspectiva o sentido (SARAIVA, 2006).

Nossa escolha, no entanto, parte de uma posição teórico-metodológica que cremos ser mais adequada para a análise dos mais variados tipos de textos ou de textos que trabalham com múltiplas linguagens simultaneamente, sem deixar de considerar o efeito enunciativo global que delas resulta e os discursos construídos tendo em vista o imbricamento dessas

linguagens. É o que acontece em capas de jornais.

Greimas cunhou uma teoria que não só busca dar conta dos processos de construção do sentido, mas que também abre espaço para novas discussões e desdobramentos teóricos capazes de enriquecer as possibilidades de análise dos textos, como veremos mais adiante. Esse modelo clássico é calcado no percurso gerativo do sentido, segundo o qual o processo de geração do sentido pode ser discretizado com base em níveis de significação (o fundamental, o narrativo e o discursivo).

Pretendemos passar por todos os níveis em nossas análises, ainda que haja certa inclinação para o nível discursivo, pois se trata do nível em que as estratégias persuasivas podem ser melhor exploradas no sincretismo de linguagens. Assim, a opção pela semiótica discursiva como base teórica aqui não se dá ao acaso. Se o sentido em si e por si importa menos que sua arquitetura — segundo defende Fiorin (2008) — o primordial, então, é saber como ele se constrói. E é aí que esta visada epistemológica nos pode ser de grande valia.

Para isso, nos debruçamos sobre alguns conceitos específicos que devem guiar esta análise. Além de ter em mente a práxis jornalística como atividade significativa (FIORIN, 2012; ZANINI, 2009; VIZEU, 2003), devemos discutir os conceitos de persuasão (GREIMAS, 1975; 2014; GREIMAS; COURTÉS, 1979; MENDES, 2009; LANDOWSKI, 2014); discurso e enunciação (GREIMAS, 1979, 1975, 2014; BARROS, 2005; SARAIVA, 2012, FONTANILLE, 2012); e, por força do próprio objeto com o qual trabalhamos, de sincretismo (FLOCH, 1987; TEIXEIRA et al., 2009; CARMO J.r, 2009; BEIVIDAS, 2012; CORTINA & SILVA, 2014).

Discussões a respeito desses conceitos vêm de longa data. E não deixam de ser atuais, na medida em que a colocação de novos objetos de análise soma também novos desafios às teorias. Não é diferente com os estudos em semiótica discursiva, porque não se trata de uma perspectiva teórica fechada em si mesma ou pronta, mas em construção, onde novos espaços de investigação ampliam o roteiro de pesquisas na área, abrindo lacunas que precisam ser preenchidas e levantando questões que se colocam conforme avançam os estudos.

Falar do discurso arquitetado em capas de jornais não deixa de ser um desses desafios, porque estamos falando de discursos que, de alguma forma, são impactadas pelo modo como foram textualizados no jogo sincrético entre elementos de ordem absolutamente diferentes. Entre manchetes, fotografias, legendas, charges, anúncios, gráficos e notas, supõe-se minimamente um efeito enunciativo global capaz de tecer pontos de convergência que integram o que aparenta ser uma série de narrativas diferentes a um discurso único, criando condições para a legibilidade da significação construída nesses textos como um todo de

sentido.

Desta forma, ainda que se possa considerar o sincretismo aí apenas como suporte de instâncias que lhe são anteriores — seja a ideia de narratividade, de enunciação ou o próprio percurso gerativo do sentido — é preciso entender que a organização de qualquer discurso, sob esse ponto de vista, é impactada pelo modo como cada texto é mobilizado em função da articulação entre sua expressão e seu conteúdo.

Partindo deste princípio, consideramos que as camadas expressivas presentes nas capas de jornais — enquanto textos informativos que são — não importam apenas no tocante à veiculação e à percepção de conteúdos, tal qual defendem alguns estudiosos da área (GOMES, 2014). É preciso entender que elas também fazem parte do processo de significação e da maneira como, discursivamente, conteúdos são textualizados com vistas a determinadas estratégias persuasivas. Por isso nos preocupamos em considerar a dimensão sincrética desses textos nesta análise.

Não estamos afirmando com isso, entretanto, que o sincretismo — como fenômeno da ordem da expressão — possa, de alguma forma, determinar as estruturas do nível fundamental ou a própria dinâmica da narratividade como elemento definidor da estruturação do sentido em todos os níveis do percurso gerativo, que são fenômenos da ordem do plano do conteúdo. Dificilmente isso seria possível, se é que seria. Mas se existe um nível do percurso capaz de sofrer as coerções da expressão, esse seria exatamente o nível discursivo, porque é o que está na superficialidade do texto e mais próximo das camadas expressivas. É o estágio em que o conteúdo articulado até ali galga, via textualização, sua manifestação.

Então, podemos dizer que o jogo sincrético de um texto é capaz de influenciar o modo como se organiza o discurso que ele projeta e a maneira como as estruturas discursivas são reestruturadas quando elevadas ao nível do texto. Se a mobilização dos encadeamentos temático-figurativos pode ser impactada pelo arranjo topológico das camadas expressivas, por exemplo, isso poderia repercutir na forma como o discurso é apresentado ao enunciatário, gerando efeitos de sentido específicos.

No caso da capa de um jornal, cremos que a disposição de fotos, palavras e elementos gráficos em determinadas regiões, e não em outras, indicam não só hierarquias, mas também pontos de vista que enunciador de cada jornal busca perspectivas em detrimento de outros. De que maneira isso acontece é que precisa ficar mais claro. E há muito espaço para o debate, porque assuntos desse tipo ainda são bastante atuais no âmbito das pesquisas em semiótica.

Nessa perspectiva, algumas questões se colocam, é claro. Quando falamos em sincretismo em capas de jornais, talvez não seja só no que diz respeito à articulação

simultânea entre diferentes linguagens (verbais e/ou plásticas), mas também em relação a um sincretismo discursivo, na medida em que é possível encontrar enredos diferentes sendo desenvolvidos nesses textos, ainda que por eles perpassem um efeito de sentido global e uma coerência narrativa — tal qual defende BERTRAND (2003) — que parece amarrar os encadeamentos figurativos e temáticos numa espécie de *continuum* semântico da cadeia discursiva, construindo uma macronarrativa (ou macrodiscurso) integrada em cada capa. É o que parece acontecer quando veremos a estrutura semionarrativa da crise nas capas.

Um exemplo disso é que — além da manchete — toda capa traz um encadeamento de pequenas notas com uma espécie de resumo das outras notícias destaques na edição do jornal (sem falar dos aspectos gráficos). Cada uma dessas pequenas notas pode muito bem ser entendida como um texto, quando tomadas isoladamente. Esse texto diz algo, conta uma estória, tem um enredo, uma estrutura narrativa enriquecida discursivamente com aspectos ideológicos, figuras, temas... Enfim, o fato é que essas pequenas notas podem ser pensadas como estruturas microdiscursivas quando consideradas em termos do todo que constitui o texto capa (com a manchete, os anúncios, os gráficos...). E só a ideia de uma coerência global nos permitiria pensar esse encadeamento de microdiscursos inseridos numa estrutura macrodiscursiva principal, apresentada na totalidade da capa.

Esse entendimento, entretanto, também nos leva a mais algumas questões. Em seus estudos, Hernandes (2006) diz que as capas de jornais são constituídas por blocos de informação organizados pela diagramação<sup>5</sup> que as constrói. De fato. Parece ser o que acabamos de discutir, porque a estrutura gráfica da capa de um jornal é como uma grande colcha de retalhos, embora os elementos que a compõem não sejam dispostos aleatoriamente. Isso nos faz perguntar como esses blocos são estruturados com base nas estratégias de persuasão que cada jornal mobiliza para construir efeitos de verdade. Como essas estratégias persuasivas sugerem um fazer-interpretativo global, capaz de abarcar esse universo de elementos estranhos entre si, à primeira vista?

O próprio Hernandes — no livro *A mídia e seus truques* (2006) — chega a estudar as estratégias de gerenciamento do nível de atenção em capas de jornais, à luz da semiótica discursiva. O autor faz um apanhado dessas estratégias como manejos persuasivos utilizados no jornalismo para captar, sustentar e fidelizar a atenção dos leitores. Embora seja um trabalho muito bem sucedido no seu intento, nos parece que tais estratégias são apenas uma parte do jogo persuasivo esquematizado nas capas de jornais. Não se explicou ainda, de fato, como

---

<sup>5</sup>Processo de composição gráfica do jornal.

esses textos podem ser estruturados não só para gerenciar ou fidelizar a atenção do enunciatário, mas também para garantir a leitura integral do sentido neles esquematizado.

É necessário reconhecer que a capa de um jornal impresso é constituída por diferentes elementos de diversas ordens, conforme já mencionamos. Isso sem contar na maneira como esses elementos estão dispostos ou na composição cromática e eidética do arranjo textual de cada capa. No mínimo, temos de pensar na existência de um percurso de leitura (SORIN, 1996, LIMA, 2010, DISCINI, 2003) geral que orienta a apreensão e o entendimento desses textos, de modo que seja possível entendê-los como um arranjo discursivo coeso.

Nesses caso, a problemática é compreender como o texto aponta para determinados entendimentos. Ou ainda, como se constrói uma coerência discursiva/narrativa no texto diante desse emaranhado de elementos. Afinal, Em que medida podemos considerar o sincretismo da capa como uma totalidade significativa — eivada de uma estratégia persuasiva global — se mesmo o jogo sincrético que articula cada linguagem pode ser medido em diferentes graus, tal qual defende Carmo Jr. (2009)? Se há mesmo um processo de neutralização/suspensão entre essas linguagens — de modo a resultar num efeito enunciativo único no texto — resta saber também como se mantém a especificidade de cada uma delas ante a totalidade da qual fazem parte e ajudam a compor.

Todas essas questões devem ser respondidas e dificilmente poderemos chegar a qualquer conclusão precisa deixando em segundo plano o sincretismo a partir do qual as narrativas jornalísticas são organizadas discursivamente e os conteúdos textualizados e manifestados em função de um ou mais fazeres persuasivos. Fazer isso seria restringir o estudo da significação em textos dessa natureza a uma única dimensão.

Neste sentido, esta pesquisa pode ganhar contornos especiais e trazer, de certa maneira, algumas contribuições para as discussões feitas até aqui. Primeiro, porque ainda há um vasto campo de análise a ser desbravado na área, especialmente em se tratando de análises cujos objetos sejam especificamente capas de jornais.

Até aqui, muitos trabalhos com análises de capas de revistas vêm sendo desenvolvidos por diferentes pesquisadores (HERNANDES, 2004; MORAES, 2008; RAMALDES; PRADO, 2008; MENDES, SANTOS, COELHO, 2010; FELICÍSSIMO, 2012; CABRAL, 2013; CRESTANI, 2014; MESQUITA; REBOUÇAS, 2015; ALEXANDRE, 2016). Mas pouco se tem visto discussões em relação às capas de jornais impressos (DOMINGOS, 2001; HERNANDES, 2006; SOARES, 2009, MOURA, 2015, CAETANO; TAVARES, 2014). E vale apontar que nem todas lidam diretamente com uma noção de discurso junto ao sincretismo nesses textos, ou como essas instâncias mobilizam estratégias diferentes para criar

efeitos veridictórios de maneira global, onde — em uma única capa — notícias aparentemente díspares apontem para o mesmo direcionamento de sentido.

Capas de jornais e capas de revistas têm estruturas e características de composição muito diferentes e acreditamos que isso influencia na forma como essas publicações definem estratégias persuasivas e asseguram um sentido global para si. Por isso, fomentar pesquisas que tratem desses objetos de forma mais específica poderia trazer novas contribuições teóricas no âmbito dos estudos em discurso, em enunciação e em sincretismo como fenômenos semióticos.

Todas essas discussões são de extrema importância para o entendimento dos propósitos desta pesquisa, porque, na condição de objetos jornalísticos e semióticos, as capas têm muito a dizer, e o que está em jogo nelas não é a simples transmissão de informações, mas de valores, inclusive ideológicos. A questão é saber o que dizem, como dizem, para quem dizem e por que dizem. Só uma análise apurada, exaustiva e coerente com a teoria sobre a qual se propõe trabalhar aqui pode responder esses questionamentos.

Assim, no primeiro capítulo desta dissertação, devemos fazer uma discussão inicial sobre a teoria semiótica discursiva, seus principais postulados, a ideia do percurso gerativo do sentido e os níveis de significação, bem como seus desdobramentos mais atuais. Isso porque, embora, no começo, boa parte dos estudos nesta área tenha se centrado no plano do conteúdo (O próprio percurso gerativo proposto por Greimas é para análise deste plano), o que se vê atualmente é uma mudança de perspectiva que busca ampliar a compreensão da arquitetura do sentido abrangendo as camadas expressivas, sem necessariamente negar o caráter imanente da significação.

No segundo capítulo, devemos focar mais especificamente no nível discursivo do percurso gerativo e explicitar suas relações com as instâncias enunciativas definidoras do próprio discurso e de suas estratégias para um fazer persuasivo; os contratos que definem as relações entre enunciador e enunciatário; a definição de pontos de vistas e os meandros do discurso veridictório no jornalismo.

No terceiro capítulo, devemos discutir o sincretismo de linguagens que define a capa de um jornal como texto sincrético, além das relações que o plano da expressão pode estabelecer com o plano do conteúdo para definir efeitos de sentido, em pretexto de fazeres persuasivos.

No quarto capítulo, esboçamos os procedimentos metodológicos que guiaram a seleção de nosso *corpus* e a maneira como análise que pretendemos empreender foi esquematizada.

Por fim, no quinto capítulo, apresentamos nossa análise. Analisamos as três capas selecionadas separadamente e depois relacionamos cada uma delas, de modo que seja possível estabelecer paralelos entre semelhanças e/ou diferenças. Após isso, apontamos nossas considerações finais.

## 2 POR UMA TEORIA DA SIGNIFICAÇÃO

As ciências humanas de maneira geral têm se debruçado sobre a questão do sentido em muitos casos, mas — tomando como parâmetro as análises que pretendemos empreender neste estudo — nosso olhar volta-se para a semiótica de linha francesa, cujos fundamentos foram postulados inicialmente pelo linguista lituano Algirdas Julius Greimas no final da década de 60 com a publicação de *Semântica Estrutural* (1966). Este livro delineia os primeiros passos para uma semiótica do discurso, preocupada em definir as bases de uma teoria da significação que atendesse às demandas de diferentes áreas do conhecimento sobre os processos de geração do sentido.

Conforme Fontanille e Zilberberg (2001, p. 55) não se trata de dizer que a semiótica, assim, buscava/busca ditar suas hipóteses, no tocante ao estudo do sentido, em detrimento de outras perspectivas teóricas. Na verdade, o que estava em jogo era conceber um arcabouço teórico-metodológico que permitisse a vocação científica da significação, oferecendo inclusive uma metalinguagem coerente e apropriada aos estudos que exploram questões desta ordem. Por isso, a necessidade, por exemplo, de formular um *Dicionário de Semiótica* (GREIMAS; COURTÉS, 1979).

Então, essa problemática está no cerne do surgimento da semiótica greimasiana e foi o que, em grande medida, moldou a teoria. Inicialmente, ela foi fortemente influenciada pelo estruturalismo saussuriano e hjelmsleviano, mas deslocou o eixo dos estudos linguísticos rumo ao sentido, que — segundo esta visada — só poderia ser apreendido por meio das formas de linguagem e, mais concretamente, dos discursos nos textos. Para Greimas (1973, p. 83), a linguagem é uma forma e sua manifestação resultaria na aparição dos efeitos de sentido assimiláveis à substância de um dado conteúdo<sup>6</sup>.

Essa mudança de foco implicou uma revisão na concepção de língua, na medida em que esta não era mais vista apenas como um conjunto de signos — tal qual defendia Saussure ([1916] 2006) — mas sobretudo como uma reunião de estruturas de significação (GREIMAS, 1973, p. 30). Assim, a semiótica discursiva lança novos horizontes em relação aos estudos estruturalistas iniciais e se diferencia da teoria dos signos proposta por Charles Sanders Peirce, a quem se atribui o desenvolvimento de uma semiótica de cunho mais cognitivo e lógico. Ao fim e a cabo, a perspectiva greimasiana não se volta para o signo, mas para o sentido que ele suscita e articula. Seu objeto de estudo está, segundo lembra Bertrand

---

<sup>6</sup> Conferir os conceitos de forma e substância em Hjelmslev (1975).

(2003, p. 15), nas relações estruturais, subjacentes e reconstrutíveis da significação, porque o sentido é relacional e ele só se torna passível de análise quando se discretiza sua construção discursiva.

Desta forma, a mudança de foco, na verdade, foi em direção ao estudo da significação enquanto processo de geração de sentido, e não ao estudo do sentido em si. Isso porque — se o sentido só pode ser apreendido via linguagem e sua produção está circunscrita a ela — falar sobre ele é sempre um ato de tradução (Greimas, 1975, p. 13) e também um ato significante, na medida em que produz sentido, mediante a transposição de um nível de linguagem a outro, de uma linguagem a uma linguagem diferente, onde o próprio sentido não seria mais do que esta possibilidade de transcodificação.

[...] a produção de sentido só tem sentido se for a transformação do sentido dado; a produção de sentido é, por conseguinte, em si mesma, uma formação significativa, indiferente aos conteúdos que transforma. O sentido, enquanto forma do sentido, pode ser definido então como a possibilidade de transformação do sentido. (GREIMAS, 1975, p. 15)

Nesta perspectiva, o sentido em si seria algo sempre da ordem do inalcançável mesmo. O que importa, de fato, é a sua arquitetura e como ele é mobilizado. Ou seja, o modo de fazer sentido, porque isso é o que, em alguma medida, o torna operacionalizável. Interessa, portanto, a maneira como a significação é manipulada nos discursos com vistas a determinados efeitos nos textos, porque fundamentalmente aquilo a que nós temos acesso é o “parecer do sentido”, os simulacros que dele se constroem como significação manifestada.

Essa mudança de eixo rumo ao estudo científico da significação é uma mudança importante, porque implicou também a revisão do objeto sobre o qual seria possível estudar o sentido. Para a semiótica greimasiana, o sentido não é da ordem da palavra, da frase e — de modo geral, de elementos isolados — mas do texto, do universo de elementos que o compõem em sua totalidade. Assim, o sentido de uma unidade do texto não é gerado e nem pode ser apreendido na sua individualidade, portanto, mas apenas no jogo de relações, de diferenças e de identidades que ela estabelece com as outras unidades que ocupam posições distintos na totalidade do sistema. Essa noção ganha força quando consideramos a herança estruturalista da teoria semiótica desenvolvida por Greimas, porque a concepção estruturalista tendia a ver o texto como “entidade autônoma de dependências internas” (HJELMSLEV, 1975).

É nesta conjuntura, portanto, que a concepção de texto passa a ser a de conjunto significante. Para entender esse posicionamento é preciso mais uma vez voltar à herança estruturalista da semiótica greimasiana. Baseado nos postulados de Saussure e, posteriormente, Hjelmslev, Greimas (1975, p. 38) considera a linguagem como uma forma

obtida pela conjunção de duas substâncias diferentes que têm cada uma a sua forma própria: a substância da expressão e a substância do conteúdo. Na perspectiva hjelmsleviana, expressão e conteúdo são os dois planos da linguagem. Este seria da ordem de sua estrutura imanente e aquela da ordem de sua manifestação. O que define cada plano é a relação de solidariedade estabelecida entre ambos.

A concepção de texto — nesse caso — pressupõe, portanto, a reunião dos dois planos. Tomado como conjunto significante, ele só pode ser entendido como todo de sentido, independentemente de sua natureza (visual, verbal, sincrético...). O texto é a porta de entrada para o estudo da significação, porque é o espaço em que o conteúdo é manifestado em camadas expressivas diversas e onde o sentido é construído e reconstruído. Então, pelo princípio da imanência, a semiótica greimasiana foca no nível textual. E, nesta ótica, tudo seria texto ou conjunto significante.

Obviamente, não se trata de negar os percursos contextuais (históricos, sociais, políticos etc) nos quais cada texto está inserido. Se entendermos o contexto como construção discursiva, podemos tomá-lo como “unidade linguística maior onde se encaixa uma unidade linguística menor” (FIORIN; SAVIOLI, 2003, p. 12). Assim, se o contexto de uma unidade textual é o texto em que ela está inserida, o contexto do texto são os demais textos (política, história, economia etc) com os quais ele dialoga. Isso preserva tanto a noção de imanência, porque tudo só é apreendido via linguagem, quanto a ideia de que o que nós temos acesso são textos.

Partir deste princípio, portanto, implica tomar o texto como o local de exercício da prática semiótica, ou seja, o conjunto dos fatos que o semioticista se presta a analisar efetivamente, segundo Fontanille (2012, p. 85). Assim, é possível pensá-lo como objeto e produto de sua análise, visto que é na manipulação dos conjuntos significantes que se constroem os objetos semióticos e mesmo a significação que lhes sustentam, tal qual defende Saraiva (2012, p. 44), para quem “o modelo teórico-metodológico que permite tal prática não deve assumir feições dogmáticas; deve, sim, estar atento às suas lacunas para corrigi-las”.

Neste ponto, concordamos com Barros (2005, p. 11), para quem só assim a semiótica poderia pensar a dimensão textual ora como objeto significante — pela organização ou estruturação que faz dele uma totalidade de sentido — ora como objeto de comunicação, que se estabelece entre um destinador-enunciador e um destinatário-enunciatário. Isso porque, o sentido é também uma direção, definível a partir de uma intencionalidade (GREIMAS, 1975). Nesta perspectiva, desvelar como o texto diz o que diz nos permite

entender o modo como as estruturas significantes são mobilizadas para agenciar efeitos específicos tanto no processo de sua produção quanto no processo de sua apreensão.

Para isso, Greimas propõe um arcabouço teórico e metodológico que guia a orientação do estudo da significação a partir de, pelo menos, três condições para a teoria semiótica. Ela precisa ser 1. Geral, na medida em que seu foco recai em todos os tipos de textos, indiferente à sua manifestação; 2. Sintagmática, porque seu escopo é estudar a produção e a interpretação dos textos em sua totalidade (expressão e conteúdo); 3. Gerativa, na medida em que concebe a construção do sentido na estruturação do texto em patamares/níveis distintos de significação, criando um percurso significativo.

O percurso gerativo do sentido proposto pelo linguista representa a economia geral da teoria semiótica discursiva. Trata-se essencialmente de um simulacro teórico que tem servido de suporte metodológico para explicar o processo de produção e apreensão do sentido nos textos e, ao mesmo tempo, de construção do discurso.

Trata-se de pensar o discurso em seu percurso de geração, desde o nível mais elementar, em que a significação assume uma estrutura simples, mas abstrata, passando pelo nível narrativo, em que os valores do primeiro nível são inscritos nos objetos e desejados pelos sujeitos, até chegar ao nível discursivo, onde se dão os investimentos temáticos ou figurativos das estruturas narrativas anteriores, para enfim manifestar-se numa linguagem. (SARAIVA, 2012, p. 51)

O percurso é estruturado em uma sucessão ascendente de três níveis de significação: o fundamental, o narrativo e o discursivo<sup>7</sup>. Cada nível pode ser pensado conforme arranjos sintático-semânticos. A sintaxe constitui a instância que ordena os conteúdos em cada nível, enquanto a semântica maneja os conteúdos investidos nos arranjos sintáticos de nível para nível.

Assim, cada nível de significação tem autonomia em relação aos demais, na medida em que podem ser analisados isoladamente, mas — no conjunto geral — são interdependentes, porque é a transformação semântica entre um patamar e outro que garante a geração progressiva do sentido, da estrutura mais elementar — onde repousam os valores sobre os quais se assenta o discurso — ao nível discursivo propriamente dito.

A geração da significação, entretanto, não passa antes pela produção dos enunciados e sua combinação no discurso. “Em seu percurso, ela é revezada pelas estruturas narrativas e são estas que produzem o discurso significativo, articulado em enunciados”

---

<sup>7</sup> A literatura rica em relação à explicação de como se estrutura o percurso nos permite seguir adiante sem detalhamentos exaustivos e repetições desnecessárias. De qualquer modo, sugere-se como leitura na área Fiorin (2013), Barros (2005) e Greimas (1975, 2014).

(GREIMAS, 1975, p. 146). E é aí que reside a excelência deste modelo e o ganho que ele representa à economia da teoria semiótica, na medida em que dá conta não só do processo para uma análise científica da significação, mas, de alguma maneira, das condições para que se possa pensar cientificamente o sentido — ou sua construção — como objeto de análise.

## **2.1 Das condições de existência para o sentido na perspectiva semiótica**

A semiótica se volta para o estudo da significação tendo como pressupostos algumas premissas. A primeira delas é que só se pode falar de sentido, porque parte-se do princípio de que há sentido. Por isso, Greimas (1973, p. 11) diz que o mundo humano é essencialmente o mundo da significação e só pode ser chamado de humano na medida em que significa algo. Para o linguista (1975, p. 36), o “sentido aparece sempre como um dado imediato ao homem, o que basta para ele viver e agir num mundo significante”. A questão do estatuto estrutural da significação, contudo, só se coloca no projeto de sua descrição científica.

Nesses termos, o “há sentido” pode ser visto, então, como a cláusula básica de um contrato que se dá em pelo menos duas perspectivas. De um lado, em função de relações enunciativas — entre as instâncias do enunciador e do enunciatário. Se consideramos que ambos precisam crer na existência do sentido para efetivação deste contrato. Neste processo, a transposição do sentido só se efetivaria quando o enunciatário — crendo no “haver sentido” — põe-se em ação com todo seu aparato afetivo-cognitivo, tornando-se sujeito intencional a um “objeto” qualquer e o fazendo significar como texto. Vale lembrar que, como não é possível descrever o modo de recepção do objeto “sentido” pelo enunciatário de carne-e-osso, cabe ao semioticista se debruçar sobre o texto para, nele, identificar as significações que fazem o enunciatário funcionar. Isso reforça a concepção de texto como objeto de comunicação, na medida em que ele é a via de acesso aos simulacros de sentido, e coloca em jogo o caráter interacional da significação, porque a suposição de um “há sentido”, nesse caso, se alicerça numa relação interativa.

De outro, não só em função das relações enunciativas no texto, mas também em função da relação análise-texto, que é o que constrói o texto como objeto significante. Desta forma, o fazer semiótico só é possível quando pressupõe a existência do sentido, porque é isso que permite ao semioticista colocar em funcionamento seu aparato teórico e metodológico para desvelar o modo como a significação é estruturada discursivamente e manifestada textualmente.

Neste ponto, nos parece pertinente uma ressalva, porque falar da pressuposição de um “há sentido” é arriscado para uma teoria cujo fundamento não é apriorístico. Se o sentido não existe *a priori*, se não é um dado do mundo pronto para ser apreendido, só podemos falar dele como potência. Então, a condição de existência-base do sentido é que ele seja, antes de mais nada, encarado como potência de sentido. Apenas desta maneira seria possível concebê-lo em outros termos e tentar compreender sua arquitetura.

Além disso, como vimos, o sentido só pode ser entendido pelas relações e diferenças que definem a significação. Assim, só é possível apreender uma dada totalidade significativa pelo caráter descontínuo de suas diferenças e pelas relações estabelecidas entre suas partes e de cada uma delas com todo em que estão inseridas.

O que a ideia de um percurso de significação — como o proposto por Greimas — faz, todavia, é reforçar a necessidade de pensarmos o sentido também em termos de transformações. Não por acaso, o percurso gerativo é estruturado em função de níveis diferentes de significação. A própria ideia de percurso aponta para algo de natureza variante (e progressiva), na medida em que o estágio seguinte é sempre sucessivo em relação ao anterior.

Assim, o estatuto do sentido não é só da ordem do relacional e do diferencial, mas igualmente do transformacional. Ousamos dizer que é justamente a possibilidade de sua transformação que garante concebê-lo tanto pelas suas relações quanto pelos seus traços distintivos. Isso porque o resultado de uma transformação nunca é igual ao ponto de partida e é a diferença entre as duas posições o que possibilita relacioná-las.

Então, se o sentido é uma possibilidade de transposição — como defende a perspectiva greimasiana — devemos tomá-lo com base no caráter transformacional que o viabiliza, seja de termo a termo em um dado sistema, de nível a nível no percurso, de categoria a categoria entre o plano da expressão e o plano do conteúdo ou de linguagem a linguagem.

Esse entendimento gera um ponto de reflexão interessante, uma vez que permite pensar como a significação é estruturada em termos de relação, de diferença e de transformação nos conjuntos significantes, tanto numa perspectiva do plano do conteúdo (estruturas imanentes) quanto na expressão (a nível de manifestação).

Para a semiótica greimasiana, a construção do sentido é de ordem imanente, tanto que o percurso gerativo é pensado em termos do plano do conteúdo, mas o próprio Greimas (1975, p. 35) já alertava para o paralelismo entre os dois planos, considerando o plano da expressão como sendo constituído de traços diferenciais, que são a condição da presença do sentido articulado. Conforme foi dito, a presença de traços diferenciais implica a presença de

relações e, conseqüentemente, de transformações, porque se há paralelismo entre os planos, toda mudança de expressão corresponde a uma mudança de conteúdo.

Isso abre espaço para uma gama de estudos cujo fundamento é entender qual o papel das camadas expressivas no processo de significação. Afinal, se o sentido é gerado no plano do conteúdo, como sua manifestação (que pode ser variável) afeta sua arquitetura? Esta é uma das questões que estão no cerne de importantes linhas de pesquisa em semiótica atualmente e que apontam para a necessidade da teoria está sempre em (re)construção também.

## **2.2 Desdobramentos teóricos**

Ao propor o percurso gerativo do sentido, Greimas se debruçou sobre a maneira como a significação é estruturada de modo geral nos conjuntos significantes (textos), tendo como foco o plano do conteúdo, visto que as estruturas discursivas — último patamar do percurso — serão manifestadas como texto apenas quando se unirem a um plano de expressão para galgar o nível da manifestação.

Se se parte do princípio de que o mesmo conteúdo pode ser expresso de diferentes maneiras e por diferentes recursos, não seria estranho considerar a expressão como instância de segundo plano nos processos de geração do sentido, porque o cerne acabaria, de fato, recaindo sobre o conteúdo dos textos e não sobre a forma como ele se manifesta.

Isso deu margem a algumas críticas à proposta greimasiana inicial, porque negar o papel das camadas expressivas na significação torna — de certo modo — menor sua contribuição na maneira singular como os conteúdos podem ser articulados textualmente, impactando a o modo de apreensão do sentido.

Nesta perspectiva, como o nível discursivo do percurso é também o mais superficial e próximo à manifestação, o discurso acaba sendo uma região de fronteira tensa, onde a articulação dos conteúdos sofre impactos ao alcançar as camadas expressivas, gerando efeitos de sentido singulares. Assim, na medida em que os estudos em semiótica se voltaram para a dimensão discursiva, foi preciso dar conta dessas questões, estendendo o leque de pesquisas e as problematizando à luz da teoria, de modo que fosse possível ampliar o entendimento da arquitetura do sentido para além dos limites estritos do conteúdo, abrangendo sua articulação com a expressão sem, com isso, negar o caráter imanente da significação.

Conforme mencionamos, as bases da semiótica greimasiana foram definidas por volta da década de 60, incorporando e desenvolvendo outras discussões de lá pra cá. Foi assim

com o conceito de paixões — definidas como arranjos modais que determinavam o ser do sujeito, seus estados de alma, foi assim com o conceito de enunciação e foi assim, inclusive, com a ideia de uma dimensão plástica assumida também como campo de significação. O próprio Greimas ([1978] 1984) já abordava esta problemática na década de 70, segundo aponta o pósfácio de uma coletânea de artigos sobre semiótica visual.

Isso revela pelo menos duas perspectivas que merecem atenção. A primeira delas é que a teoria é um constante fazer e refazer a si mesma. Ou seja, não estamos falando de um debate fechado, porque cada novo objeto de pesquisa soma desafios ao quadro teórico que a constitui. O segundo ponto a considerar — diretamente relacionado ao primeiro — é que a própria teoria constitui um modelo que parece dar conta das possíveis lacunas oriundas de seu avançar teórico. Assim, não ter abarcado toda sorte de questões em seus passos iniciais não significou/significa necessariamente sua impossibilidade em lidar com assuntos que ainda estejam por ser melhor entendidos ou abordados.

De acordo com este modo de ver, concordamos com Saraiva (2012, p. 43) e preferimos falar não de uma ruptura de paradigmas entre o que vem sendo discutido recentemente e o que se postulou de início, mas muito mais em um afloramento de questões já vislumbradas, em certa medida, pela teoria em seu início e postas à margem por uma ou outra razão até que — dispondo de novos instrumentos de investigação — a semiótica pôde efetivamente voltar-se para elas.

Embora hoje se considere — por exemplo — que o percurso gerativo do sentido não dá conta sozinho da complexidade da significação (BERTRAND; CORTINA; SILVA; STANGE, 2014), não se nega sua importância na análise do sentido. Ao contrário, em grande parte, ele continua balizando os estudos na área. O que temos visto é exatamente a convergência entre os desdobramentos mais atuais da teoria com o modelo inicial de Greimas. Por isso, fala-se muito hoje nos efeitos de sentido a partir das relações semisimbólicas entre categorias do plano do conteúdo e do plano da expressão em textos de natureza visual ou verbovisual.

Tem-se aí uma tentativa de promover análises capazes de abarcar a especificidade de cada plano, tanto em termos do percurso gerativo no conteúdo quanto na sua relação com elementos de ordem plástica que compõem as camadas expressivas, porque se se parte do princípio de que o objeto da semiótica são os conjuntos significantes, então seria preciso entendê-los em sua universalidade (expressão e conteúdo), e não restringir as discussões a uma única dimensão.

É nessa perspectiva que se tem falado também em práticas semióticas, práxis enunciativa e inclusive no que seria um percurso gerativo do sentido no plano da expressão (FONTANILLE, 2008), ainda que sejam discussões em andamento e que precisam ficar mais claras<sup>8</sup>. O fato é que, o debate atual parece realmente tender a abordar três direções distintas no que tange aos estudos em semiótica discursiva: (i) o que está aquém do percurso gerativo inicialmente proposto por Greimas; (ii) o que está além desse percurso; e (iii) o que fica “fora” dele.

Segundo Silva (2014, p. 233), no primeiro caso, estariam os estudos sobre as precondições do sentido, em termos tensivos e fóricos. Fala-se de um sujeito subsumido por um corpo que sente/percebe, e — desta forma — como a afetividade pode tomar parte na produção do sentido. Obviamente, refere-se a uma afetividade/percepção simulada, instaurada na linguagem e que nos possibilita pensar a categorização do vivido a partir de modulações tensivas<sup>9</sup>. É o que dá fôlego às pesquisas em tensividade no âmbito da semiótica.

No segundo caso, seguem os estudos sobre enunciação. A questão da enunciação ganhou destaque na teoria quando foi convocada para o percurso gerativo do sentido, porque era preciso explicar a maneira como as estruturas semânticas do nível fundamental deste percurso são constituídas e convocadas para o âmbito discursivo e só a ideia de transformação de um nível de significação a outro não dava conta deste problema. Nesse caso, o estudo da enunciação era válido, na medida em que ela explicita o modo como se opera, se seleciona e se organiza as categorias presentes no discurso, de uma ponta a outra do percurso. Muito embora a semiótica tenha se voltado para esta problemática já na década de 1970, ainda hoje seus desenvolvimentos são muito presentes, especialmente na relação que se faz entre a instância enunciativa com discussões sobre argumentação, *ethos* e mesmo quando pensamos em uma possível dimensão narrativa da enunciação, apreendida via discurso.

No terceiro e último caso, inserem-se os estudos que perspectivam a expressão como parte do processo de significação. Nessa seara, estão discussões sobre níveis de pertinência, percepção simulada via figuratividade, semisimbolismo e sincretismo. De maneira geral, defende-se que as camadas expressivas não servem apenas de suporte para conteúdos. Elas definitivamente os reconstroem e, portanto, participam do processo de significação, estabelecendo relações entre categorias dos dois planos que modificam o modo de apreensão do discurso e dos efeitos de sentido neles imbricados.

---

<sup>8</sup> Conferir Tópico “Por uma metodologia de Análise da Expressão”, no terceiro capítulo desta dissertação.

<sup>9</sup> Nestes termos, a percepção é para a semiótica o lugar de “passagem do contínuo para o descontínuo, quando se engendram as categorias sobre as quais se irão erigir as bases do sentido, os sistemas de valor e, conseqüentemente, os conjuntos significantes que são os textos” (SARAIVA, 2012, p. 55).

Assim, cada campo aberto de estudo vai exigindo mais da teoria. Os novos focos e os novos objetos obrigam a semiótica a reformular também sua metodologia para dar conta dos mais variados tipos de textos. Soma-se a isso a necessidade de propor uma metalinguagem capaz de abarcar o que vem sendo discutido em cada horizonte diferente de pesquisas, afinal, é o que viabiliza a descrição científica dos conjuntos significantes em sua totalidade.

Se o percurso gerativo de Greimas não abarca as camadas expressivas e mesmo as relações semisimbólicas — propostas por Floch (1987) — já não conseguem explicar, de todo, como conteúdo e expressão podem ser analisados em conjunto<sup>10</sup>, é preciso definir diretrizes que permitam o caminhar teórico da semiótica rumo a essas questões. Trata-se, portanto, de um desafio que se coloca para o fazer semiótico, cujo quadro teórico-metodológico precisa estar aberto às suas possibilidades e evidentemente alerta quanto às lacunas que coloquem em risco sua coerência.

Concordamos que é na prática analítica onde se constituem as bases para a avaliação da eficácia da teoria. Só assim é possível pensá-la como um fazer e um fazendo-se ao mesmo tempo, porque é na manipulação dos textos que se constroem os objetos semióticos — na condição de conjuntos significantes — bem como a significação que lhe sustentam, na medida em que eles são a única via de acesso ao sentido.

---

<sup>10</sup> Conferir capítulo 4 desta dissertação.

### 3 DISCURSO E ENUNCIÇÃO

Pensar a significação numa perspectiva estratificada — como defende a Semiótica — é partir do princípio de que o discurso se situa num determinado patamar do percurso gerativo do sentido. E, como o percurso recobre diferentes níveis, dos quais o discurso é o mais superficial e próximo das camadas expressivas, é de se imaginar que ele de algum modo sinaliza a própria arquitetura discursiva.

Por essa razão, Greimas e Courtés (1979, p. 127), no Dicionário de Semiótica, tratam o discurso como uma "massa folheada, com níveis de profundidade distintos", porém interligados. Seguindo essa lógica, portanto, o discurso seria o resultado de articulações significantes que incidem sobre a manipulação das formas profundas, tanto no que diz respeito às oposições elementares, do nível fundamental, quanto às estruturas narrativas.

Esse entendimento é particularmente importante, porque nos permite pensar a problemática discurso-significação como uma via de mão dupla. Se por um lado, o percurso do sentido simula, em grande parte, a arquitetura do discurso, por outro, em termos de discurso, pressupõe-se a trajetória — por assim dizer — do próprio percurso de significação.

Só assim é possível entender como a concepção de discurso estaria vinculada à construção do sentido, na medida em que ambas tendem para uma ótica gerativa. No caso do discurso, porque — como simulacro do percurso — seu ponto de vista, conforme defende Fontanille (2012, p. 89), parte "das estruturas de conteúdo mais gerais para recuperar progressivamente a diversidade e as particularidades da expressão". E, desta forma, ele seria "o ponto de vista que se empenharia em nos apresentar uma representação da produção semiótica" (Ibidem, p. 90).

Como isso acontece, nós veremos ao longo deste trabalho. Mas, de todo modo, tem-se aí uma questão que talvez nos leve imediatamente ao ponto central dessa problemática: a assunção de uma instância enunciativa por trás da perspectiva gerativa que incide tanto no discurso quanto na base da significação propriamente dita.

No caso do discurso, porque — seguindo a tradição benvenistiana — a semiótica parte do princípio de que a enunciação é a instância produtora do discurso, ao mesmo tempo em que lhe é pressuposta e, por consequência, inatingível. E, nisso, há uma implicação importante. Se, numa via, aponta-se para o fato de que temos acesso apenas ao enunciado e, a partir dele, às marcas da enunciação — noutra, é possível supor que mesmo o discurso só pode ser entendido no âmbito de uma instância discursivizante, ou seja, discursiva, "um lugar teórico em que se operam os procedimentos para a constituição do sentido" (SARAIVA,

2012, p. 31). Teórico, porque a esta instância também não se tem acesso a não ser pelo plano da expressão que a manifesta. Então, o que alcançamos, em verdade, é o discurso-enunciado (ou enunciado-discurso) e dele é que podemos conjecturar alguma coisa.

No caso da significação, porque talvez só a pressuposição de uma instância enunciativa seria capaz de explicar a construção do sentido na sua globalidade. Como indicamos no capítulo 2 deste trabalho, os acréscimos semânticos nível a nível no percurso gerativo não podem ser compreendidos apenas no âmbito das transformações que ocorrem de um patamar a outro. Na verdade, o percurso admite um fundo enunciativo perpassando todos os estratos de significação, desde a oposição fundamental, que alicerça o universo axiológico sob o qual o discurso deve se erigir, até sua textualização.

[...] o modelo gerativo de sentido, calcado na noção de narratividade, não explícita, por exemplo, como as estruturas semânticas do nível fundamental são constituídas e convocadas para o discurso. Ou seja, não aborda o problema da enunciação, instância em que se operam a seleção, a organização, a disposição e até a deformação das categorias presentes no discurso. Não permite igualmente apreender a razão por que são constituídas as relações semânticas apresentadas no texto. Estas insuficiências não comprometem substancialmente o modelo nem sua eficácia descritiva quando o foco do analista é o enunciado. Quando, porém, a atenção se volta para a enunciação, como instância pressuposta pelo enunciado e responsável por sua constituição, o modelo se revela restritivo. (SARAIVA, 2012, p. 30)

O interessante nessa abordagem é que, de certo modo, a ancoragem na enunciação redimensiona a maneira como se perspectiva o discurso e mesmo a construção do sentido. Na base dessa mudança de perspectiva — dito deste modo — está, de acordo com Bertrand (2003, p. 100), a colocação de uma terceira instância em jogo, capaz de mudar o centro de investigação da teoria semiótica: a instância do sujeito.

De antemão, não se trata de um sujeito ontológico, mas de uma instância cujo fundamento de existência é ser enunciativa, portanto, de natureza linguística, uma vez que se funda na linguagem. E, nesses termos, tem-se aí um ponto a partir do qual uma série de questões nos são impostas.

Uma delas é que, do modo como é pensada, a instância do sujeito estaria mais para o simulacro do que seria um centro enunciativo de onde se irradiam — ou pelo menos para onde parecem apontar — as instâncias da enunciação, do discurso e a própria significação. Partir daí é supor que nenhuma dessas três dimensões, embora tenham dinâmicas próprias, se funda no acaso. Se o sentido é uma direção — e, como tal, tende para algo — se nenhum discurso é gratuito e se enunciar é tomar posição, é de se imaginar que essas

instâncias pressupõem, de algum modo, os movimentos de uma instância de sujeito como pano de fundo.

Em grande medida, é isso que nos permite, por exemplo, falar da enunciação em ato ou do discurso em ato. No Dicionário de Semiótica, Greimas e Courtés (1979, p. 147) afirmam que o essencial na enunciação é aquilo que a faz um ato e, neste ponto, os autores nos introduzem o conceito de intencionalidade.

Trata-se de uma concepção necessária porque parece demonstrar exatamente em que medida é possível dimensionar essa instância do sujeito na teoria. Primeiro, porque recusa-se o conceito de intenção, uma vez que ele apontaria para um sujeito ontológico ao qual não temos acesso, menos ainda a suas intenções — digamos assim. Segundo, porque, desta forma, instaurar o conceito de intencionalidade é indicar, na verdade, aquilo que é construído e nos é dado no discurso-enunciado. Nos termos dos autores (*idem, ibidem*), "uma visada de mundo", uma relação orientada e transitiva, segundo a qual esse sujeito constrói o mundo enquanto objeto e constrói a si mesmo como sujeito.

Então, estamos falando de um sujeito que se constrói no ato de enunciar e, por isso, se define enquanto instância enunciativa. A intencionalidade passível de apreensão no discurso-enunciado, portanto, emana dele. Além disso, se é plausível falar do discurso em ato, é porque, do ponto de vista do discurso, o ato é efetivamente um ato de enunciação, conforme nos alerta Fontanille (2012, p. 97), para quem o primeiro ato é justamente a tomada de posição, visto que — ao enunciar — a instância de discurso enuncia sua própria posição.

Segundo o autor, fala-se em instância de discurso, porque ela designa o conjunto de operações, operadores e parâmetros que controlam o discurso e, com isso, evita-se a introdução prematura da noção de sujeito. De fato, uma visão prematura do sujeito poderia implicar algum grau de ontologização. Mas se se admite que o discurso pressupõe a instância da enunciação e que — por sua vez — ela nos autoriza a pensar num sujeito que tem base enunciativa, é difícil imaginar como o discurso funciona e toma posição sem a ancoragem dessa instância de sujeito. O que nos leva a duas considerações.

Por um lado, entra em cena o sujeito da enunciação. E, por outro, neste sentido, poderíamos pensar a ideia de posição como lugar enunciativo. Logo, quando o discurso toma posição, de alguma maneira, ele a assume e denuncia de onde parte enunciativamente, uma vez que "a posição compreende um sistema de valor" (FONTANILLE, 2012, p. 201) e esse sistema de valor só pode ser entendido na medida em que tem raiz numa dimensão enunciativa. Por esse motivo, Barros (2001, p. 72) fala que as estruturas discursivas são o

lugar, por excelência, de desvelamento da enunciação e de manifestação dos valores sobre os quais está assentado o texto (que manifesta o discurso).

Nesses termos, "a escolha dos valores corresponde a uma primeira decisão do sujeito da enunciação, quanto ao discurso que será produzido" (BARROS, 2001, p. 45), fato que ratifica o que Saraiva (2012, p. 30) pontuou, conforme supracitado, porque — assim — evidencia-se como a instância da enunciação perpassa todo o percurso de geração do sentido. Isso porque os valores ideológicos que permeiam o discurso, nesse caso, apontam para os termos do nível fundamental de significação, resultantes da articulação de categorias semânticas e axiologizados como valores virtuais pela projeção da categoria tímico-fórica.

Assim, o sujeito da enunciação passa a ter papel crucial tanto na constituição quanto no funcionamento e na orientação do discurso. Os movimentos breantes, o modo como se organizam as projeções ou as marcas de presença da enunciação nos enunciado (pelas categorias de pessoa, tempo e espaço), e as escolhas de temas e figuras são exemplos de como ele maneja as estruturas discursivas em função de determinados efeitos de sentido, bem como dos posicionamentos ideológicos em jogo no eixo enunciador-enunciatário.

De modo geral, essas considerações nos ajudam — portanto — a ter uma visão global de como os discursos são estruturados e sob quais bases eles podem ser entendidos. Sem esse fundo enunciativo, fica difícil falar do discurso, seja como instância ou como tomada de posição. Menos ainda seria possível compreender sua orientação, porque partir do princípio de que — subjacentes às estruturas discursivas — temos noções como a de intencionalidade, por exemplo, é assumir que há também um fundo persuasivo no discurso. É o que buscamos discutir no próximo tópico.

### **3.1 O fazer persuasivo como estratégia discursiva**

Admitir que o discurso tem uma orientação enunciativa é supor que os dispositivos empregados no seu processo de produção tendem para determinadas estratégias persuasivas. Então, aquilo que é de natureza persuasiva está ligado à instância da enunciação, conforme defendem Greimas e Courtés (1979, p. 333).

A problemática, entretanto, é que se consideramos essas estratégias no âmbito das estruturas de manipulação, seus procedimentos e simulacros estariam na órbita de um fazer-fazer. E, se se pensa em termos de percurso gerativo do sentido, esta é uma discussão que inicia antes mesmo do que seria o nível discursivo. Isso porque, no nível narrativo, já se esboça um fazer persuasivo por um destinador-manipulador que implica um fazer de caráter

sancionante por parte de um destinatário-manipulado. Em grande parte, é este esquema que sustenta o que se chama de estrutura da comunicação.

A estrutura da comunicação comporta, como sabemos, um destinador e um destinatário, intercambiáveis, cada um dos quais dotado por isso mesmo de uma competência ao mesmo tempo emissiva e receptiva. Todavia, uma vez que os papéis sintáticos de destinador e destinatário são assumidos por dois sujeitos semânticos distintos, possuindo cada um seu próprio universo semântico e seu código de redação e leitura, a comunicabilidade interindividual não é evidente nem fácil. Por conseguinte, na medida em que a comunicação é suportada por um querer-comunicar bilateral, é normal que um fazer persuasivo se desenvolva do lado do destinador e que um fazer interpretativo, que lhe é paralelo, se instale na outra extremidade da cadeia. (GREIMAS, 2014, p. 27)

Tal entendimento nos permite compreender como o deslocamento da instância teórica da narrativa para a instância do discurso garante a possibilidade de pensarmos essas estruturas para além de uma perspectiva puramente sintática. Seguindo esta lógica, a dimensão do fazer — e, portanto, da persuasão — na verdade, germinaria discursivamente entre as projeções do sujeito da enunciação, enunciador e enunciatário. Talvez, por esta razão, autores como Barros (2005, p. 60) defendem que tanto a persuasão do enunciador quanto a interpretação do enunciatário se realizam no e pelo discurso.

Assim, questões envolvendo temas como veridicção, argumentação e recursos persuasivos, desdobrados em estratégias de manipulação, entrariam na esteira de um jogo relacional cuja natureza é enunciativa. O caráter manipulador do discurso se assenta nessa relação, porque ela coloca em lados distintos instâncias que precisam partilhar sistemas de valores em comum. Isso ficará mais claro no próximo tópico, quando analisarmos a construção do efeito de verdade e os contratos enunciativos que regem o mecanismo relacional entre enunciador e enunciatário.

De todo modo, tal consideração nos permite chegar a alguns pontos importantes. Um deles é que, sob este aspecto, o enunciador é o grande responsável pelos valores presentes no discurso e, por isso, assume-se como destinador-manipulador, na medida em que se coloca em movimento para levar o enunciatário a crer e a fazer. Outro ponto é que — ao contrário do que se poderia supor com isso — a instância do enunciatário-manipulado não é uma mera posição passiva. Na verdade, ele participa ativamente nesta relação não só exercendo o papel de sancionador, mas também impondo, ainda que de maneira indireta, parte de seus valores na axiologia que sustenta o discurso. Isso porque a eficácia do fazer persuasivo do enunciador depende de sua capacidade em estabelecer paralelos entre o seu modo de ver e de ser no mundo com o modo do outro.

É o que vemos acontecer, por exemplo, em nossas análises. O discurso da crise parece se firmar justamente porque o enunciador de cada capa, no geral, consegue estabelecer pontos de convergência no diálogo que sustenta com o(s) enunciatário(s) a quem se dirige. Só assim é possível entender por qual razão não se pode negar o estatuto negativo da crise, porque o ponto de vista sobre o qual ela é apresentada pende para seu teor disfórico em relação ao país, como um todo. Nesse sentido, a leitura sugerida é que o desemprego, o empobrecimento, a inflação e o governo são ruins para todo mundo, porque afetam todos.

Então, o arcabouço argumentativo dos jornais, portanto, é edificado nesta direção. E, segundo Torres (2016, p. 26), "na perspectiva da Semiótica, a argumentação diz respeito aos mecanismos mobilizados pelo enunciador para fazer o enunciatário crer no discurso enunciado e conseqüentemente conseguir sua adesão a um determinado fazer". Nesse caso, o fazer incide sobretudo na constituição de uma crença que se pretende comum, a crença na crise.

Isso nos leva a partir do mesmo princípio apresentado por Cabral (2013, p. 10), para quem os veículos de comunicação realizam seu fazer persuasivo conduzindo à adesão de um ponto de vista. Neste ponto, vale ressaltar que a ideia de ponto de vista "designa o conjunto de procedimentos utilizados pelo enunciador para selecionar os objetos de seu discurso e orientar sua interpretação" (BERTRAND, 2003, p.10).

Trata-se, deste modo, de considerações importantes por pelo menos duas razões. No primeiro caso, porque fica perceptível o motivo pelo qual não só os jornais, mas também as unidades noticiosas de maneira geral — dentre as quais as capas podem ser inseridas — não se enquadram apenas no campo da mera transmissão de um saber. Assumir que nelas reside uma força persuasiva é reconhecer que o discurso — jornalístico ou de qualquer outra natureza — de fato, não descreve, mas sanciona e toma partido. Sendo assim, tanto para o enunciatário quanto para o enunciador, a ideia de estrutura de comunicação mencionada anteriormente não se reduz ao fazer circular mensagens, porque ela é essencialmente da ordem do "situar-se em relação aos discursos para construir sua significação" (FONTANILLE, 2012, p. 260).

No segundo caso, presumir a mobilização de um enunciador que seleciona e orienta interpretações, além de ratificar o primeiro caso, nos autoriza a conceber o fato de que a instância enunciativa atua também no tocante ao controle dos modos de acesso à significação por parte do leitor. Isso porque cada seleção, de alguma maneira, pode indicar tentativas de orientar a apreensão do sentido e dos valores em jogo no discurso.

Essas são conclusões particularmente pertinentes, uma vez que — de certa forma — elas nos ajudam a entender como as operações enunciativas refletem no funcionamento do discurso e na construção dos textos, conforme veremos adiante. Com isso, temos que

A análise interna do texto apreende esses aspectos e mostra que as escolhas feitas e os efeitos de sentido obtidos não são obra do acaso, mas decorrem da direção imprimida ao texto pela enunciação. Ressalta-se o caráter manipulador do discurso, revela-se sua inserção ideológica e afasta-se qualquer ideia de neutralidade ou de imparcialidade do texto. (BARROS, 2005, p. 78)

O desafio para os próximos tópicos é desbravar como isso acontece. Mas, antes, é necessário passar por uma questão que está intimamente relacionada à discussão sobre o caráter persuasivo do discurso: os modos de veridicção que o alicerçam e os contratos que regem as relações enunciativas.

### **3.2 Entre o fazer crer e o crer verdade: um discurso que se quer verdadeiro**

A discussão sobre a verdade ou o que pretensamente se propõe verdadeiro se impõe neste trabalho por pelo menos duas vias. A primeira é a natureza do objeto com o qual trabalhamos. Isso porque o discurso jornalístico tende a fincar raízes em um conjunto de operações que culminam tanto num construir-se quanto num apresentar-se verdadeiro. Por isso, a atividade jornalística não pode ser entendida apenas no âmbito da transmissão/veiculação de informação, mas sobretudo no horizonte de uma credibilização que incide ora na instância do dito ora na instância do dizer e, portanto, de quem diz.

A segunda via é a própria lógica que fundamenta a dinâmica discursiva — digamos assim — visto que o discurso pode ser encarado como "esse lugar frágil onde se inscrevem e se leem a verdade, a falsidade, a mentira e o segredo" (GREIMAS, 2014, p. 117). E, nesse sentido, a instância do discurso acaba sendo um espaço de embate, porque aponta para direções diferentes em termos do modo como se inscreve e se lê cada uma dessas dimensões e, ao mesmo tempo, um espaço de confluência, na medida em que, dependendo da maneira como se perspectiva, o discurso comporta todas elas em concomitância.

Há, no entanto, uma observação relevante a ser feita neste ponto. Uma vez que tratamos o discurso como espaço onde se lê e se inscreve verdade, falsidade, mentira e segredo, fica evidente como a assunção de cada uma dessas dimensões só se fundamenta na

condição de uma construção discursiva, tendo por base a oposição Ser vs. Parecer, que estabelece a falsidade, a mentira, o segredo e a própria verdade como modos de veridicção.

Então, assim como aquilo que é da ordem do falso, do mentiroso e do segredo, o verdadeiro não é mais que um efeito de sentido. Portanto, conforme defende Bertrand (2003, p. 99), o problema — a partir daí — não é mais a verdade em si mesma ou de natureza extralinguística, "em sua hipotética realidade, mas o balanço incerto entre o 'fazer crer' de um lado e o 'crer verdadeiro' de outro". Deste modo,

Se a verdade é apenas um efeito de sentido, conclui-se que sua produção consiste no exercício de um fazer particular, um fazer-parecer-verdadeiro, isto é, a construção de um discurso cuja função não é o dizer-verdadeiro, mas o parecer-verdadeiro. Esse parecer não visa mais, como no caso da verossimilhança, à adequação ao referente, mas à adesão da parte do destinatário a quem se dirige, e por quem procura ser lido como verdadeiro. Tal adesão, por sua vez, só pode ser obtida se corresponder à sua expectativa; ou seja, a construção do simulacro da verdade é fortemente condicionada não diretamente pelo universo axiológico do destinatário, mas pela representação que dele fizer o destinador, artífice de toda manipulação e responsável pelo sucesso ou fracasso de seu discurso. (GREIMAS, 2014, p. 123)

Isso indica que há um fundo persuasivo na maneira como o efeito de verdade é construído, visto que os modos de veridicção seriam resultantes da relação entre enunciador e enunciatário enquanto actantes de uma estrutura da comunicação. A problemática é que a construção do efeito depende de estratégias discursivas que efetivem o fazer crer do enunciador e o crer verdadeiro do enunciatário numa espécie de conformidade.

No discurso jornalístico, isso é arquitetado a partir de uma série de procedimentos. Talvez o mais evidente esteja relacionado ao modo de dizer, definido sobretudo pelo simulacro de objetividade. Todavia, a análise das capas de jornais, por exemplo, nos revelam o imbricamento de estratégias que, na verdade, perpassam toda a verbovisualidade do texto: as cores, o arranjo e até mesmo a forma como eles são estruturados para convergir com a arquitetura das estruturas discursivas. No nosso caso, é exatamente assim que conseguimos dimensionar em que medida a crise brasileira é construída como uma realidade a ser compartilhada pelo enunciador e pelo enunciatário.

Na base desse compartilhamento reside todo um universo de estratégias persuasivas que operam no sentido da convergência de vozes — que é o que garante a ideia de conformidade mencionada acima. E essa convergência só se define a partir de um contrato de dupla natureza: é tanto veridictório quanto enunciativo. Trata-se de um acordo tácito e de estatuto fiduciário, porque tem alicerce na confiança entre as instâncias enunciativas, o que nos leva a três conclusões interessantes.

De início, fica claro que a construção do discurso veridictório — e isso serve para o discurso jornalístico — é um processo de entrelaçamento, uma vez que mobiliza duas forças até então antagônicas e que precisam entrar em concordância, num equilíbrio mais ou menos estável. Por essa razão, Fontanille e Zilberberg (2001, p. 268) afirmam que o percurso fiduciário é construído como simulacro de duelo com o outro.

Depois, ter por base a confiança como critério para esse acordo é admitir que qualquer consideração a respeito da verdade de um enunciado é objeto de comunicação e, desta maneira, exige uma sanção fiduciária. Por essa razão, pode-se dizer que o contrato estabelecido entre enunciador e enunciatário cria as condições mínimas para a persuasão, segundo aponta Cabral (2013, p. 10).

Por fim, a sanção só pode ser entendida, nesses termos, no horizonte de uma relação intersubjetiva e não apenas de sujeitos com objetos, uma vez que envolve uma questão de confiança e não só de crença. Desse modo, concordamos com Torres (2016, p. 32) mais uma vez, porque a conquista da confiança parece-nos um dos requisitos necessários à efetivação do caráter persuasivo dos discursos e, “no que concerne à transitividade enunciativa, confiança simboliza possibilidade de negociação” — ou seja, uma relação contratual entre enunciador e enunciatário.

Assim, a adesão, o crer, do destinatário à “verdade” do destinador é o que sanciona o contrato veridictório. Dessa forma, para Greimas (1983, p. 111): “Na epistemologia de nossos dias, o conceito de verdade é substituído, cada vez mais, pelo de eficácia”. Por conseguinte, ainda que tal contrato se apoie num fazer cognitivo, da ordem do saber, ele é de natureza fiduciária, pertencente à esfera do crer. (MENDES, 2013, p. 128)

Com isso, a compreensão sobre o caráter veridictório do discurso, de fato, recai sobre sua arquitetura. É admissível pensar que todo discurso é erigido sobre esses modos de veridicção e que é o estatuto do ser em consonância com o parecer de um discurso o responsável por gerar o efeito de verdade. Em última instância, o ser rege o parecer na construção de tal efeito. A verdade, ou aquilo que é da ordem do veridictório, em alguma medida, define os demais modos, porque, ao que parece, é ela que indica — por oposição — o falso, a mentira ou o segredo. E isso realmente nos coloca diante de uma questão de eficácia, porque a orientação do discurso se dá no sentido do reconhecimento daquilo que lhe projeta como verdadeiro ou não.

Neste caso, o que as análises nos mostram é um discurso que se pretende verdadeiro, colocando à prova estratégias para fazer crer e para se fazer credível em igual

medida. Por trás disso, obviamente, identifica-se os movimentos do sujeito da enunciação, ora operando a orientação do discurso ora mediando a relação enunciador-enunciatário. Resultante dessa mediação, a eficácia do discurso é talvez uma questão de procedimentos de adequação entre o fazer persuasivo de um e o fazer interpretativo do outro, seja sob a ótica da construção do discurso ou de sua apreensão, porque a lógica dessa eficácia é estabelecer possibilidades de como o texto deve ser lido.

### **3.3 Do discurso ao texto: a estratégia de textualização**

Se o discurso é passível de apreensão, é de se supor que essa apreensão só pode ser dimensionada — de algum modo — na medida em que se volta para o texto. Por isso, autores como Fontanille (2012, p. 84) partem do princípio de que o texto é, em verdade, a realidade primeira do semioticista, ou o conjunto de fatos e fenômenos que ele se presta a analisar. Nas palavras do autor, o texto é, portanto, "aquilo que se dá a apreender", independentemente de sua natureza. E essa lógica nos é oportuna porque aponta para duas direções importantes.

Primeiro, entendida desta maneira, a noção de texto estaria vinculada, de certa forma, a uma instância de manifestação, ou pelo menos apontaria para ela. No próximo capítulo, explicaremos a razão pela qual preferimos o termo instância e não manifestação de imediato. Mas, de todo modo, isso quer dizer que, assim, estamos diante de um espaço de confluência, onde conteúdo e expressão se assentam.

Em seguida, partir deste ponto não necessariamente é admitir que o discurso está a reboque do texto, uma vez que ambos têm dinâmicas próprias e, como vimos, as estruturas discursivas são arquitetadas antes mesmo da existência do texto como objeto apreensível, ainda que dele possam sofrer algum grau de coerção ou se beneficiar. Na verdade, a definição que melhor permite uma reflexão a respeito disso talvez seja a proposta no próprio Dicionário de Semiótica, segundo a qual o texto assume a forma de uma "representação semântica do discurso" (GREIMAS; COURTÉS, 1979, p. 461).

Por um lado, essa definição reforça a ideia de que a via possível para falarmos da apreensão do discurso é, com efeito, o texto, visto que ele se apresenta como sua representação semântica. Por outro, desta forma, admite-se a autonomia das estruturas discursivas, porque — na medida em que o texto é apenas sua representação — o discurso independe dos modos pelos quais pode se manifestar. E, de certa maneira, o texto também,

afinal ele pode ser de diferentes ordens, não obedecendo a naturezas específicas — como já mencionamos.

De um jeito ou de outro, entretanto, o cerne dessa questão reside no fato de que falar do modo como apreendemos os discursos, nesse caso, pressupõe inevitavelmente um estágio que é anterior à manifestação, seja das estruturas discursivas, seja do que seriam as estruturas textuais. A esse estágio, Greimas e Courtés (1979) dão o nome de textualização.

Trata-se de um conceito muito caro à semiótica e que nos coloca uma série de questões. A primeira delas é que a textualização não é o texto. Nos termos do Dicionário (GREIMAS; COURTÉS, 1979, p. 461), textualizar sugere um conjunto de procedimentos que visa constituir um contínuo discursivo. E, muito embora, não se explique esse conceito de contínuo discursivo, ele se torna plausível na medida em que tomamos a textualização enquanto processo, por meio do qual tudo aquilo que foi organizado em termos de significação, no plano do conteúdo, galga as camadas expressivas, forjando a ideia de um contínuo que, na verdade, é de sentido, porque se fundamenta numa recorrência semântica de via dupla. Ou seja, que pode ser entendida tanto na perspectiva do conteúdo para a expressão quanto no caminho inverso.

Por essa razão, Fontanille (2012, p. 89) considera dois pontos de vista diferentes: de um lado, o do texto, descendente, porque vai da expressão para o conteúdo, e — de outro — o do discurso, ascendente, porque vai do conteúdo para a expressão e, sendo assim, é um ponto de vista gerativo, uma vez que parte das estruturas de conteúdo mais gerais para recuperar progressivamente a diversidade e as particularidades da expressão.

Isso nos leva imediatamente a outro ponto, porque é de se presumir, portanto, que a textualização ainda estaria no âmbito do percurso gerativo de sentido, mesmo que como possibilidade no que seria essa trajetória ascendente (do conteúdo para a expressão). Não significa dizer, com isso, que o texto é o ponto de chegada do percurso. Na verdade, nega-se isso de maneira muito clara no Dicionário (GREIMAS; COURTÉS, 1979, p. 461). Segundo Fiorin (2003, p. 77), no momento em que, no simulacro metodológico, temos a junção do plano de conteúdo com um plano de expressão, é que ocorre a textualização. E, seguindo esta lógica, o texto seria, por certo, uma unidade que se dirige para a manifestação e só aí sofre as coerções do material que o veicula. Nesse processo, a textualização é potencialmente uma parada no percurso gerativo de sentido e, ao mesmo tempo, um desvio de rota, de modo que aquilo que foi mobilizado em termos de discurso, de fato, alcance o texto.

É sintomático, quanto a isso, que o procedimento de textualização, cuja autonomia Greimas procura atualmente estabelecer, em relação à

narrativização e à discursivização, se apresente também ele como espécie de limiar da manifestação. Mostra-se como uma *mise-en-texte* das estruturas do nível profundo e superficial. É uma espécie de suspensão da organização desses dois níveis para que o até então articulado galgue imediatamente a manifestação. A textualização marcaria uma suspensão da articulação da significação do discurso, num momento dado de sua evolução, para ir direto à manifestação. (BEIVIDAS, 2006, p. 55)

O interessante dessas questões é que a abordagem da textualização pressupõe em cada caso a ideia de um movimento entre níveis ou estratos de significação — por assim dizer. E a problemática dessa concepção é que, nesses termos, o movimento não se dá ao acaso. Então, elevar aquilo que foi arquitetado discursivamente ao texto é supor, mais uma vez, uma instância enunciativa operando como pano de fundo. Deste modo, podemos pensar a textualização como resultado dessa operação. Ou seja, textualizar implica os movimentos do sujeito da enunciação.

Em última análise, o que esse entendimento nos traz de novo talvez seja justamente a possibilidade de tomarmos o texto como objeto de comunicação, uma vez que — a partir daí — ele passa a ser concebido na relação que se estabelece entre um enunciador (destinador) e um enunciatário (destinatário) — projeções do sujeito da enunciação. Para Barros (2005, p. 12), é isso que explica, em grande medida, a razão pela qual a teoria semiótica busca examinar os "procedimentos de organização textual e, ao mesmo tempo, os mecanismos enunciativos de produção e de recepção do texto". Isso porque, sob esta ótica, tais mecanismos denunciam a instância da enunciação como responsável pela produção e pela comunicação dos discursos. E, nisso, a textualização parece ser fator decisivo.

Se se parte do princípio de que a capa de um jornal, por exemplo, é estruturada em função do que se quer colocar em perspectiva, logo, sua textualização admite as nuances e as escolhas enunciativas de uma instância que, para além de dispor, hierarquiza de igual modo os conteúdos no jogo sincrético que marca a expressão desse texto. Segundo veremos, a capa não é um jogo caótico de elementos intercalados, portanto ela é textualizada para sugestionar uma leitura que não só direciona a visualidade, mas também o próprio entendimento do discurso que projeta. Isso quer dizer que há um componente persuasivo na textualização.

De maneira geral, são os movimentos do sujeito da enunciação que garantem esse processo ao realizar suas escolhas no que seria a passagem da esfera do discurso para o texto. Muito provavelmente, só assim nos seria permitido pensar este como representação semântica daquele. Ou ainda: dimensionar em que medida a textualização traça condições para potencializar os efeitos de sentido que as estruturas discursivas despertam quando galgam a expressão. Mas essa é uma reflexão que fica para o próximo capítulo deste trabalho.

#### 4 A PROBLEMÁTICA DA EXPRESSÃO

Qualquer análise sobre o modo como diferentes linguagens são mobilizadas em textos de natureza sincrética nos lança numa problemática que passa também pela discussão de duas instâncias que lhes são imediatamente superiores. De um lado, a questão do plano da expressão e sua articulação com o conteúdo. De outro, a manifestação das estruturas significantes.

De alguma maneira, poderíamos partir do princípio de que expressão e conteúdo são conceitos que convergem para a noção saussuriana de significante e significado, respectivamente. O próprio Greimas (1973, p. 17) já apontava para isso quando pressupunha o significante como elementos ou grupos de elementos que possibilitam a aparição da significação ao nível da percepção, ao passo que o significado seria a significação propriamente recoberta pelo significante e manifestada graças à sua existência.

Partindo daí, seria possível perspectivar o sentido tanto no horizonte de sua imanência quanto no universo de sua manifestação. A problemática, entretanto, é estabelecer fronteiras, de modo que seja possível pensar operacionalmente o estatuto de cada uma dessas dimensões no que diz respeito à significação.

Como veremos, o princípio geral é que as camadas expressivas podem nos dizer muito pouco ou nada sobre a geração do sentido e que a própria manifestação — entendida como o domínio onde o texto toma sua concretude material efetivamente a partir de recursos expressivos — não é senão um simulacro, porque qualquer olhar sobre ela pressupõe sua releitura em estruturas significantes. É sob esse enfoque que Waldir Bevidas (2012, p. 08) parte da premissa de que a manifestação propriamente dita é da ordem do inalcançável. Para o autor, temos acesso apenas ao que seria uma “instância de manifestação”.

A manifestação aparece como o estado que o grande linguista (**Hjelmslev**) concebia como “matéria amorfa”: uma nebulosa de cores, de sons, de brilhos e de figuras (no caso de uma manifestação em cinema). Qualquer captação ou decifração significativa só se dá porque ultrapassa essa materialidade pelo ato da semiose, isto é, pela “função semiótica”, conjunção de formas (do conteúdo e da expressão) e não de substâncias, situada, portanto, em instância logicamente anterior ao exato limiar da manifestação propriamente dita. Noutros termos, também a instância da manifestação, como objeto a descrever, é ela própria um dado prévio à manifestação. (Grifo nosso)

Partir deste ponto implica pelo menos duas posições. Se não estamos no âmbito da manifestação de fato, é porque ou a análise se situa na dimensão das estruturas imanentes de significação (mesmo tratando do que é manifestado) — e delas não se pode fugir — ou se

centra em uma região nebulosa que nem é da ordem da imanência do sentido nem de sua manifestação. O primeiro ponto parece mais plausível, sobretudo quando ponderamos o fato de que qualquer perspectiva sobre a manifestação das estruturas significantes é entrecruzada pelo ato de significação. Assim, apreender o sentido é também um ato de (re)produzir sentido a todo instante.

Neste cenário, e situada no âmbito do que seria a instância de manifestação, a expressão — portanto — é um arcabouço teórico-metodológico, onde o que está em jogo não é a mera mobilização de recursos expressivos, mas as relações que eles estabelecem com as estruturas imanescentes. Nesses termos, não seria estranho questionar a conveniência de se levar em conta as camadas expressivas em alguns textos e em outros não durante a análise, porque — no final das contas — todo texto tem uma expressão e, se ela desempenha algum papel na maneira como se percebe a manifestação dos efeitos de sentido, deveria ser considerada independentemente do caso.

Por mais que essa consideração pareça óbvia — no entanto — não se pode negar a soberania do texto, na medida em que qualquer estudo sobre ele só pode partir daquilo que a dimensão textual oferece como possibilidade efetivamente. Desta forma, há de se considerar como o texto (objeto semiótico de análise) é estruturado, pois ele indica os caminhos necessários para a análise, inclusive a pertinência dos recursos expressivos nesse processo.

Se alguém ouve ou lê um texto com função utilitária não se importa com o plano de expressão. Ao contrário, atravessa-o e vai diretamente ao conteúdo, para entender a informação. No texto com função estética, a expressão ganha relevância, pois o escritor procura não apenas dizer o mundo, mas recriá-lo nas palavras, de tal sorte que importa não apenas o que se diz, mas o modo como se diz. A compreensão de um texto com função estética exige que se entenda não somente o conteúdo, mas também o significado dos elementos da expressão. (FIORIN, 2003, p. 77-78)

Tomemos como exemplo as três capas de jornais abaixo. Como podemos ver, elas foram publicadas por jornais diferentes, mas todas são edições do dia 17 de abril de 2016, quando se deu a votação do *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff no Congresso Nacional. Compreender como o discurso é estruturado nesses textos, quais os valores em jogo e de que maneira o sentido é construído em cada capa daria uma análise, mas claramente é possível dizer que há um tema geral comum a todas elas: a situação política no Brasil.

Figura 1: exemplos com capas de jornais.



Fonte: os autores

Se partirmos do princípio de que o conteúdo independe de sua expressão — uma vez que pode ser manifestado de diferentes modos — poderíamos supor que cada uma das capas acima trata do mesmo conteúdo<sup>11</sup>. Se fosse assim, o que diferenciaria uma da outra seriam apenas questões de arranjo plástico. Mas é preciso certa dose de ingenuidade para não perceber como a textualização articula o discurso distintamente nas três capas e, assim, desemboca em efeitos específicos.

Dito isto, não é possível pensar a mobilização de recursos expressivos na capa de um jornal — e em demais textos dessa natureza — como algo de segundo plano, na medida em que o próprio modo de estruturação do texto faz a nossa atenção voltar-se para questões relacionadas à forma da expressão. Isso nos permite dizer, de antemão, que o apelo estético nesses casos está a serviço da veiculação de dados conteúdos e do manejo da atenção dos leitores, como já indicam alguns estudos na área<sup>12</sup>. No entanto, esta problemática não se encerra aí. Sobretudo porque é fundamentalmente na articulação entre expressão e conteúdo — para manifestar as estruturas significantes — que podemos pensar qual a jurisdição de cada uma dessas dimensões no que tange à arquitetura do sentido.

<sup>11</sup> A título de hipótese, claro. Só uma análise exaustiva, de fato, pode apontar se isso é viável.

<sup>12</sup> Conferir os estudos de Hernandez (2006), citados na introdução deste trabalho.

#### 4.1 Semantismo da expressão

Assim, ao contrário do que se poderia imaginar, reconhecer o sentido como produto de estruturas imanentes e, portanto, fora da alçada da expressão, não exclui do modelo semiótico greimasiano a possibilidade de pensarmos em que medida se dá a participação das camadas expressivas no domínio da significação, se não em seu estatuto estrutural, pelo menos no que tange à esfera de sua realização.

Neste ponto, vale uma discussão sobre a proposta de Beividas (2006, p. 83), segundo a qual o plano da expressão poderia ser postulado tão somente como “presentificador de um semantismo da expressão”. Por um lado, essa ideia reforça a concepção greimasiana de que a significação independe da natureza do significante pelo qual se manifesta, o que inviabiliza qualquer tentativa de se chegar a um “sentido da expressão” por assim dizer. Por outro, considerar a existência de tal semantismo da expressão é — em termos beividianos — compreender que a função deste plano não seria mais do que “provocar” os efeitos de sentido concernentes ao âmbito das estruturas do conteúdo.

A problemática central nesse caso, entretanto, é entender a natureza dessa “provocação”, porque o próprio autor parte do princípio de que falar de efeitos de sentido é sempre um exercício cujo ponto de partida é o plano do conteúdo e, desta forma, dificilmente poderíamos saber se o plano da expressão teria um papel nesse processo de maneira efetiva. Mas a questão talvez não seja essa de fato, porque se se parte do pressuposto de que as camadas expressivas não geram sentido, qualquer ideia de um semantismo da expressão só poderia ser compreendida mesmo no limiar da articulação entre os dois planos.

Essa provocação poderia ser tida como uma espécie de aliteração, ou reverberação, de tipo especial entre os dois planos, espécie de redundância que estabelece a legitimidade ou veridicção do sentido, visto que, desde Saussure, ele é imposto ‘arbitrariamente’ ao plano do conteúdo. Noutros termos, essa reverberação, aliteração, provocação, excitação – os termos aqui são todos tateamentos, à espera de definição mais justa e adequada – seria um reforço do efeito de sentido « verdade » para o que se está a significar no plano do conteúdo [...] Assim, diremos que o plano da expressão não cria, mas é o único a consignar a significação do plano do conteúdo. Dá-lhe uma marca expressiva que torna possível sua manifestação à percepção (aos sentidos). As articulações do plano da expressão apresentam-se, assim, como teste de controle, de garantia, de legitimação, em suma, de consignação da significação descrita no plano do conteúdo. (BEIVIDAS, 2006, p. 84)

Nesses termos, não seria estranho concluir que só é possível perspectivar o papel das camadas expressivas no âmbito da apreensão do sentido, e não de sua geração propriamente dita. Provavelmente, esse é o fundamento do que seria o semantismo da

expressão beividiano, porque ele mostra como as camadas expressivas potencializam as condições de leitura da manifestação da significação sob formas de discurso, ou como as estruturas discursivas são textualizadas com vistas a determinados efeitos.

Esse entendimento gera um ponto de reflexão interessante, porque é um entendimento que se efetiva apenas quando o consideramos sob o prisma da comunhão entre os dois planos que fundamentam a existência de todo e qualquer conjunto significativo. Não se trata, portanto, de dizer que a solidariedade entre expressão e conteúdo torna possível pensá-los apenas no horizonte do paralelismo que os caracteriza, mas sobretudo no caráter de homologação entre um e outro.

Dizer que os planos são homologáveis, nesse caso, é mais do que assumir que a mudança em um implica uma mudança em outro. Na verdade, seria supor que o elo entre eles se assenta numa base comum, ou seja, que ambos partilham — ainda que minimamente — alguma coisa.

Desvendar a natureza dessa “alguma coisa” é que fica como desafio. Mas se concebermos o conceito de homologação como operação de análise semântica aplicável a todos os domínios semióticos — tal qual o fazem Greimas e Courtés (1979, p. 221) — poderíamos considerar que esse fundo em comum entre os dois planos tem por base o compartilhamento de traços, mínimos que sejam, com algum estatuto sêmico.

Obviamente, como a expressão não gera sentido por si mesma, sua capacidade de partilhar algo nessa perspectiva só tem viabilidade teórica e prática pela relação que ela estabelece com o conteúdo. Como vimos, não existe expressão por si. O fundamento de existência entre os dois planos é exatamente a natureza relacional que os sustentam. Então, são as estruturas de conteúdo que permitiriam pensar as camadas expressivas sob o ângulo de algum semantismo.

No Dicionário de Semiótica (GREIMAS; COURTÉS, 1979, p. 401), o conceito de semantismo não chega a ser bem aprofundado, mas — de maneira geral — é abordado como investimento semântico. O percurso gerativo greimasiano nada mais é, por exemplo, do que uma progressão desses investimentos. Contudo, num nível de abstração maior, perguntamo-nos se não seria esse o caso de compreender também se e como as estruturas imanentes de significação investem a expressão semanticamente, de modo que seja possível apreender o conteúdo manifestado como uma série de efeitos e sentido.

Se partimos do princípio de que o nível discursivo do percurso é aquele que poderia sofrer, em algum grau, possíveis coerções das camadas expressivas — na medida em que é o mais próximo da superfície do texto — seria absolutamente plausível pensar no

caminho inverso. Ou seja, como essas camadas são/podem ser sobreinvestidas em termos semânticos via relação com o(s) conteúdo(s) que manifestam.

Além de justificar a noção do que seria um semantismo da expressão, esse posicionamento é importante, porque implica duas questões. A primeira diz respeito a uma ideia de compatibilidade entre os planos. Eles precisam ser compatíveis, em alguma medida, para garantir a homologação e a própria relação que os define<sup>13</sup>. Isso quer dizer que, embora o mesmo conteúdo possa ser expresso de modos muito diferentes, em todos os casos seria preciso algum nível de compatibilidade entre ele e sua expressão, a não ser que consideremos conteúdos manifestados por expressões que lhes são incompatíveis, o que não soa coerente.

A segunda questão é que, desta forma, qualquer estudo sobre a expressão e sua participação no modo como se apreende o sentido seria sempre concatenado pelo conteúdo que ela manifesta discursivamente nos textos. Embora haja atualmente propostas que tentam tomá-la numa dimensão própria<sup>14</sup> — sem necessariamente levar em conta essa relação com o plano do conteúdo — só assim ainda nos parece possível conceber a expressão como catalisador das potencialidades de sentido das estruturas imanentes.

É neste ponto que a ideia de um semantismo da expressão ganha força e se apresenta como pertinente, sobretudo no trato de textos cuja característica principal é a mobilização de recursos expressivos em função de efeitos de sentido, como é o caso dos textos sincréticos.

## 4.2 Sobre o Sincretismo

A literatura florescente nesta linha de estudos em semiótica nos autoriza a partir do princípio de que falar de sincretismo é falar da maneira como o(s) conteúdo(s) se manifesta(m) a partir de pelo menos mais de uma expressão (gestual, verbal, visual, sonoro...) simultaneamente nos textos. O problema é que — se por um lado, isso já nos diz muito — por outro, não diz tudo, ou pelo menos não o suficiente para entendermos a complexidade deste fenômeno.

No primeiro Dicionário de Semiótica (1979, p. 426), Greimas e Courtés, de maneira bem geral, já abordavam o que chamam de semióticas sincréticas como aquelas onde

---

<sup>13</sup> Considerando a compatibilidade como possibilidade que têm dois elementos semióticos de contrair uma relação, tal qual propõem Greimas e Courtés (1979, p.61).

<sup>14</sup> Parece ser o caso dos níveis de pertinência propostos por Fontanille (2008) e melhor especificados no tópico “4.3 Por um modelo de análise da expressão”.

acionam-se várias linguagens de manifestação<sup>15</sup>. Conforme se pode notar, esta não chega a ser uma definição muito diferente da que acabamos de expor. Na verdade, talvez ela tenha se tornado o ponto de partida para qualquer explicação inicial sobre o sincretismo desde então.

Na base dessa ideia, reside uma forte tradição hjelmsleviana, na qual o sincretismo é tomado — pela perspectiva semiótica — sob o ponto de vista de um procedimento, ou seu resultado, que estabelece uma relação — por superposição — entre dois ou vários termos ou categorias heterogêneas, cobertos a partir de uma grandeza que os reúne (GREIMAS; COURTÉS, 1979, p. 426). Aos olhos desses autores, é o que acontece, por exemplo, quando se fala em sincretismo actancial – onde um único sujeito, como posição sintática, assume diferentes papéis actanciais. Ou mesmo quando se fala de enunciação nos seguintes termos. Considerada como instância do “eu, aqui, agora”, ela poderia ser encarada na qualidade de um sincretismo *a priori*, uma vez que é sempre pressuposta pelo enunciado e só pode ser definida pela relação entre essas três categorias.

Trata-se, nesse caso, é claro, de um sincretismo *lato sensu*, por assim dizer, entendido na perspectiva dos estudos em linguagem de maneira geral. No entanto, em alguma medida, esta concepção também balizou as discussões em torno do que seria um sincretismo *stricto sensu*, esse pensado no horizonte das camadas expressivas, pelas quais — como vimos — os conteúdos se manifestam por meio de diferentes recursos.

A problemática, contudo, está justamente aí, porque a definição fica demasiadamente restrita ao uso (de uma linguagem ou outra de manifestação). Por isso, foi preciso alargar o debate rumo ao entendimento de uma série de outras questões que colocam em perspectiva a própria explicação do que seria esse sincretismo (*stricto sensu*) e como, de fato, ele se realiza ou é operado.

A primeira mudança substancial parece vir com o Dicionário de Semiótica II (1986). Nesta obra, o verbete<sup>16</sup> sobre sincretismo ainda parte da definição inicial, mas trás pelo menos quatro noções decisivas para compreendermos melhor o conceito. A primeira delas diz respeito à ideia de texto sincrético. Não chega a ser uma ideia aprofundada no dicionário, mas, como veremos, parece ser o ponto de partida para os debates mais atuais na área. A segunda trata do sincretismo sob o ponto de vista de uma estratégia global de comunicação; a terceira parece aproximar a dimensão sincrética de uma dimensão discursivo-

---

<sup>15</sup> Neste tópico, usamos as terminologias linguagens de manifestação, recursos expressivos ou camadas expressivas basicamente na mesma perspectiva. Trata-se de abordar como os conteúdos são manifestados nos textos sincréticos.

<sup>16</sup> Assinado pelo semioticista Jean Marie Floch.

enunciativa; e a quarta nos permite pensar o aspecto manipulador do que seria a comunicação sincrética.

De modo geral, essas noções acabam redefinindo a ideia que se tem do sincretismo da expressão, deslocando — a nosso ver — o eixo de uma "simples" manifestação sincrética para a concepção de uma estratégia sincrética efetivamente.

#### **4.2.1 O Texto sincrético**

Ao falar de texto sincrético e não puramente de semióticas sincréticas, por exemplo, abre-se espaço para o entendimento do caráter operacional dos mecanismos de sincretização. É a partir dele que podemos perspectivar algo a respeito do sincretismo. Isso porque, se o texto é objeto de estudo da semiótica, só faria sentido, de fato, entender os procedimentos de sincretização e seu funcionamento no âmbito textual, que é o espaço propriamente de articulação das estruturas discursivas com recursos expressivos.

Tal articulação, por sua vez, só poderia ser entendida no domínio de uma estratégia global de comunicação, na medida em que diz respeito tanto à comutação entre estruturas de ordem do conteúdo e da expressão, quanto ao encadeamento e à passagem de um recurso expressivo ao outro. É esse encadeamento que permite a manifestação do conteúdo como discurso articulado de maneira global. E, neste ponto, há duas implicações aparentemente inevitáveis, visto que — de um lado — falar de discurso pressupõe o estatuto enunciativo que lhe sustenta e, portanto, o sincretismo dificilmente poderia fugir disso. De outro, a ideia de comunicação sincrética nos levaria ao que se considera como seu aspecto manipulador, porque, como vimos, enunciar é sobretudo tomar posição.

Nesse sentido, o sincretismo não é um emaranhado de elementos aleatoriamente relacionados. Se se considera que mesmo a mobilização das camadas expressivas segue uma ordem e que toda ordem implica — no mínimo — hierarquia e seleção, é de se ponderar que não estamos diante de um fenômeno cuja natureza seja meramente relacionada ao uso de determinados recursos para manifestar conteúdos. Na verdade, o jogo sincrético, nesse caso, poderia ser compreendido como resultado de escolhas enunciativas operadas pelo sujeito da enunciação. Só assim, podemos entender o sincretismo menos como uma mera manifestação e mais como uma estratégia.

Bevidas (2012, p. 07), no entanto, tem uma posição mais radical em relação a este ponto de vista. Em sua perspectiva, "se a enunciação deve ser vista sempre como uma instância pressuposta, no controle do processo sintagmático do discurso, ela própria tem de

pressupor o sistema de possibilidades e coerções paradigmáticas, portanto, os sistemas linguageiros que vão entrar em sincretismo." Assim, para o autor, a enunciação seria muito mais vítima do que operadora do sincretismo, na medida em que se veria obrigada a curvar-se e a ajustar-se às coerções que as substâncias<sup>17</sup> heterogêneas da expressão introduzem em síncrese.

O problema de tal posicionamento é que — sem a concepção de um fundo enunciativo subjacente ao quadro sincrético — o sincretismo não seria mais do que uma colcha de retalhos, com elementos dispostos à vontade do acaso ou de qualquer outra força que não aquela que, de fato, estrutura o discurso e mesmo sua textualização. Sendo assim, não nos parece possível, pelo menos no horizonte das discussões atuais, renegar o papel de operador que a enunciação tem nos procedimentos de sincretização, sobretudo quando não há um substituto plausível em seu lugar.

Embora se possa interpelar como isso acontece de texto a texto — afinal de contas estamos lidando com um fenômeno em vias de debate e que coloca desafios aos estudos semióticos até pela variedade de expressões a dar conta — a dimensão enunciativa ainda aparenta ser a única capaz de explicá-lo sem que se caia em questões ontologizantes.

Articulada entre o plano da expressão e o plano do conteúdo, espalhando-se sobre toda a extensão do percurso, a enunciação assegura, quanto a ela, a discursivização das estruturas de linguagens. Ela o faz por meio dessa enunciação contínua e iterada que é a textualização, e que permite apenas a manifestação sensível dessas estruturas ao oferecê-las à interpretação. (BERTRAND; STANGE, 2014, p. 19)

De acordo com tal orientação teórica, a diagramação da capa de um jornal, a sequência de cenas em um filme ou a estrutura de uma charge não podem ser pensadas apenas no que concerne a questões de ordem gráfica. Embora sejam casos específicos de sincretismo, esses objetos de suporte planar, na definição de Floch (1987), ainda são o caso mais bem sucedido de análise semiótica no que se refere ao fenômeno sincrético. Como veremos mais adiante, a problemática de análise do sincretismo de maneira geral surge, entretanto, quando acionamos linguagens de manifestação para além desse tipo de suportes.

De todo modo, é preciso reconhecer, nesses casos, que o manejo do próprio projeto gráfico se dá em função de mecanismos que permitam a leitura do sentido construído

---

<sup>17</sup> Neste caso, parte-se do princípio hjelmsleviano segundo o qual expressão e conteúdo podem ser definidos a partir de uma forma e de uma substância. De acordo com Discini (2009, p. 202), a forma do conteúdo funda as categorias que ordenam o mundo conceitualmente a partir do momento em que é traçado o descontínuo na massa amorfa, gerando como sua substância cada conceito resultante das oposições categoriais da forma. No plano da expressão, a forma é a zona amorfa onde se encaixam as figuras (fonemas, por exemplo) em número variável segundo as línguas, enquanto a substância se apresenta como simulacro da materialização (elementos de ordem plástica, sons...). (cf. definições de forma e substância: HJELMSLEV, 1975, p. 57-60)

nesses textos e a efetivação de estratégias persuasivas discursivamente arquitetadas. Isso quer dizer que, ao colocar em perspectiva como o discurso é textualizado, a expressão subsume também programas de manipulação que estão na base narrativa do discurso e que só podem ser apreendidos quando enunciados.

Discini (2003) desenvolveu análises muito úteis que podem nos ajudar a compreender como isso acontece. Ao diferenciar o que se chama de imprensa séria e imprensa marrom ou sensacionalista, a autora mostra como o estilo gráfico de cada uma dessas vertentes indica modos de dizer e de ser distintos. Na imprensa dita séria, se sobressai uma diagramação mais sóbria, sem cores berrantes, fotos menos apelativas etc., o contrário do que caracteriza o sensacionalismo. E isso gera um efeito de seriedade e credibilidade maior para a informação e para o veículo que a comunica. Assim, se entendemos que todo jornal atua tanto no sentido de fazer crer e de se fazer credível, temos aí, portanto, um exemplo de como recursos expressivos podem ser empenhados enquanto vetores de manipulação.

É justamente a concepção de um efeito enunciativo global — responsável por tecer pontos de convergência no jogo de relações entre as diferentes linguagens sincretizadas — que dá suporte à ideia de que as camadas expressivas e o próprio sincretismo que as define não são agenciadas de maneira gratuita, mas estrategicamente. Nesse caso, o problema passa a ser de outra ordem, porque é preciso entender a natureza desse caráter 'global' de que se fala, na medida em que ele aponta para uma totalidade, seja no âmbito da enunciação sincrética, seja na dimensão das linguagens que ela parece articular rumo à noção de todo de sentido.

#### **4.2.2 Da totalidade de significação**

O conceito de texto sincrético, nesses termos, vai sendo moldado não em função das linguagens que o constituem tomadas isoladamente, mas a partir de uma unidade integrada. E é esse entendimento que permite pensar o sincretismo como parte de uma estratégia global de comunicação, valendo-se de diferentes substâncias para manifestar, na textualização, uma forma do conteúdo e uma forma da expressão (FIORIN, 2009, p. 37).

Essa perspectiva se mostra interessante, porque parece reforçar a noção do texto como todo de significação, na medida em que o sincretismo se daria entre linguagens diferentes para compor uma totalidade de sentido oriunda da convergência entre as camadas expressivas e o conteúdo, visto que é no encontro e na interação entre esses dois planos que se forja o sentido dos textos.

O texto sincrético não é uma simples bricolagem, uma mistura de componentes diversos; é uma superposição de conteúdos formando um todo de significação. Nele não há uma simples soma de seus elementos constituintes, mas um único conteúdo manifestado por diferentes substâncias da expressão. Não se trata de unidades somadas, mas de materialidades aglutinadas numa nova linguagem, do sentido individual ao sentido articulado, fruto de uma enunciação única realizada por um mesmo enunciador, fazendo com que cada substância do plano de expressão seja ressemantizada. (CORTINA; SILVA, 2014, p. 08)

O debate em torno dessa ideia, contudo, não chega a ser um consenso. Há quem discorde. Beividas (2012, p. 06), por exemplo, questiona a validade de se considerar o “todo de significação” pleiteado como um dado prévio, porque a totalidade de sentido ficaria, assim, tomada a priori e a teoria semiótica não é uma teoria apriorística. O próprio sentido é uma construção, não é algo dado. Então — segundo o semioticista — o problema está em dar “na partida aquilo que deveria ser demonstrado na chegada, como resultante das articulações sincréticas”. Faz sentido, porque essa noção do todo de significação no jogo sincrético está muito mais para uma possibilidade teórica do que precisamente para um fato admitido sem necessidade de demonstração.

A questão, todavia, é compreender como funciona essa totalidade, uma vez que ela nos impõe pelo menos dois pontos de reflexão. O primeiro deles é considerar que a unidade construída a partir da heterogeneidade de recursos expressivos pressupõe também uma homogeneidade ou uma harmonia, o que não é necessariamente verdade. Os recursos não precisam ser, no todo, harmônicos entre si e tampouco o resultado do imbricamento entre eles se dá infalivelmente como um texto homogêneo<sup>18</sup>. Se a enunciação perpassa a articulação do conteúdo com a expressão, toda homogeneidade, harmonia ou desarmonia, nesses casos, se dá em função dela e dos efeitos de sentido a construir. Sendo assim, é ela quem definiria os termos dessa totalidade.

O segundo ponto é conceber as variadas linguagens de manifestação, mobilizadas no texto, a partir de um mesmo nível ou de níveis distintos de relação. Isso porque, embora haja a possibilidade de todas estarem a serviço do conjunto sincrético e de uma significação global harmônica, nem sempre elas estarão num mesmo patamar inter-relacional. Só assim podemos pensar em graus diferentes de sincretismo<sup>19</sup>, tal qual propõe Carmo Jr. (2009).

---

<sup>18</sup> Esse entendimento facilita a compreensão das estratégias de sincretização defendidas por Discini (2009, p.205). Segundo a autora, há dois tipos de estratégias sincréticas: 1. contratual e 2. polêmica. A primeira acontece quando os elementos plásticos e verbais, por exemplo, reproduzem a mesma isotopia. A segunda ocorre quando se inaugura uma segunda isotopia por complementaridade/contraditoriedade ou quando esses elementos (recursos expressivos) negam-se mutuamente.

<sup>19</sup> Tomada a partir da proposta de Hjelmslev (1975, p. 95), para quem é possível falar ainda de fusão e implicação nas relações sincréticas.

A proposta deste autor segue a lógica de que um texto sincrético é constituído de elementos dos planos da expressão com graus de intimidade distintos, sendo que cada grau reflete diferentes estratégias enunciativas e resultam em efeitos de sentido específicos (CARMO Jr., 2009, p. 176). É uma proposta interessante, porque torna a análise desses objetos mais operacional, tendo como base a relação de vínculo entre eles e deles com o todo do qual fazem/fariam parte. Tem-se, então, quatro graus diferentes: 1. a inerência, 2. a coerência, 3. a aderência e 4. a incoerência, em ordem decrescente de grau de sincretismo.

Sob esse ponto de vista, a inerência é o grau máximo de vínculo no jogo de relações sincréticas, onde as camadas expressivas são superpostas a tal ponto que cada uma delas só tem sentido em sua inserção na totalidade do texto. Assim como a aderência, ela é, na verdade, uma variável da coerência, na qual cria-se uma zona de intersecção onde não se pode definir exatamente os limites entre o verbal e o visual. O que muda, portanto, entre uma e outra é o grau de vínculo. A inerência pressupõe o clímax dessa intersecção, enquanto a aderência nos permite pensar como os componentes da dimensão sensível da expressão têm um papel a desempenhar na inteligibilidade dos conteúdos (seja pelos formantes eidéticos, topológicos ou cromáticos). Por sua vez, a incoerência pressupõe exatamente o contrário da coerência e de suas variáveis. Se nesta é possível falar em uma intersecção das linguagens em sincretismo, naquela essa intersecção perde força e os limites entre as camadas expressivas ficam mais nítidos no âmbito do texto.

Ainda que seja uma proposta mais limitada à análise de textos verbovisuais — o que não dá conta da pluralidade de recursos expressivos — a concepção de graus de sincretismo tem sua importância, na medida em que nos autoriza a pensar como acontece a integração das partes com o todo simultaneamente, constituindo uma forma da expressão e uma forma do conteúdo que compõem o texto sincrético de maneira global. Por isso, Carmo Jr. (2009, p. 171) diz que o sincretismo resulta de uma operação onde a superposição de grandezas faz uma diferença transformar-se numa identidade. Nesse caso, o foco da discussão é saber como isso se opera: o particular e o universal funcionando juntos, ao mesmo tempo, solidariamente.

Seria muito pouco provável encontrarmos uma solução fechada para este problema no estágio atual do debate e que desse conta de todos os casos. Mas se tomamos o texto sincrético como uma totalidade significante de fato, só é possível entender que essa unicidade se explica pelo processo de diluição de certas especificidades dos elementos constituintes. Isso quer dizer que — embora as linguagens de manifestação no sincretismo pareçam ter cada qual autonomia e coerência interna relativas e “autônomas” — elas precisam

ceder parte dos seus traços individuais em consequência do todo de sentido que torna necessária a presença de cada uma delas juntas.

A viabilidade desse entendimento, no entanto, depende da mobilização dos conceitos de “neutralização” e “suspensão” (GREIMAS; COURTÉS, 1975). Na verdade, não é de se imaginar que a sincretização pressuponha a exclusão das diferenças entre os recursos expressivos. O que se supõe é a suspensão dessas diferenças e a neutralização dos traços particulares de cada linguagem sincretizada em prol da constituição do texto globalmente e do sentido articulado nele. É ainda a partir desses conceitos que podemos vislumbrar algo no modo como as linguagens em sincretismo se complementam em uma rede significativa.

Não fica claro, todavia, qual a pertinência de se conceber uma significação específica para cada linguagem de manifestação isoladamente, conforme propõem autores como Bevidas (2006, p. 103). A razão dessa inconsistência nos parece ser o fato de que, com isso, estaríamos falando de uma constelação de significações no universo do texto sincrético, sendo que o próprio sincretismo pressupõe uma totalidade de sentido, ainda que ela não seja harmônica ou homogênea, por determinação da enunciação que lhe subjaz.

Pensar assim só seria possível tomando cada linguagem no jogo sincrético como conjunto significativo autônomo, mas mesmo a autonomia de cada uma delas — nesse caso — se definiria pela relação com as outras, pois esse é o fundamento do sincretismo. Caso contrário, não faria sentido falar de sua existência, mas apenas de peças soltas e sem qualquer vínculo. Obviamente, a análise dessas estruturas exige um processo de discretização, mas se trata de uma discretização puramente metodológica e, portanto, operacional. Ao que parece, tal processo não pode ser considerado fora do jogo relacional que constitui o texto sincrético, porque qualquer carga semântica das linguagens em sincretismo só pode ser vista em função do texto como um todo.

A capa de jornal, por exemplo, é uma bricolagem tanto entre elementos de ordem verbal (tipografias, caracteres) quanto de ordem plástica (fotos, charges, publicidades, gráficos...). Então, graficamente tem-se um texto cuja natureza é segmentada. Entretanto, a segmentação, nesses casos, — segundo já apontavam Fiorin e Savioli (1996, p. 155) — é um procedimento importante na leitura e, em vista disso, na interpretação do texto, tanto porque nos permite distinguir os elementos intercalados e quanto em que medida eles estão implicados mutuamente.

Nesse sentido, o que a noção de graus de sincretismo coloca é justamente que a contribuição de cada uma dessas linguagens — para constituir o sentido único — pode não se dar na mesma medida, mas não nega o fato de que a significação, nesses termos, só pode ser

entendida na totalidade do processo, ou seja, no jogo de relações que elas estabelecem entre si, e não na simples soma semântica de dimensões individuais.

Outra avaliação que se faz a esse respeito está na efetividade de se postular uma forma única para o texto sincrético, como propôs Floch. Na perspectiva de semioticistas como Fiorin (2009, p. 36-37) e Bevidas (2012, p. 06-07), esta concepção implicaria a necessidade de pensarmos qual a substância resultante do sincretismo, uma vez que toda forma determina uma substância. Mais uma vez, a questão seria a de considerar textos desse tipo como uma constelação de formas e de substâncias independentes (uma para cada linguagem em sincretismo), gerando uma forma e uma substância maior, do texto como todo de sentido.

A bem da verdade, talvez não tenhamos elementos teóricos suficientes hoje para discutir essa questão em consenso, mas se consideramos a totalidade sincrética do texto, provavelmente a noção de bricolagem nos dê algumas pistas, porque tanto a forma quanto a substância do conteúdo e da expressão poderiam ser pensadas pelo modo como as linguagens são sincretizadas nos termos de suas relações. Nesse contexto,

“Bricolar”, portanto, pressupõe não apenas misturar ou acrescentar, como pode se supor à primeira vista. Os novos objetos, resultantes da bricolagem, envolvem tessituras orgânicas, de feixes de traços que se enriquecem mediante a intersecção de outros campos, ao mesmo passo que perdem algo de sua especificidade em prol de uma nova unidade de sentido. Esta guarda em si os rastros das grandezas que as originam, expõe as marcas de um sujeito que organiza a trama discursiva e suscita outros sentidos, propícios a fazer “re-ler” o todo constituído, a “re-ver” o mundo representado e, com isso, “re-definir” a identidade do meio que a veicula. (CAETANO; TAVARES, 2014, p. 135-136)

A análise do texto sincrético é, desta forma, um ponto de partida possível para que se possa entender a maneira como a expressão é trabalhada e articulada com estruturas discursivas de modo a (re)significar a percepção que se tem delas. Como vimos, é sob esse ponto de vista que nos parece ser possível fundamentar qualquer consideração sobre a ideia de semantismo da expressão.

Entretanto, para explicar como o sentido é construído nesses textos que acionam o emprego de várias linguagens, não basta especificar a coerência que integra a articulação do conteúdo com recursos expressivos. É preciso ir além e explicitar, por meio de uma metodologia igualmente coerente, o modo como essa heterogeneidade significativa se estrutura como todo de sentido não só em termos teóricos, mas também como arcabouço prático. Esse é o desafio dos estudos em sincretismo atualmente.

### 4.3 Por um modelo de análise da expressão

O problema da análise de textos sincréticos é um problema de análise dos recursos expressivos mobilizados nele, ou das linguagens que o constituem. Como vimos, só é possível falar do sentido no plano da expressão considerando a articulação daquilo que foi organizado no plano do conteúdo — em termos de estruturas significantes — com elementos de ordem plástica (no caso de um texto sincrético). Se se parte do princípio de que o papel das camadas expressivas nesse processo não é gerar a significação propriamente dita<sup>20</sup>, mas conferir-lhe condições para o sentido assumir sua potência enquanto efeito(s), nos deparamos com uma questão difícil de ser ignorada, que é a necessidade de pensarmos percursos possíveis para entender essa articulação de um ponto de vista científico-analítico.

Estamos falando, portanto, de um método que permita a análise de textos — sincréticos ou não — cuja expressão exige cuidado especial no que diz respeito à significação. O percurso gerativo do sentido proposto por Greimas, embora seja de natureza eminentemente teórica, foi bem sucedido em seu intento, porque tem funcionado como arcabouço metodológico para discretização das estruturas significantes em todo tipo de texto. A questão, conforme já mencionado, é que se trata de um percurso com foco no plano do conteúdo. Os recursos expressivos usados, de texto a texto, para manifestar os conteúdos acabam não sendo explorados. E isso tem obrigado a semiótica greimasiana a lidar com essa problemática e a propor modelos capazes de preencher essa lacuna.

As dificuldades em estabelecer esse modelo invariante capaz de servir para a análise dos textos sincréticos surgem da própria natureza dos significantes de cada linguagem, geralmente analisáveis por categorias próprias, de ordem espacial ou temporal, visual ou sonora, mas também relativas a um código específico, o que permite não confundir o grafismo das letras com as figuras de natureza pictórica ou fotográfica. (GOMES, 2014, p. 205)

Um dos primeiros modelos com foco nesta questão foi esboçado por Jean-Marie Floch (1987), semioticista do grupo greimasiano e estudioso da área do sincretismo. Na perspectiva flochiana, a análise semiótica da expressão poderia ser empreendida à luz de relações semisimbólicas com o plano do conteúdo, na medida em que os dois planos seriam homologáveis.

A proposta parece pertinente quando olhamos cada plano sob o prisma do paralelismo que os caracteriza, conforme já defendia Greimas. Assim, poderíamos pensar em categorias eidéticas, cromáticas e topológicas do plano da expressão, análogas a categorias do

---

<sup>20</sup> Tomamos como pressuposto que o sentido é gerado nas estruturas imanentes do plano do conteúdo e só então reconstruídos a partir de sua manifestação no plano da expressão.

plano do conteúdo (oposições elementares vida vs. morte, ser vs. parecer...), associando relações de forma, de cor e de disposição textual (da dimensão plástica) com relações de sentido (da ordem do conteúdo). Isso só seria possível, no entanto, graças ao conceito de semisimbolismo, que permite entender a articulação entre expressão e conteúdo como uma correlação entre categorias, e não meramente entre unidades ou elementos isolados<sup>21</sup>.

Nessa perspectiva, a noção de “categoria” aponta tanto para o caráter relacional entre os planos quanto para o que Macedo (2008, p. 20) define como um “conjunto de elementos comparáveis entre si, independentemente de sua natureza”, reforçando a concepção de uma totalidade de sentido no sincretismo de linguagens. É o que vemos acontecer em capas de jornais, revistas, anúncios publicitários, filmes, postagens de redes sociais etc, objetos com apelo visual e de suporte planar.

O problema deste modelo reside exatamente aí. A proposta de Floch, embora tenha sido largamente empregada e ainda hoje seja pertinente em muitos aspectos<sup>22</sup>, nos parece mais restrita a textos híbridos, ancorados pela linguagem verbovisual, e com aplicação limitada quando consideramos textos mais abstratos e não planares.

A dificuldade está justamente em “identificar, nos textos sincréticos, os traços comuns da expressão das variadas linguagens, de modo a identificar categorias que explicariam a coerência e a integração do conjunto em uma unidade de sentido” (GOMES, 2014, p. 205) diante de tamanha heterogeneidade. Isso porque as categorias de análise devem, então, ser gerais o suficiente para dar conta das diferentes materialidades que participam da textualização dos conteúdos. E mais: se partimos do pressuposto de que todas as linguagens mobilizadas no texto sincrético participam da constituição de sua forma da expressão e que essa forma é distinta da forma de cada uma dessas linguagens separadamente (FIORIN, 2009, p. 37), seria muito pouco provável podermos considerar categorias que levem em conta essa heterogeneidade de maneira isolada, porque a análise deve ser feita sobremaneira no âmbito do todo, e não de unidades específicas.

Nesse contexto, o que se vê atualmente é uma tentativa de readequação da proposição flochiana, não só no sentido de ampliar seu alcance, mas também de integrá-la a um modelo maior de análise, onde as categorias da expressão e suas relações semisimbólicas com os conteúdos, são apenas parte dele.

---

<sup>21</sup> Um exemplo simples apontado pelo próprio Floch (1987) seria o da linguagem gestual em nossa cultura. Nela, a categoria /sim/ vs /não/ – no plano de conteúdo – corresponde, no plano de expressão, à oposição de dois tipos de movimentos da cabeça, que indicam a um significado específico.

<sup>22</sup> Há, inclusive, propostas mais atuais que alargam as possibilidades de análise da expressão ao acrescentar uma quarta categoria a ser analisada: a dimensão matéria (CORTINA, 2014; TEIXEIRA, 2009).

A proposta de Teixeira (2009), desta forma, nos parece mais plausível, ao colocar em evidência cinco pontos de análise que simulam a convergência dos recursos expressivos — sincréticos ou não — com as estruturas significantes mobilizadas no plano do conteúdo. Segundo este modelo, portanto, as análises que perspectivam o papel da expressão na apreensão do sentido deveriam se centrar:

- a) na cobertura de figuras e temas presentes no discurso verbovisualmente;
- b) nas categorias cromáticas, eidéticas e topológicas do plano da expressão plástica;
- c) nos mecanismos de articulação entre plano do conteúdo e plano da expressão;
- d) nas formas de incidência das categorias tensivas no texto;
- e) por fim, nas estratégias enunciativas que estruturam possibilidades de interação entre enunciador e enunciatário.

Como podemos ver é um modelo que aparenta ser mais elaborado do que o original. Primeiro, porque ao considerar a noção de mecanismos de articulação entre os planos, abre-se a possibilidade de falarmos do grau de sincretismo entre as diferentes linguagens de manifestação e de que modo o texto se constitui enquanto todo de sentido. Segundo, porque fica clara a tentativa de convergir a análise da expressão com a análise das estruturas significantes no plano do conteúdo, por isso sugere-se também a apreciação de estratégias enunciativas e discursivas. Terceiro, porque possibilita uma distinção das categorias de Floch com outros mecanismos de articulação entre os planos da expressão e do conteúdo. No mínimo, depreende-se daí, que a análise do sincretismo não se resume à relação das categorias flochianas (para o plano da expressão) com as relações de sentido estabelecidas por categorias do conteúdo. Tampouco que o próprio sincretismo seja a única via de articulação entre os planos.

No geral, não temos, entretanto, um conjunto de etapas que justifique presumir esse modelo como um percurso, tal qual o greimasiano. Os tópicos são, inclusive, intercambiáveis. Os itens b e c podem ser analisados em conjunto sem prejuízo. Além disso, o que é apresentado são pontos que podem ser (des)considerados conforme o objeto em análise. Nesse caso, a proposta se adequaria à especificidade do texto, tornando o modelo aberto. Assim, em se tratando de capas de jornais — nosso objeto — a proposta de Teixeira parece pertinente, visto que pode permitir uma leitura do conjunto significativo em sua totalidade sincrética, mas se partirmos para textos de base gestual, por exemplo, não faria sentido falar em cromatismo ou em elementos verbovisuais.

Obviamente, isso não inviabiliza a proposta na sua integralidade, porque a impossibilidade de trabalhar com algumas opções, não elimina as demais. Todavia, revela-se aí o problema para se chegar a uma metodologia evidentemente eficaz na lida com a expressão, na medida em que ela aponta para estruturas de manifestação mais distintas do que os modelos atuais conseguem prever e abarcar (pelo menos, até o momento).

Um caso ainda mais desafiador é pensar em um percurso gerativo do sentido na expressão, porque é uma proposta que vai de encontro à ideia de que as camadas expressivas não significam a não ser que relacionadas, de alguma maneira, ao plano do conteúdo, uma vez que elas o despertam e o reconstróem em uma perspectiva própria.

Sob esse enfoque, a ideia de um semantismo da expressão — construído pela relação com as estruturas do conteúdo — perde um pouco seu fundamento, porque a expressão passa a ser tomada não mais como catalisador das potencialidades de sentido das estruturas imanentes, mas a partir de um estatuto próprio. Estatuto este em que o próprio conceito de imanência passa a ser reformulado de tal modo que seja possível abarcar fronteiras para além dos limites do texto, como veremos adiante.

O modelo mais conhecido nessa ótica é o proposto pelo semioticista Jacques Fontanille (2008), para quem o percurso de significação no plano da expressão poderia ser entendido como uma sequência de seis níveis hierárquicos de pertinência: (1) signos e figuras, (2) textos-enunciados, (3) objetos e suportes, (4) práticas e cenas, (5) situações e estratégias, (6) formas de vida. Por esse esquema, o percurso funcionaria tanto em uma perspectiva ascendente, onde os textos integram as figuras, os objetos integram os textos, as práticas integram os objetos, etc. quanto descendente, onde uma prática é emblemática por um objeto, ou encenada num texto. A diferença, nesse caso, baseia-se na reciprocidade do caráter de integração entre cada etapa/nível.

Contudo, um dado importante a ser considerado neste ponto é o fato de que a expressão a que se refere Fontanille não é a “expressão em sentido restrito, identificada geralmente à manifestação material de um fenômeno, mas a expressão da manifestação semiótica, baseada na experiência de um sujeito senciente” (PORTELA, 2008, p. 100). De fato, o modelo pressupõe um tipo de experiência para cada nível do percurso<sup>23</sup> e se centra na concepção de substratos sensíveis que podem, inclusive, anteceder a manifestação dos textos.

---

<sup>23</sup> [...] cada nível de pertinência está associado a um tipo de experiência que pode ser reconfigurado em constituintes pertinentes de um nível hierarquicamente superior. A experiência perceptiva e sensorial conduz às “figuras”, a experiência interpretativa conduz aos “textos-enunciados”, a experiência prática conduz às “cenas predicativas”, a experiência das conjunturas conduz às “estratégias” etc. (FONTANILLE, 2008, p. 27)

A ideia de práticas é um exemplo disso. Nesse âmbito da expressão, passa-se a entender o funcionamento do texto para além de sua dimensão material e de seus próprios limites, abrangendo seu entorno ou o conjunto de situações semióticas que o constituem e que estão inscritas nele. Nessa perspectiva — para Fontanille (2008, p. 27-28) — falar de sincretismo, por exemplo, só faz sentido no âmbito das práticas, porque só nesta dimensão os elementos que compõem o jogo sincrético encontram um lugar e um papel interdefinidos.

Trata-se, portanto, de uma discussão profícua e que abre espaço para muitas questões. Ao trabalhar com o conceito de níveis de pertinência e considerar a noção de práticas semióticas, o modelo fontanilleano joga luz sobre temas por muito tempo tomados como extrapolação do texto ou violação do princípio de imanência, porque a todo momento se considera dimensões que não a estritamente textual. É uma empreitada desafiadora, na medida em que nos leva a repensar o modo como as estruturas imanentes são ponderadas nesse processo.

Para resolver esta problemática, Fontanille propõe a existência de tantos planos de imanência quantos níveis de pertinência houver no percurso da expressão. Desta forma, o autor dribla a noção hjelmsleviana da semiótica clássica de que os dados do linguista são os dados do “texto”, estabelecendo limites para a concepção unitária de imanência que tem guiado os estudos na área.

Sobre a análise imanente, devemos hoje distinguir cuidadosamente (1) o próprio princípio de imanência e (2) a fixação dos limites da imanência. Essa questão tornou-se definitivamente confusa pela maneira como esses limites, provisórios e arbitrários, foram recentemente fixados no texto-enunciado. Se é verdade, como diz Hjelmslev, que os dados do linguista apresentam-se como sendo os do “texto”, isso não é mais uma verdade para o semioticista, que trabalha também com “objetos”, com “práticas” ou com “formas de vida” que estruturam áreas inteiras da cultura. (FONTANILLE, 2008, p. 19)

No entanto, considerar que as práticas semióticas estão inscritas nos textos nos permitiria entender como o objeto de análise integra seu próprio contexto ou situação semiótica, e não o contrário. Consequentemente, isso nos levaria a considerar também que é do texto, de fato, de onde se parte. Nesse caso, é de se perguntar qual a viabilidade de vários planos de imanência, se mesmo as dimensões tomadas como fora dos limites textuais só podem ser resgatadas como abstrações possíveis partindo do texto enquanto objeto de análise.

Como vimos, um mérito da concepção deste percurso é tratar a expressão como substrato sensível e não como mero aporte material ou como manifestação das camadas expressivas de maneira literal. Isso alarga as possibilidades de análise, mas — partindo desse princípio — não seria estranho supor que os níveis de pertinência fontanilleanos estão no

estágio do que seria uma instância da expressão e não na expressão de fato, assim como Beividas (2006) fala de uma instância da manifestação, considerando a impossibilidade de se alcançar a manifestação propriamente dita.

O problema dessa concepção, entretanto, é que estamos no âmbito das conjecturas, porque a noção de níveis de pertinência não deixa isso claro, pelo menos não no estágio em que se encontra. Além disso, a problemática central no que tange a um percurso gerativo do sentido na expressão é igualmente uma questão de ordem metodológica. Embora possa ser entendido como modelo de análise, nos questionamos como seria possível realizar, por exemplo, a discretização de uma forma de vida, ou quais categorias mobilizar de modo que seja possível este tipo de análise.

Ao contrário do percurso greimasiano, que até o momento se apresenta bem detalhado para a análise de cada nível de significação no plano do conteúdo, a proposta de Fontanille — nos parece — ainda está muito mais no campo das discussões do que na esfera de um caráter operacional propriamente dito para análise do plano da expressão. Não há demérito nisso, uma vez que são exatamente essas discussões que permitem a semiótica avançar. Mas, por questões de ordem metodológica, não cremos ser este modelo o ideal para emprendermos o estudo proposto aqui.

Como vemos, portanto, não há modelos fechados para descrição e análise semiótica relativas ao plano da expressão, como há para o plano do conteúdo. Efetivamente, o que nós temos são algumas estratégias e, talvez, somente as tentativas práticas de investigação nesse enfoque nos permitam, de alguma maneira, estabelecer com maior eficácia os ganhos e perdas de cada estratégia, de modo que seja possível pleitear uma proposta mais robusta no futuro.

## 5 METODOLOGIA

Toda a discussão feita até agora nos ajuda a compreender em que terreno teórico se situa esta pesquisa. No entanto, um estudo desta envergadura exige mais do que uma explanação rigorosa dos conceitos e das categorias mobilizadas para guiar o trabalho de análise, pois é igualmente importante definir sua sistematização metodológica.

Partimos, então, de uma pesquisa teórica descritivo-analítica, de natureza qualitativa, cujo método de abordagem poderia ser caracterizado como hipotético-dedutivo, na medida em que lançamos algumas hipóteses sobre os objetos a serem analisados tendo em vista a fundamentação teórica desenvolvida até aqui para embasar a análise do *corpus*.

Nesses termos, apresentamos nesta seção as especificações do aporte metodológico com o qual trabalhamos. Inicialmente, buscamos sistematizar o processo de composição do *corpus* e, posteriormente, estabelecer os procedimentos que devem permitir a viabilidade da análise, apresentando nossos objetivos e hipóteses de partida.

### 5.1 Delimitação do *Corpus*

Como ponto de partida, fez-se uma coleta inicial de todo o conteúdo (amostra) que será usado para efeito deste trabalho. Isso, é claro, demandou um processo de seleção. E para facilitar o entendimento deste processo, dividimos a seleção em etapas, seguindo critérios específicos, conforme pode ser visto a seguir.

#### 5.1.1 Seleção do *corpus* - etapa I

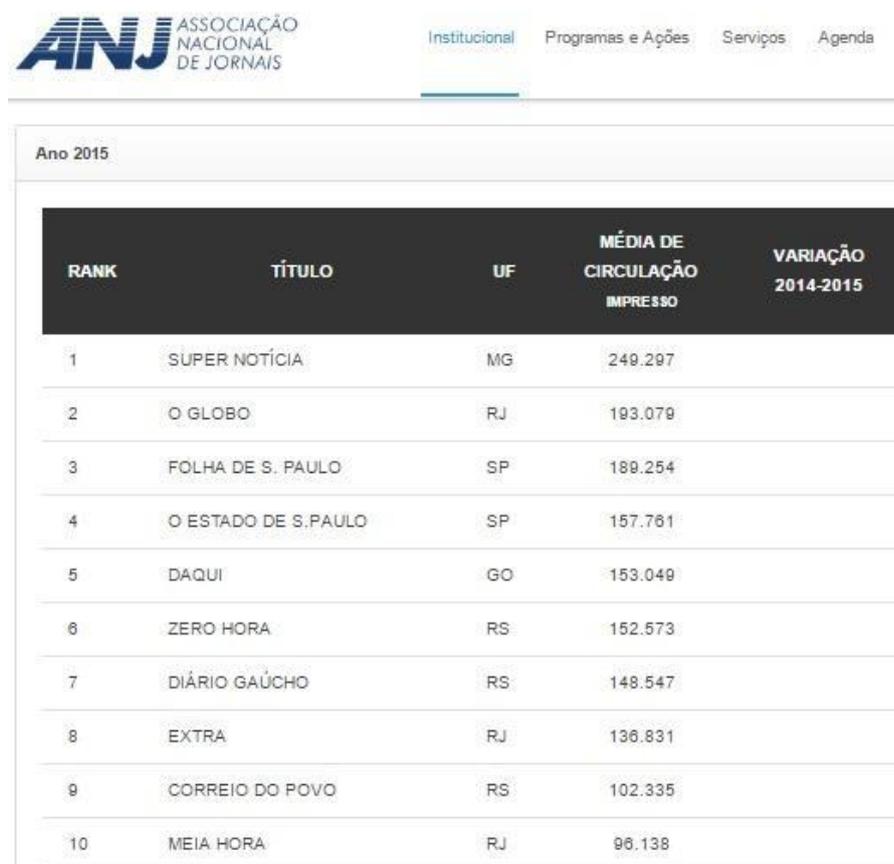
Tendo em vista a necessidade de se assegurar a homogeneidade do *corpus*, precisamos lembrar, antes de mais nada, que vamos trabalhar aqui exclusivamente com capas de jornais. Portanto, não nos interessa acrescentar nesta amostragem qualquer outro objeto que se enquadre fora desta regra.

Sendo assim, a primeira seleção que se teve de fazer, então, foi estabelecer com quais jornais especificamente devemos trabalhar, dado o universo vasto de publicações jornalísticas no país. Essa seleção não se deu de forma aleatória. Logo, fez-se necessário definir alguns critérios de escolha.

O primeiro corte que fizemos foi estabelecer como prévia de análise os cinco maiores jornais em circulação nacional — em volume de unidades vendidas — no período de tempo definido para compor o *corpus* (ano de 2015). Usamos, para tanto, dados obtidos junto

ao levantamento anual feito pela Associação Nacional de Jornais (ANJ)<sup>24</sup>, que mede a tiragem das maiores publicações do país. Cinco periódicos, portanto, entraram no pódio: Super Notícia, O Globo, Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e jornal goiano Daqui.

Figura 2: print ANJ - 10 jornais com maior tiragem nacional em 2015.



The image shows a screenshot of the ANJ website. At the top left is the ANJ logo (Associação Nacional de Jornais). To the right are navigation links: Institucional, Programas e Ações, Serviços, and Agenda. Below this is a section for 'Ano 2015' containing a table with the following data:

RANK	TÍTULO	UF	MÉDIA DE CIRCULAÇÃO IMPRESSO	VARIAÇÃO 2014-2015
1	SUPER NOTÍCIA	MG	249.297	
2	O GLOBO	RJ	193.079	
3	FOLHA DE S. PAULO	SP	189.254	
4	O ESTADO DE S.PAULO	SP	157.761	
5	DAQUI	GO	153.049	
6	ZERO HORA	RS	152.573	
7	DIÁRIO GAÚCHO	RS	148.547	
8	EXTRA	RJ	136.831	
9	CORREIO DO POVO	RS	102.335	
10	MEIA HORA	RJ	96.138	

Fonte: Print site da ANJ

Após esta primeira triagem, foi necessário definir mais critérios de seleção, de modo que fosse possível atingir os objetivos deste estudo. Como a proposta é identificar, descrever e explicar as estratégias persuasivas no discurso da crise econômica no governo Dilma Rousseff em 2015, optou-se por escolher publicações de alcance nacional, não só em volume de tiragem (número de jornais vendidos) — claro — mas também em termos de representatividade dessas publicações.

Temos aí, portanto, o segundo critério que guiou esta seleção: cada capa escolhida deveria compor publicações com projeção e circulação nacional, reconhecidas como grandes atores no cenário jornalístico brasileiro. Entre os cinco primeiros no *ranking*, como se pode ver, apenas três publicações se enquadrariam nessas condições. Desta forma, foram escolhidos os jornais O Globo, Folha de S. Paulo e Estadão.

<sup>24</sup> Acesso às informações citadas pode ser feito no site da ANJ. Disponível em: <http://bit.ly/29g1eQm>. Acessado em 22 de dezembro de 2016.

Na verdade, em 2015, os três venderam menos unidades impressas que o jornal mineiro Super Notícia (primeiro colocado no *ranking*), conforme podemos ver na Figura 2, retirada do site da ANJ. Entretanto, vale lembrar que tanto O Globo, quanto Folha e Estadão têm mais projeção nacionalmente. Isso porque Super Notícia e Daqui têm circulação mais restrita, demasiadamente limitada a seus estados de origem (Minas Gerais e Goiás, respectivamente), enquanto Folha, O Globo e Estadão possuem alcance nacional maior. Juntos, os três possuem grande notoriedade, inclusive entre os próprios veículos de comunicação, sendo fontes de informação<sup>25</sup> para jornais de pequeno e médio porte, de caráter mais regional.

Além disso, é importante frisar que periódicos como Daqui e Super Notícia — por terem uma linha editorial muito específica (pautas de entretenimento e locais) — nem sempre dão espaço para notícias sobre temas como economia ou política nacional. Super Notícia, por exemplo, não chegou a publicar nada em suas capas sobre a situação econômica brasileira no período de tempo estipulado para definir nosso *corpus*. Sendo assim, não parece fazer sentido incluir publicações desse tipo neste estudo, uma vez que pretendemos exatamente analisar o discurso da crise atribuída à economia brasileira em capas de jornais, o que não foi verificado nas edições desses dois periódicos.

Temos, aí, já um novo critério, porque qualquer passo fora desta direção poderia fugir do escopo definido previamente para a escolha da amostragem, o que feriria o princípio norteador de seleção do *corpus*, uma vez que essa escolha deve partir de um único ponto de vista. Assim, se vamos analisar capas de jornais que abordam a situação econômica brasileira, não há porque considerar publicações que não tratem, de alguma maneira, esta temática em suas linhas editoriais.

### **5.1.2 Seleção do *corpus* - etapa II**

Definidas as publicações com as quais devemos trabalhar, então, partiu-se para a terceira seleção necessária. O terceiro recorte que realizamos diz respeito ao próprio objetivo deste trabalho. Se se propõe aqui abordar, ou o discurso, da crise econômica no Governo Rousseff, faz-se necessária uma delimitação que considere edições específicas de cada jornal, relacionadas diretamente a esta abordagem.

---

<sup>25</sup> Os três jornais mantêm um serviço de agência de notícias que - mediante assinatura - distribui conteúdos aproveitados por jornais de todo o Brasil, visto que muitos jornais de pequeno e médio porte não têm a estrutura necessária para manter correspondentes em diferentes regiões do país.

Nesse sentido, foi feito um levantamento de todas as capas publicadas por cada jornal em 2015. Como cada jornal publica uma edição por dia, foram 365 capas. Após isso, selecionamos apenas as que tinham como manchete<sup>26</sup> assuntos relacionados à economia brasileira. Ao todo, foram 187 capas considerando esse critério.

Quadro 01: número de capas com manchete sobre economia brasileira.

<b>Jornal</b>	<b>Manchete: economia brasileira</b>
Estadão	40 capas
Folha de S. Paulo	69 capas
O Globo	78 capas
<b>Total</b>	187 capas

Fonte: os autores

Depois desse recorte, foi preciso realizar uma nova triagem, porque nem todas as capas com manchetes relacionadas à economia nacional necessariamente apontavam para a noção de crise econômica no país. Muitas capas traziam informações sobre medidas do governo que tinham impacto na economia, é claro, mas que abordavam mais uma questão política — ou de crise política — do que especificamente o tema economia brasileira, embora houvesse uma estreita conexão entre esses dois assuntos em alguns casos. Além disso, outro número relevante entre essas capas tratava de assuntos muito pontuais, como a situação financeira de uma empresa estatal ou pautas restritas a um estado ou município específico.

Sendo assim, um novo filtro precisou ser feito, de modo que se chegasse a edições que apontassem para a ideia de uma economia em recessão e de um país em crise econômica. Com base na análise prévia empreendida para seleção do *corpus*, concluiu-se que esse assunto geralmente era abordado de maneira mais precisa quando envolvia algumas temáticas específicas, como o aumento da inflação, da taxa de juros e do desemprego, medidas de ajuste fiscal, rebaixamento da nota do país por agências de investimento ou anúncios do Produto Interno Bruto (PIB)<sup>27</sup> brasileiro anual ou trimestral. Isso porque tais temáticas eram abordadas pelas publicações como variáveis capazes de afetar o país como um todo. Desta forma, e levando em conta esse critério, obtivemos 89 capas.

<sup>26</sup> A escolha pela manchete se justifica pelo fato dela constituir a pauta principal do jornal. Ela é a porta de entrada para o assunto principal abordado na edição do dia, com destaque na publicação.

<sup>27</sup> Produto Interno Bruto constitui a soma de todas as riquezas geradas pelo país, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia Estatística- IBGE.

Quadro 02: número de capas com manchete sobre crise econômica brasileira.

<b>Jornal</b>	<b>Manchete: crise na economia brasileira</b>
Estadão	24 capas
Folha de S. Paulo	27 capas
O Globo	38 capas
<b>Total</b>	89 capas

Fonte: os autores

### 5.1.3 Seleção do *corpus* - etapa III

Após esta triagem, foi preciso realizar mais uma filtragem, de modo que se chegasse a uma amostra de edições estritamente relacionadas à ideia de “crise”. Nessa perspectiva, foram consideradas as edições publicadas no dia 29 de agosto de 2015, um dia após o anúncio oficial do PIB brasileiro. O anúncio do PIB é feito anualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), entidade da administração pública federal responsável pela publicação de dados oficiais sobre o país.

Segundo o IBGE, os dados divulgados em agosto de 2015 apontavam para um recuo de 1,9% na taxa de crescimento da economia brasileira no segundo trimestre daquele ano. Os números confirmavam, então, que o Brasil havia entrado em uma recessão técnica, o que ocorre quando são registrados dois trimestres seguidos de retração na atividade econômica em comparação com os períodos imediatamente anteriores. E, segundo o IBGE, a economia brasileira já havia recuado 0,7% no primeiro trimestre de 2015, se comparado ao último trimestre de 2014.

Assim, as 89 capas selecionadas inicialmente apontam para a noção de crise no país, mas são as publicadas no dia 29 de agosto de 2015 que atestam oficialidade a este acontecimento, pois tratava-se do próprio governo reconhecendo ali a existência do problema, visto que era o anúncio oficial de uma entidade sob sua responsabilidade, endossando o discurso dessas publicações. O que vinha sendo dito e o que continuou sendo reportado pelos jornais sobre a crise — a partir dali — ganhou ares de confirmação e até veridicção naquele momento.

Se pensarmos essa amostra de capas como um encadeamento discursivo, onde cada texto mantém relação com as demais que os precedem ou sucedem, essas três capas parecem criar, portanto, o efeito de clímax para um discurso que associa a imagem do país à bancarrota econômica. Logo, é possível dizer que o fato do Brasil ter entrado oficialmente em

recessão deu margem para a construção (ou reforço) de uma narrativa da crise econômica nos noticiários nacionais, especialmente entre os grandes veículos de comunicação, como os selecionados para este estudo.

Neste ponto, poderia-se questionar a representatividade do *corpus* com o qual trabalharemos. São apenas três capas, de fato, mas cada uma delas tem o peso necessário para justificar a escolha que tivemos de fazer. Das 89 capas cuja manchete principal abordava situações relacionadas à noção de crise na economia brasileira, essas três se destacam, porque condensam os efeitos de sentido construídos por cada jornal em torno deste tema. Era naquele momento que se atestava o efeito veridictório do discurso jornalístico adotado por cada publicação e que foi atestado pelo caráter oficial dado ao acontecimento pelo próprio governo, criando um simulacro de legitimação para esse discurso.

Creemos que isso garante às três edições selecionadas a representatividade necessária para abarcar a totalidade do discurso por elas subentendido, efetivado ou, pelo menos, possível, considerando o universo de 89 edições da qual essas três fazem parte e que aponta na direção de um país em crise. Se não pudermos falar de uma representatividade que abarca a totalidade do discurso — se é que isso é possível, de fato — reconhecemos aqui a possibilidade do *corpus* — que é uma parte do todo — ser também representativo na sua parcialidade, na medida em que ele congrega os principais traços do sentido construído na cadeia discursiva em que está inserida.

## 5.1.4 As capas selecionadas:

Quadro 03 – *Corpus* selecionado.

Capas selecionadas		
Jornal	Edição	Capa
O Globo	29 de agosto de 2015	

Estado de S. Paulo

29 de agosto de 2015

Folha de S. Paulo

29 de agosto de 2015

Fonte: os autores

Essas capas estão disponibilizadas em tamanho legível nos anexos deste trabalho e serão expostas também durante a análise. Cada uma delas foi retirada do acervo digital<sup>28</sup> que os três jornais disponibilizam online (gratuitamente ou não). No site de cada acervo, é possível escolher as publicações por ano, mês e dia desejados. Basta se cadastrar e pagar uma dada quantia para acessar esses dados como assinante.

A título de recapitulação, portanto, a seleção do *corpus* guiou-se pela escolha das capas com base nos seguintes critérios:

1. Tiragem. As capas selecionadas deveriam ser de jornais com grande circulação.
2. Representatividade. As publicações escolhidas deveriam ter projeção nacional.
3. Linha editorial. Todos os jornais selecionados deveriam tratar de assuntos relacionados à economia brasileira na manchete.
4. Abordagem do tema “crise”. Cada edição escolhida para compor o *corpus* deveria abordar mais especificamente a crise econômica no Brasil nas manchetes, de modo que seja possível a análise de como o discurso da crise é estruturado nas capas dessas publicações.

## 5.2 Dos procedimentos de análise do *corpus*

Constituído o *corpus* com o qual nos propomos a trabalhar, foi preciso definir como seria feita a análise desses dados. Primeiro, vale dizer que realizaremos uma observação direta. E é exatamente por meio dessa observação que se deve definir o processo de identificação, descrição e explicação de cada capa a ser analisada e dos elementos que as compõem. Isso, claro, à luz da teoria de base com a qual trabalharemos — a semiótica discursiva.

Na medida em que consideramos as capas de jornais como textos que se constituem em um jogo sincrético de linguagens, fez-se igualmente necessária uma abordagem mais específica no tocante aos estudos desenvolvidos pela teoria acerca do sincretismo. Por isso, consideramos tanto as discussões teóricas travadas a esse respeito, quanto as reflexões sobre um modelo metodológico para facilitar o estudo de textos dessa natureza.

Desta forma, adotamos aqui a proposta defendida por Teixeira (2009), visto que ela se mostra mais eficaz quanto ao estudo de objetos verbovisuais de suporte planar — como

---

<sup>28</sup> Acervo Folha de S. Paulo: <http://bit.ly/29N4W61> | Acervo O Globo: <http://glo.bo/29mVR3W> | Acervo Estadão: <http://bit.ly/29wagOw>.

capas de jornais — conforme especificado no tópico 4.3 do capítulo 3<sup>29</sup>. Para isso, deve-se centrar, então, em cinco critérios de análise:

- a) na cobertura de figuras e temas presentes no discurso por meio de elementos verbais e visuais, de modo a compor, inclusive, sua estrutura semionarrativa;
- b) nas categorias cromáticas, eidéticas e topológicas do plano da expressão plástica, o que nos permite pensar o papel de todos os elementos gráficos da capa;
- c) nos mecanismos de articulação entre plano do conteúdo e plano da expressão, que diz respeito ao sincretismo de linguagens propriamente dito;
- d) nas formas de incidência das categorias tensivas no percurso, para imprimir ritmo ao texto;
- e) por fim, nas estratégias enunciativas que estruturam possibilidades de interação entre enunciador e enunciatário, sobretudo aquelas que reforçam o caráter persuasivo desta relação.

A abordagem adequada desses critérios nos permitirá investigar de que forma estratégias persuasivas são mobilizadas nas capas dos jornais O Globo, Folha de São Paulo e Estadão, de modo a compor o discurso da crise econômica no governo de Dilma Rousseff em 2015. Obviamente, essas estratégias são construídas a partir de várias frentes de estruturação do texto e da significação que lhe sustenta. Por isso, pretendemos mais especificamente:

1. Descrever a estrutura semionarrativa da crise nas capas de cada jornal;
2. Examinar os investimentos ideológicos realizados por cada publicação, em função das estratégias breantes e dos temas e figuras selecionadas para manifestar a apreensão semionarrativa da crise;
3. Analisar os efeitos de sentidos gerados pelo sincretismo das linguagens verbal e plástica manifestadas em cada capa;
4. Minuciar como cada um desses processos se entrelaça em função de uma fazer persuasivo global, onde a leitura da capa é feita em sua totalidade e não por cada elemento que a compõe isoladamente.

Conjecturamos, então, que a adesão do leitor ao discurso da crise apresentada nas capas desses jornais resulta de uma estratégia de persuasão global que mobiliza diferentes estratos de geração de sentido no sincretismo das linguagens que constituem este texto. Supomos ainda que cada jornal organiza, em suas capas, estruturas semionarrativas que participam da construção de sentido para a noção de crise econômica no Brasil e que essas

---

<sup>29</sup> 4.3 Por um modelo de análise da expressão.

estratégias semionarrativas recebem um investimento breante, temático e figurativo de modo a inscrever um fazer-crer no leitor. E que, neste processo, o sincretismo das linguagens verbal e plástica tende a concorrer como estratégias de persuasão. Resta saber, entretanto, se e como isso acontece de fato. É o que verificaremos na análise.

## 6 ANÁLISE

### 6.1 Capa 1 - O Globo

#### 6.1.1 O discurso da crise (econômica)

A análise de temas e figuras distribuídos ao longo desta capa aponta para dois percursos discursivos principais em andamento. De início, temos o percurso figurativo da recessão, iniciado pela manchete e que se estende até o anúncio publicitário na extremidade inferior direita do texto. Este encadeamento figurativo se relaciona ao tema da Economia e domina boa parte da região centro-superior da capa, onde estão a manchete, o gráfico, a foto e os grandes blocos de caracteres.

Tangenciando este percurso, apresenta-se um encadeamento figurativo ligado ao tema da Política. A configuração temática da política inicia-se na região central da capa, junto aos blocos de caracteres do lado direito da fotografia em destaque, e também se estende em direção à extremidade inferior até alcançar a charge, disposta à esquerda do anúncio.

Isso nos permite concluir que, em boa parte do texto, temos dois percursos temático-figurativos distintos caminhando juntos e em relativa harmonia. Entretanto, dizer que ambos são harmônicos não significa que eles possam ser tomados como proporcionais. E nem poderia, porque entender o discurso como uma tomada de posição supõe inevitavelmente o estabelecimento de hierarquias.

Conforme ficará claro adiante, a capa de um jornal é um texto hierárquico, fundamentado a partir de um jogo complexo de seleções enunciativas que indicam relações axiológicas. Então, supõe-se que o discurso por ela manifestado também implica uma ordem. Assim, — no caso da capa d'O Globo — embora esses percursos temáticos sejam paralelos e dialoguem a todo momento, um deve estar sob tutela do outro.

Nesse caso, as figuras da política parecem ser mobilizadas em função do tema da Economia. Só assim, é possível conceber o modo como ambos concorrem para a isotopia da crise/instabilidade, mas — ao fim e a cabo — a estrutura do discurso projetado no texto mostra que se trata de uma crise muito mais de ordem econômica do que de qualquer outra natureza.

Se seguirmos a ordem visual do texto (do topo à base), temos um quadro de encadeamentos figurativos claramente favorável às figuras do percurso temática da economia, pelo menos em termos quantitativos. Isso nos possibilita concluir que este é, de fato, o fio discursivo sobre o qual o texto se assenta. Vejamos:

Quadro 4: configurações temáticas e figurativas – O Globo

<b>Temas</b>	<b>Figuras - economia</b>	<b>Figuras - política</b>	<b>Figuras - Outros</b>
1. Economia 2. Política 3. Outros	1. RECESSÃO; 2. Gráfico (cores e formas); 3. Economia abaixo de zero; 4. Agropecuária; 5. Indústria; 6. Consumo das famílias; 7. Consumo do governo; 8. Importações; 9. Exportações; 10. PIB; 11. Investimentos e construção civil; 12. Queda; 13. Analistas 14. Tombo; 15. Economistas; 16. Setores da economia; 17. Gastos; 18. Alta do dólar; 19. Equipe econômica; 20. Crise; 21. Brasil; 22. Foto (cores e formas) 23. Dono de confecção; 24. Vendas; 25. Funcionários; 26. Inflação alta; 27. CPMF; 28. Desespero; 29. Tributo; 30. Arrecadação; 31. Reforma da previdência; 32. Grevistas; 33. Carro (anúncio); 34. Lançamento (New	1. Governo; 2. Políticos da oposição; 3. Presidente Dilma; 4. PT; 5. Temer; 6. Governadores; 7. União; 8. Estados; 9. Municípios; 10. Congresso; 11. MEC; 12. Anastasia; 13. Inquérito arquivado; 14. Europa; 15. 300 mil ilegais; 16. Lula; 17. Eleição 2018; 18. Charge (cores e formas); 19. Braço da lei; 20. Senador tarja preta; 21. Lava-jato.	1. Decoração; 2. Casa cor; 3. Prosa; 4. Ferreira Gullar; 5. Autobiografia poética; 6. Bienal do livro; 7. Segundo caderno; 8. Clã; 9. Filme; 10. Pablo Trapero; 11. Cinema argentino. 12. Designe; 13. Tecnologia.

	Hyundai);		
<b>Isotopia</b>	Crise/instabilidade		Atividades culturais

Fonte: os autores.

Ao contrário do que parece acontecer nas capas da Folha e do Estadão, O Globo suaviza o tema da Política em prol do debate econômico e, ao adotar tal posicionamento, simula um afastamento político-ideológico no texto, reforçando para si a imagem-fim de um enunciador mais objetivo no trato da informação.

No entanto, como esses temas seguem entrelaçados, falar de um acaba sendo uma maneira de tangenciar o outro. Então, segundo veremos, a pauta da economia é construída como uma pauta política. Nesses termos, ao valorizar o percurso temático da economia, o enunciador reproduz um efeito breante de afastamento d'O Globo em relação a qualquer elemento que o denuncie politicamente.

De certo modo, isso também justifica o fato do jornal trazer um terceiro percurso temático no texto (Outros). Trata-se de um percurso cujas figuras quase não dialogam com os dois temas principais (Economia e Política). Na verdade, se o tema da Política tende a correr num segundo plano, este terceiro tem um papel ainda menor no apanhado geral da capa. Sua presença parece atestar apenas um efeito de multiplicidade de assuntos que o jornal abarca, mais uma vez na tentativa de reforçar o caráter objetivante da publicação diante dos fatos abordados. Desta forma, O Globo se apresenta com um enunciador plural, capaz de falar para diferentes públicos a partir de pautas distintas.

Assim, as figuras mobilizadas neste terceiro percurso quase não têm impacto no texto e não foram colocadas em discurso para ter. A prova está no fato de que, partindo dos três encadeamentos figurativos presentes na capa, é possível concebê-la a partir de pelo menos duas macrorregiões: um centro orbital e as periferias.

Figura 3: Concentração de figuras - centro orbital vs. Periferias – O Globo.



Fonte: os autores.

O centro orbital reúne a maior concentração de figuras e recursos plásticos da capa. Por isso, podemos dizer que ele compõe o espaço das pautas mais quentes, ou seja, as principais notícias da edição, na medida em que é a área com maior apelo visual e onde os temas da economia e da política se destacam, entrelaçando-se no percurso isotópico da crise.

Orbitando esta região, as periferias constituem as extremidades superior e inferior da capa. Como a região das pautas mais frias, ou notícias menos importantes, trata-se do espaço com menor apelo estético no texto e é exatamente onde as figuras do terceiro percurso temático emergem.

Segundo veremos adiante, para além de um grau de hierarquia, a divisão do texto com base na concentração de figuras e temas sugere ainda a assunção dos valores sobre os quais o discurso se assenta, revelando que mesmo ao simular objetividade, O Globo toma posição, instaura pontos de vista e sugere entendimentos a partir de um texto onde o “discurso da crise” se alicerça não só em termos plásticos, mas também narrativos.

### 6.1.2 Entre o fazer saber e o fazer crer: estrutura semionarrativa em capas de jornais

A análise semionarrativa da capa de O Globo guarda algumas semelhanças com as capas da Folha e do Estadão, conforme veremos adiante, sobretudo no modo como cada jornal

assume e constrói para si o papel de um enunciador hábil na lida dos fatos. Ou seja, no modo como — narrativamente — o discurso dessas publicações é modalizado em função do estabelecimento de um /sujeito-do-fazer-informativo/.

De maneira geral, isso parece valer para a grande maioria dos jornais que atuam na seara do que se convencionou chamar de imprensa dita séria, porque o fundamento da atividade jornalística, nessa perspectiva, é postular a si mesma a capacidade de informar, de /fazer-saber/. E de um /fazer-saber/ respaldado por um /poder/, um /saber/ e até um /dever/ /fazer-saber/, se pensarmos na ideia da “responsabilidade social” do Jornalismo, que de alguma maneira lhe confere o dever de ser porta-voz do interesse público.

É justamente sob esta ótica que o /sujeito-do-fazer-informativo/ — no jornalismo — se apresenta como operador da transformação de um estado disjunto para um estado conjunto, onde o valor em jogo é a informação organizada e tratada seguindo princípios chancelados pelo público, como a objetividade e a seriedade, por exemplo.

Como se sabe, a instância que /faz-o-sujeito-ser-informado/ deve antes de tudo despertar a atenção do /sujeito-a-ser-informado/ e — para além disso — deve mostrar-se merecedora de sua confiança, ao contrário do que prevê a lógica de uma conversação de caráter meramente contratual, neutra, que parece ainda reger certa concepção ingênua do modo como a informação circula.

Nessa visão ingênua, a comunicação entre aqueles agentes pressupõe um elo fiduciário que os converte em destinador-enunciador e destinatário-enunciatário, em que cada qual desempenha papel temático específico previamente construído: o primeiro, imbuído dos melhores propósitos no ato de informar, constituindo-se doador do objeto-informação, e o segundo, confiante na fidedignidade da informação e na imparcialidade da sua instância doadora, consolidando-se sujeito saciado em seu querer-saber. No entanto, a relação entre esses dois polos do ato de comunicar foge a essa lógica tão redutora.

Na verdade, essa relação é um tanto mais complexa, na medida em que o percurso narrativo do /sujeito-do-fazer-informativo/ não se limita apenas à lógica de um /fazer-saber/. Ele pressupõe um fazer persuasivo assentado tanto em um /fazer-criar/ quanto em um /se-fazer-credível/. Em última instância, isso é o que move o jornalismo. Mudam somente os procedimentos discursivos que cada jornal agencia em função de tais fins. É o que vemos acontecer nas capas d'O Globo, Folha e Estadão, onde a noção de crise é trabalhada entre semelhanças e diferenças, conforme será exposto a adiante.

### 6.1.2.1 A narrativa da crise em O Globo

A discussão anterior é importante porque nos ajuda a entender como funciona o dispositivo modal da imprensa dita séria, numa perspectiva geral. No entanto, partindo para a análise da capa de cada jornal isoladamente, identificamos potenciais narrativas internas a esses textos.

Se reduzirmos as estruturas discursivas a uma estrutura narrativa — por exemplo — é possível perceber como as notícias projetadas numa capa de jornal podem ser justapostas de maneira que as figuras e os temas sejam articulados numa sintaxe narrativa.

Desta forma, é possível afirmar que, narrativamente, o que mobiliza o discurso d'O Globo é a falta. Ela está em toda a capa: na economia que deixa de crescer; nas famílias que perdem o poder de compra; no trabalhador que perde o emprego; no anúncio de um carro novo que não se pode possuir em tempos de recessão; na figura do empresário que tem de demitir; ou na incapacidade do governo em propor soluções para o problema. Assim, as figuras predominantes no texto indicam que a narrativa da crise é efetivamente a narrativa da falta.

Em termos gerais, parece ser o que vemos também nas outras duas publicações a serem analisadas, isso porque o fundamento de existência da concepção de crise é ser um estado de disjunção. E a falta — segundo Greimas e Courtés (1979, p. 205) — é justamente a expressão figurativa da disjunção inicial entre o sujeito e o objeto da busca.

Nessa perspectiva, o que se tem em cada uma das capas estudadas é a mobilização narrativa de um sujeito em busca do objeto-valor que lhe foi negado ou retirado. Ou seja, a superação da falta e a conversão de seu estado disfórico para um estado de euforia. Só assim, podemos entender como O Globo, Folha e Estadão projetam o percurso do Brasil em crise, ou da transformação de um país estável para um cenário de imprecisão política/econômica. Então, o conceito de crise implica necessariamente a existência de um estado de conjunção anterior, desfeito, cuja memória acentua a falta<sup>30</sup>.

Se a falta é antes de tudo o estado resultante de uma operação prévia de negação (GREIMAS; COURTÉS, 1979, p. 205), a negação da crise — nesse caso — seria inevitavelmente seu contrário: a estabilidade. E isso nos leva ao esboço do que seria um

---

<sup>30</sup> O exemplo mais proeminente nesta direção é o anúncio publicitário localizado na extremidade inferior direita da capa. O carro novo antes da crise podia caber num dado orçamento familiar e, com a recessão, já não cabe mais.

quadrado semiótico, onde a oposição semântica /crise/ vs. /estabilidade/ assentaria a axiologia que sustenta o discurso e colocaria a narrativa em movimento.

Nos três jornais, o grande objeto-valor posto em questão parece ser a estabilidade do país, valorada euforicamente. Ela é, de fato, o objeto da busca. No entanto, há uma diferença no modo como os jornais estruturam tal posicionamento em termos narrativos. Como veremos, no caso da Folha e do Estadão, há uma clara tendência em considerar a narrativa sob o enfoque da transformação, da passagem da estabilidade para a crise, tendo em vista os elementos circunstanciais que permitem essa mudança de estado.

Contudo, no caso da capa d'O Globo, o percurso isotópico da crise/instabilidade se sobrepõe aos demais, de modo que o foco da narrativa é a própria falta, portanto o estado de disjunção que a crise representa, e não a transformação que a gera. Ao que parece, a explicação para tal conclusão está no modo como o jornal aborda o tema da Política, porque é nele que vemos os elementos narrativos necessários à transformação.

A prova disso está situada em um pequeno bloco de caracteres no lado esquerdo da foto em destaque<sup>31</sup>, onde se lê "PT levou o país à recessão com inflação alta". Trata-se do único bloco de informação a deixar explícita a relação da crise econômica com o tema da Política. Nele, fica evidente o papel assumido pelo governo como sujeito do fazer operador da crise e — nas entrelinhas — como antissujeito no percurso do Brasil rumo à estabilidade. No apanhado geral, a capa é a expressão desse percurso, mas — nas notícias — é o Brasil figurativizado no empresário em busca do lucro, no trabalhador em busca do emprego, nas famílias em busca do poder de compra etc. Transporta-se o problema de uma dimensão mais abstrata (o Brasil) para uma dimensão mais concreta, a do brasileiro, do cidadão comum.

Nesse sentido, se o governo é operador da crise para o país, ele é também o operador dela para o brasileiro — o “você”, leitor. Articula-se, desta forma, o fazer sancionador do sujeito da enunciação, visto que considerar o governo como empecilho à estabilidade do país e do cidadão — tratando-o como parte e/ou causa do problema, como antissujeito — é simultaneamente criar em vácuo o lugar do sujeito promotor da estabilidade, em contraposição ao operador da crise (o governo).

Na capa d'O Globo, o sujeito promotor da estabilidade não fica bem definido em termos temático-figurativo, mas há algumas pistas nesta direção. Como a crise é tratada eminentemente numa perspectiva econômica, é de se supor que a ideia de estabilidade

---

<sup>31</sup> Conferir capa d'O Globo nos anexos da dissertação.

associa-se sobretudo ao empresariado, que gera emprego, renda, investimento etc. Tanto é que a figura do empresário ocupa o primeiro plano da foto em destaque, no centro da capa, e é somente a ele quem a palavra é dada diretamente, conforme vemos na legenda da fotografia.

Nesses termos, o sujeito promotor da estabilidade é o antissujeito da crise. Isto é, a instância capaz de revertê-la. Em alguma medida, isso nos leva a pensar como a estrutura semionarrativa da crise na capa concorre para a ideia de que é preciso mudar os atores para mudar a realidade. Se o governo é o antissujeito da estabilidade — valor eufórico — sugestionam-se uma mudança política no comando do país, de modo que quem o governe seja o antissujeito da crise (o sujeito da estabilidade) ou qualquer outro ator autorizado a representá-lo. Pelo que se coloca, apenas esta mudança de rumo poderia significar uma possibilidade de retorno ao estado de conjunção com a objeto-valor em jogo.

Obviamente, estamos falando de algo que só pode ser apreendido a nível das entrelinhas do discurso, porque explicitar tais questões implicaria a imposição do tema da Política sobre o da Economia. E é exatamente isso que o jornal evita, segundo mostramos. Como as figuras da política são apenas tangenciadas nesta capa, O Globo toma posicionamentos políticos de maneira muito sutil, privilegiando a crise na sua condição disfórica para a conjuntura econômica brasileira, o que acarreta um efeito de sentido específico. Isso porque, ao destacar o estado e não a transformação, apresenta-se a crise não como uma realidade em curso — se pensarmos numa sucessão de estados e transformações — mas como uma realidade estática.

Por isso, a manchete se reduz a uma única palavra (substantivo), ao contrário do que vemos normalmente nas outras edições — compostas por uma oração com verbo de ação no presente do indicativo. De alguma maneira, o verbo dinamiza e simula o caráter transformativo do processo, enquanto o substantivo impõe a estabilidade do nome. Assim, a "RECESSÃO"<sup>32</sup> em O Globo é uma experiência da qual não se pode fugir. Ela está aí e deve ser vivida, seja no desemprego, na alta dos preços ou no empobrecimento geral dos brasileiros, uma vez que tais temas permeiam todo o texto, desde os encadeamentos figurativos até o sincretismo dos recursos plásticos.

---

<sup>32</sup> Manchete.

### 6.1.3 O jogo sincrético: articulações entre expressão e conteúdo na capa

A diagramação de textos como a capa de um jornal é o processo que define seu planejamento e produção gráfica. É efetivamente o momento onde as estruturas discursivas podem ser concebidas no horizonte da textualização que as maneja em camadas expressivas.

Pensada no âmbito de uma prática que obedece determinadas diretrizes, a diagramação se estabelece na esfera do que seria uma práxis jornalística. Só assim, é possível entender o modo como o simulacro de espaço no qual a capa é estruturada fundamenta relações de cores e formas com relações de sentido, porque — como veremos — a mobilização de figuras e temas, a nível discursivo, está articulada plasticamente às estratégias diagramáticas que compõem esses textos.

Isso nos permite pensar, portanto, o modo como O Globo administra a articulação sincrética verbovisual de sua capa em função do “discurso da crise”, tanto numa dimensão cromática, quanto em termos eidéticos e topológicos, insinuando direcionamentos para o entendimento global do texto. Isso porque a estrutura gráfica é manejada para perspectivar os temas em destaque na capa, o que nos permite pensar, inclusive, como o grau de articulação sincrética desses recursos coincide com as relações temático-figurativas em destaque.

#### 6.1.3.1 Sobre o grau de articulação sincrética em O Globo

Se se volta a atenção para o centro orbital de figuras e temas, perceberemos que é nesta região onde o grau de sincretismo na capa atinge o nível mais forte. Contudo, falar em grau de sincretismo, nesse caso, não pressupõe apenas relações entre os elementos plásticos, porque — como vimos — mesmo o percurso visual criado na plasticidade da capa se dá em função das estruturas discursivas mobilizadas nela. Então, embora usemos as categorias sugeridas por Carmo Jr. (2009)<sup>33</sup>, não o fazemos exatamente nos termos deste autor, porque nosso interesse não está só na plasticidade sincrética, mas na sua articulação com os percursos temático-figurativos.

No centro orbital, por exemplo, há uma tendência pela coerência sincrética total, porque todos os elementos plásticos (cores, foto, blocos de caracteres, formas...) dialogam entre si e convergem para o tema da Economia. Até a foto em destaque na área central, prevalece essa relação máxima de coerência — pendendo para uma relação de inerência —

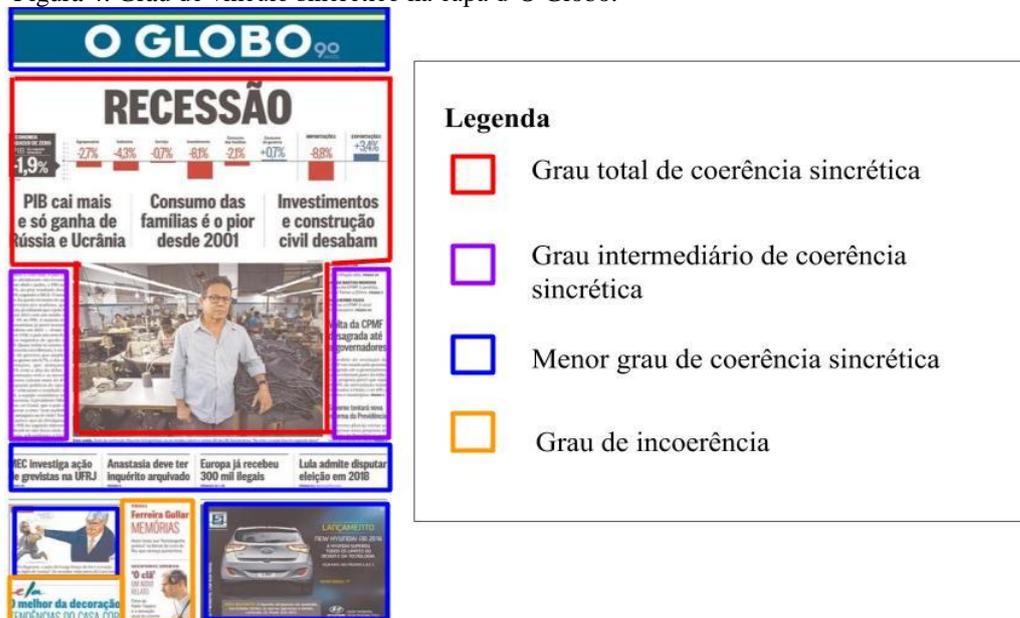
---

<sup>33</sup> Graus de sincretismo: inerência, coerência, aderência e incoerência, em ordem decrescente de vínculo sincrético.

porque a foto reúne uma série de figuras relacionadas à isotopia da crise e ao tema da Economia simultaneamente. Nesse sentido, a própria foto tem um peso figurativo. Além disso, é ela quem faz a ligação com a parte superior da capa e direciona a atenção para os termos ao seu redor.

O enfraquecimento do grau máximo acontece à medida em que o percurso visual e figurativo da recessão econômica é direcionado para as laterais da fotografia e para a extremidade inferior da capa. A partir daí, vemos um processo gradativo entre um grau intermediário e mínimo de coerência sincrética — que nos termos de Carmo Jr. estariam mais para uma aderência. A gradação segue, assim, até culminar com a incoerência de elementos plásticos em relação à isotopia da crise. Isso acontece na extremidade inferior da capa.

Figura 4: Grau de vínculo sincrético na capa d'O Globo.



Fonte: os autores.

De alguma maneira, mesmo situados no âmbito de uma incoerência sincrética em relação à totalidade da capa, os elementos gráficos ditos “incoerentes” dialogam plasticamente com os demais recursos expressivos do texto, ainda que seja apenas por contraposição. Isso nos parece possível quando consideramos os processos de fusão e implicação sugeridos por Hjelmslev (1975), porque tomar a capa como uma totalidade sincrética é supor que os elementos em sincretismo compõem uma fusão, a partir da qual cada linguagem se complementa ou se contrapõe. E como a relação entre cada elemento é tão hierárquica quanto a natureza do texto, é de se se imaginar que um implica o outro direta ou indiretamente.

A problemática, entretanto, é que, na região inferior da capa, nota-se também a mobilização de figuras relacionadas a temas menos “quentes” — como cultura (literatura,

cinema, decoração...), por exemplo — o que dilui a configuração discursiva da recessão de tal modo que, junto aos elementos gráficos mais frios desta região, desacelera-se igualmente a leitura e a intensidade com que temos acesso ao percurso isotópico da crise econômica.

Assim, o vínculo sincrético que os liga — em termos de temas e figuras ou de elementos gráficos — é praticamente imperceptível neste ponto da capa. O resgate só é possível justamente porque eles se implicam com aqueles ao seu redor e com os demais em destaque no centro orbital. Ou seja, quando se leva em conta a totalidade em que estão inseridos e na qual se fundem. Isso porque o olho do texto<sup>34</sup> efetivamente não está nas regiões periféricas da capa, mas no centro — para onde a periferia aponta, onde a coerência do sincretismo é máxima graficamente e onde o percurso isotópico da crise é mais evidente e forte.

Como vemos, tal discussão é importante porque expõe como a análise da manifestação plástica sincrética só se torna possível e completa quando temos em mente os conteúdos que ela expressa. Analisar o grau de sincretismo entre elementos de ordem plástica sem considerar a maneira como os percursos temático-figurativos se articulam neles seria negar o fato de que ambos caminham juntos numa única rede significativa — e, portanto, não podem ser considerados fora dessa comunhão. É o que verificamos nos próximos tópicos.

### **6.1.3.2 As cores do discurso**

De antemão, a análise cromática da capa se centra na seleção de seis cores primárias: branco, preto, amarelo, azul, vermelho e verde. Delas, é possível reconhecer outros espectros utilizados no texto: o roxo, em um bloco de caracteres na extremidade inferior da capa, a gradação de cores claras e escuras na foto central e de luz e sombra no anúncio publicitário localizado no rodapé. No geral, entretanto, prevalecem quantitativamente o branco do fundo e o preto usado para destacar cada bloco de caractere.

Para além do fato de que a simples presença de cores poderia indicar maior potencial de atenção do texto, supomos que a seleção de cada cor empregada nele não se dá ao acaso. Desta forma, no mínimo, concebe-se uma dimensão enunciativa por trás dessas escolhas, balizando a organização cromática global da capa. Só assim, fundamenta-se a noção

---

<sup>34</sup> A expressão já foi usada por autores como Discini (2003). O olho do texto é uma instância de fundo enunciativo por meio da qual podemos perceber como o texto é construído para guiar a atenção do leitor e, conseqüentemente, direcionar o entendimento.

do que seria um “efeito de justa-medida” em jornais como O Globo, conforme propõe Discini (2003).

Isso acontece porque a escolha dosada de determinadas cores indica um simulacro de sobriedade no manejo plástico de publicações da imprensa dita séria — ou que se pretende séria — ao contrário do que se veria nas sensacionalistas. E, de fato, jornais como O Globo, Folha e Estadão se travestem de atores discursivos sérios no trato da informação, objetivos no modo de dizer e tão imparciais quanto necessário em relação aquilo que é dito. Então, na verdade, esse efeito de sobriedade ou justa-medida — gerado a partir do gerenciamento adequado das cores e de tantos outros elementos — revela uma estratégia de convencimento do enunciador jornal quanto à confiabilidade da relação que ele mantém com o enunciatário-leitor.

Se fosse possível reduzir esse posicionamento a uma estrutura narrativa, a mobilização predominante de cores neutras no manejo geral da capa apontaria para um sujeito (jornal) em busca constante do objeto-valor credibilidade, cuja posse pertence essencialmente a outro sujeito (o público/leitor). Nesse caso, a conjunção do primeiro sujeito com o valor por ele almejado depende do caráter sancionador do segundo sujeito no tocante à capacidade do primeiro realizar uma performance adequada, ou seja, informar os fatos de maneira séria, sincera, concisa e sóbria. Assim, o primeiro sujeito mobiliza toda sua competência (inclusive no agenciamento das cores na capa) com vistas a ser sancionado positivamente. Só a partir daí, ele poderia ser encarado como possivelmente credível. Disso, temos que:

Quadro 5: o efeito de sobriedade – O Globo.

<b>Plano da expressão - categoria cromática</b>	<b>Plano do conteúdo</b>
Presença de cor	Maior potencial de atenção para o texto
Manejo equilibrado das cores	1 - Maior sobriedade e seriedade no trato da informação; 2 - Maior potencial de credibilidade do jornal.

Fonte: os autores

No caso do O Globo, isso aparenta ser ainda mais forte, porque Folha e Estadão apresentam diagramações muito semelhantes no modo como administram a dimensão plástica da capa tanto em termos cromáticos, quanto eidéticos e topológicos. Em O Globo, por

exemplo, vemos menos unidades de leitura (gráfica, pictórica ou blocos de caracteres) e elas estão dispostas mais espaçadamente uma da outra. Como o espaço é ordenado em função do fundo branco, é a cor branca ou as linhas pretas que definem as fronteiras entre cada elemento no apanhado geral.

De alguma maneira, podemos dizer que — por um lado — isso repercute no efeito de sobriedade construído no texto e, por outro, facilita a leitura de cada unidade no encadeamento geral em que elas estão inseridas, segundo veremos quando analisarmos o arranjo topológico desta edição. De qualquer modo, esse entendimento é importante porque nos permite pensar como cada um desses pontos está entrecruzado. O esquema cromático se dá simultaneamente em função da concentração de temas e figuras do discurso e da organização topológica e eidética no jogo sincrético da capa. A divisão analítica que se faz é, portanto, meramente metodológica.

Um exemplo disso é a composição de cores usadas no cabeçalho do O Globo, localizado na extremidade superior. No primeiro plano, tem-se o nome do jornal em cor branca, seguido do número 90 e da palavra ANOS, apresentados numa tonalidade mais opaca, como uma marca d'água. No fundo, três cores em destaque: verde, amarelo e azul. A escolha das cores nesta região da capa revela uma clara alusão intertextual com a bandeira brasileira e, conseqüentemente, com o conteúdo que ela parece manifestar: uma ideia de brasilidade, de patriotismo, de compromisso com o país.

Figura 5: cabeçalho da capa – O Globo.



Fonte: O Globo - edição 29/08/2017.

Segundo Barros (2009, p. 355), os textos estabelecem diálogos entre si, seja no nível apenas dos conteúdos discursivos dos temas e figuras, seja no nível propriamente textual, em que as relações incluem também aproximações entre planos da expressão. Nesse caso, a aproximação se dá pela repetição das cores. E isso é interessante, porque cria um efeito de convergência de vozes. O Globo se apresenta, então, como interlocutor do Brasil.

Reforça esse posicionamento o fato de que estamos falando do cabeçalho da capa, região de identificação do jornal. Ou seja, o espaço de organização topológica no texto em que o enunciador se apresenta como aquele a quem a voz é dada no diálogo mantido com o

enunciatório. O intrigante, entretanto, é que logo abaixo do nome “O Globo” — estampado nas cores do Brasil — vem a indicação de seus donos: a família Marinho. Então, por mais que o jornal se apresente como a voz do país, revela-se verdadeiramente em nome de quem se fala.

De todo modo, temos um ponto de reflexão interessante aí, na medida em que — estruturado a partir do efeito de justa-medida e apresentando-se como porta-voz do país — O Globo cria as bases para a manipulação do jogo de cores em função dos percursos temáticos e figurativos mobilizados na capa. Como esses percursos tendem a convergir para a isotopia da crise, o gerenciamento cromático também é direcionado nesse sentido.

É na região centro-superior da capa — onde se concentra o encadeamento figurativo predominantemente relacionado ao tema da economia nacional — que isso se apresenta de maneira mais incisiva. A manchete, o gráfico e a foto, nessa perspectiva, se destacam. O gráfico é um simulacro de termômetro, cujo ponteiro na cor preta aponta para baixo ou para cima e a direção, nesse caso, é definida pelas cores azul e vermelha — relacionadas a indicadores econômicos — mas também valoradas tanto positivamente quanto negativamente, dependendo dos resultados que representam.

Figura 6: gráfico – O Globo.



Fonte: O Globo, edição - 29/08/2015.

Na foto em destaque, a figura do homem na frente separa duas regiões com níveis diferentes de exposição à luz. A luminosidade vem do lado superior esquerdo, confundindo-se com as figuras femininas trabalhando no segundo plano. No lado direito, há um processo sutil de sombreamento que converge com a expressão facial da figura masculina e com a representação figurativa da pilha de material (tecido) ocioso no segundo plano, ao passo em que, no fundo, destacam-se poucas figuras de trabalhadoras cujas imagens estão desfocadas.

Em termos cromáticos, a foto reforça — respectivamente — tanto o simulacro do meio empresarial, com empregados produzindo, quanto a figura do desemprego, resgatada graças à ancoragem com a legenda<sup>35</sup>. Cria-se, assim, um efeito de dualidade entre dois estados distintos: o "sem crise" e o "com crise".

<sup>35</sup> “Sem saída. Dono de confecção, Maurício Hersgenhaut, viu as vendas caírem e cortou 60 dos 90 funcionários. ‘Na crise, a roupa fica em segundo plano.’” (O GLOBO, 29/08/2015, p.01. **Grifo do autor**).

Figura 7: foto destaque – O Globo.



**Sem saída.** Dono de confecção, Maurício Herrgenhaut viu as vendas caírem e cortou 60 dos 90 funcionários. "Na crise, a roupa fica em segundo plano"

**Legenda:**

- Mais luminosidade - reforço do espaço "sem crise"
- Menor luminosidade - reforço do espaço "com crise".

Fonte: os autores.

Na extremidade inferior da capa, também há a mobilização de cores fora do padrão preto-branco. Entretanto, como o percurso figurativo relacionado à ideia de recessão econômica vai cedendo espaço ao tema da Política, a partir da região centro-inferior da capa, e figuras de outras ordens também são mobilizadas nesta área, o esquema cromático ganha novos contornos. Soma-se a isso, o fato de que, ali, estão os elementos com menor grau de vínculo sincrético em relação ao apanhado geral do texto.

Figura 8: extremidade inferior da capa – O Globo.



Fonte: O Globo - edição 29/08/2015.

Desta forma, tanto o vermelho quanto às cores mais sóbrias, como o azul e o roxo — usados nesta região — podem ser medidos num grau de intensidade menor no tocante à articulação com o conceito de “crise” ou do seu contrário “estabilidade” — mobilizados mais incisivamente no centro orbital. Todavia, mesmo assim, é possível estabelecer relações com a pauta principal da capa, porque — como vimos — o anúncio e a charge são os elementos de

maior peso nesta área e ambos carregam traços cromáticos que ainda apontam para o percurso isotópico da crise.

Os feixes de luz azul envolvendo a figura do carro no anúncio publicitário — em contraposição às sombras que o envolvem — por exemplo, parecem jogar luminosidade sobre um objeto-valor inalcançável em tempos de recessão. Afinal, se pensarmos em termos narrativos, o “carro do ano” num momento de crise pode ser visto como um não-poder-ter.

Na outra ponta, o azul que antes apontava para estabilidade na economia, ganha destaque na charge com a figura masculina do Procurador Geral da República, Rodrigo Janot, representando a justiça da lei contra políticos corruptos. O que mais uma vez pode ser resgatado graças à legenda<sup>36</sup>.

Assim, define-se a conexão cromática entre dois temas que, na verdade, passam a caminhar juntos no texto. Neste ponto, a ideia de “estabilidade” ancorada na cor azul não é só de natureza econômica, mas também política, assim como a noção de “crise” só pode ser entendida a partir daí pela ligação dessas duas dimensões (economia-política).

Plasticamente, as figuras da crise são, portanto, articuladas com as chamadas cores quentes — especialmente o vermelho — e com tons sombreados, numa perspectiva claramente disfórica. Enquanto isso, a estabilidade — como objeto-valor a ser alcançado — é retratada euforicamente a partir de cores com tonalidades mais leves (azul) e clareadas. Equilibrando o embate entre elas, o branco e o preto simulam neutralidade. Por isso, o preto da maior parte dos blocos de caracteres, incluindo a manchete, sugere sobriedade/objetividade, enquanto as outras cores e a diferença de densidade cromática entre os caracteres tendem a conferir maior dinamicidade e dramaticidade ao discurso. Alguns, como a manchete, estão em negrito. Então, o peso cromático indica maior grau de importância no apanhado geral do esquema de cores. Se destacam aqueles com maior densidade.

Quadro 6: o componente cromático da isotopia da crise – O Globo.

<b>Plano da expressão - categoria cromática</b>	<b>Plano do conteúdo</b>
Cores quentes e tons sombreados	Remete às figuras da crise, sobretudo de ordem econômica;
Cores frias e maior luminosidade	Estabilidade, sobretudo de ordem econômica, mas também política;
Cores preta e branca	Efeito de neutralidade

<sup>36</sup> “No flagrante, a ação do longo braço da lei e a reação “em sigilo de justiça” do senador tarja preta da lava-jato” (O GLOBO, 29/08/2015, p.01).

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Jogo de luz e sombra;</li> <li>• Cores fora do padrão preto-branco;</li> <li>• Diferença de densidade cromática entre os blocos de caracteres.</li> </ul>	<p>Maior dinamicidade e dramaticidade ao discurso.</p>
--	--

Fonte: os autores

Sob esse ponto de vista, o esquema de cores mobilizado na capa concorre para a apreensão da crise como fenômeno tanto econômico, quanto político. No caso do O Globo — como o tema da economia prevalece sobre os demais — então o percurso isotópico da crise pende mais para as figuras relacionadas à recessão, inclusive em termos cromáticos.

### 6.1.3.3 O componente eidético: as formas do texto

O arranjo plástico da capa não maneja apenas cores. O gerenciamento cromático é correlato às formas que ajudam a organizar o texto. Nesse sentido, o componente eidético da capa trata da maneira como a apreendemos visualmente.

Tomando como ponto de partida a diagramação, vemos que O Globo geralmente segue um padrão quadrangular/retangular, organizado em pelo menos cinco colunas verticais. Essas colunas não necessariamente precisam estar graficamente especificadas no texto, porque a maior parte dos elementos plásticos que compõem a capa são alocados de maneira horizontal. Assim, só é possível resgatá-las pelos vestígios deixados no processo de produção gráfica do texto, como as duas colunas verticais de caracteres, localizadas nas laterais da foto em destaque.

Além disso, vemos — distribuídas por toda a capa — linhas retas dispostas ora na vertical, ora na horizontal. Aparentemente, essas linhas têm duas funções: de um lado, delimitam os espaços na capa e, de outro, guiam o olho do texto no emaranhado de elementos em cadeia, facilitando sua leitura visual. Deste modo, o texto vai sendo moldado eideticamente, constituindo uma composição final de 22 unidades de leitura, cujos formatos variam entre quadrados e retângulos, dependendo da maneira como estão dispostos.

Figura 9: unidades de leitura em blocos de informação – O Globo.



Fonte: os autores

Essa padronização seguida pelo O Globo é o que geralmente vemos no modelo tradicional de composição gráfica das capas nos grandes jornais brasileiros, pelo menos entre os que seguem linhas editoriais associadas à imprensa dita séria. Em geral, as variações que ocorrem nesse padrão são pontuais e mais restritas a edições específicas, como as dos cadernos de cultura ou moda<sup>37</sup>.

Nesses casos, há uma diagramação mais leve e menos presa à rigidez do modelo padrão, seguido pelo O Globo na capa de sua edição principal. A necessidade de seguir o modelo, entretanto, implica alguns efeitos de sentido intrigantes. O primeiro deles é que padronizar pressupõe um grau de consolidação da identidade visual do jornal ou de um grupo de jornais que, seguindo esse mesmo padrão plástico, se apresentam como sérios, metódicos e organizados no modo de dizer. Assim, a manutenção do modelo tradicional cria uma padronização da leitura da capa, na medida em que não há grandes quebras de expectativa em relação à maneira como ela é construída.

O segundo efeito está intimamente ligado a isso, porque — ao construir sua capa com base no padrão retangular ou quadrangular — O Globo sugere não só uma leitura mais fluida, mas também o caráter objetivo como transmite informação. Reforça-se, desta forma, o posicionamento de um enunciador que busca mostra-se neutro diante dos fatos. Trata-se da consolidação do efeito de justa-medida e sobriedade no modo de noticiar.

<sup>37</sup> No caso da edição do O Globo em análise e que é a principal do dia, ela também circula com três edições especiais: Prosa, Segundo Caderno e Ela. Nesses cadernos, a diagramação é bem diferente da edição principal.

Quadro 7: efeitos de sentido do componente eidético – O Globo.

Plano da expressão	Plano do conteúdo
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Linhas retas</li> <li>• Estrutura quadrangular ou retangular das unidades noticiosas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Leitura mais fluida;</li> <li>• Efeito de objetividade;</li> <li>• Maior sobriedade do projeto gráfico.</li> </ul>

Fonte: os autores.

Também em relação às formas dos elementos gráficos no texto, vale destacar tanto a tipografia escolhida para manifestar os blocos de caracteres quanto os diferentes tamanhos em que eles são apresentados. No caso da tipografia<sup>38</sup>, a escolha dos tipos revela uma opção por fontes sem serifas<sup>39</sup> nos títulos principais, cujos caracteres vêm em tamanho maior. Isso torna o espaço entre as letras mais arejado e facilita a leitura rápida. Nos demais blocos de caracteres, não há um padrão. Há blocos serifados e não serifados.

Figura 10: tamanho e tipos de fontes usadas – O Globo.



Fonte: O Globo - edição 29/08/2015.

No caso do tamanho dos elementos — incluindo os caracteres — o gerenciamento da atenção parece ser o ponto central, conforme já defendia Hernandez (2006). Então, quanto maior a unidade de leitura, mais o olho do texto tende a ser guiado em sua direção.

<sup>38</sup> Por meio da tipografia, podemos definir o corpo de caracteres ou as fontes usadas em um texto.

<sup>39</sup> As serifas são traçados sutis ou pequenos prolongamentos nas extremidades das letras. A fonte Times New Roman, por exemplo, é serifada. Já a fonte Arial não tem traçados, ela é reta no fim das hastes de cada letra.

A manchete, por exemplo, constitui o maior bloco de caracteres da capa. São oito letras sem serifas, em maiúsculo e em negrito, ou seja, com maior densidade cromática. O fato da manchete estar em negrito, na posição mais alta capa e em letras garrafais a coloca numa posição hierárquica superior em relação aos demais elementos. Conforme veremos, tudo que vem após ela, mesmo que com tamanhos consideráveis, só é acessado porque parte dela. É assim com o gráfico, com os três blocos de caracteres em destaque entre a foto e gráfico e com a própria foto destacada no centro. Essa é a região onde o tamanho dos elementos concentra maior atenção na capa.

Figura 11: concentração da atenção pelo tamanho das unidades - O Globo.



Fonte: os autores

Não casualmente esta é também a área da capa onde o tema Economia se sobressai. Então o tamanho vibrante dos elementos gráficos é agenciado persuasivamente para direcionar o discurso da crise em função da recessão econômica, e não em decorrência de fatores políticos ou de qualquer outra ordem.

#### 6.1.3.4 A organização topológica da capa

Graficamente, a capa pode ser pensada como um simulacro de objetos dispostos sobre um dado espaço de fundo. Assim, tanto as cores quanto as formas são gerenciadas em função do espaço a ser preenchido. E, se se toma o arranjo topológico da totalidade de

elementos encadeados, novamente é possível pensar tanto em um centro orbital, onde estão situados os principais recursos para captar a atenção do enunciatário-leitor, quanto em uma região mais periférica, com recursos expressivos de natureza menos impactante.

Assim como observado na concentração dos percursos figurativos e temáticos, o centro orbital dos elementos de ordem gráfica (cores, fotos, tipografia...) se situa na região centro-superior da capa. Ali, encontram-se os objetos em destaque: a manchete e seus desdobramentos em chamadas menores, um gráfico entre eles e a foto principal, que ocupa mais da metade do espaço no centro, situada entre blocos de caracteres.

Figura 12: regiões da capa por disposição topológica dos elementos – O Globo.



Fonte: os autores

Essa observação é importante porque revela como o arranjo das figuras e dos temas, mobilizados no nível discursivo do texto, se articula com o jogo sincrético entre as dimensões verbal e visual. Com isso, a organização topológica do plano da expressão fundamenta uma relação semisimbólica com o plano do conteúdo na qual o espaço ocupado e o posicionamento dos elementos da capa evidenciam os valores em jogo no discurso.

Desta forma, a coincidência entre a concentração de figuras e temas relacionadas à isotopia da crise econômica na mesma área onde a diagramação é mais incisiva no tocante aos recursos expressivos não deve ser encarada como circunstancial. Na verdade, isso constrói um efeito de sentido que indica o grau de importância dos conteúdos expressados e, assim, supõe-se também um grau de valoração daquilo que deve ser noticiado, na medida em que o espaço da capa é limitado e, conseqüentemente, hierárquico.

Quadro 8: articulação dos elementos gráficos com estruturas do conteúdo – O Globo.

<b>Plano da expressão</b>	<b>Plano do conteúdo</b>
Centro orbital (elementos dispostos na região centro-superior da capa)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Maior importância;</li> <li>• Mobilização do principal percurso temático-figurativo desta edição.</li> </ul>
<b>Plano da expressão</b>	<b>Plano do conteúdo</b>
Periferia (elementos localizados nas extremidades da capa)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Menor importância</li> <li>• Mobilização de percursos temático-figurativos secundários ou terciários.</li> </ul>

Fonte: os autores

Só assim podemos pensar o modo como O Globo pauta a crise econômica brasileira como o grande destaque nesta edição, porque de qualquer ponto que se parta, o olho do texto — guiado a partir da instância enunciativa — parece direcionar a atenção do enunciatário-leitor ao centro orbital, região da capa onde a existência discursiva da crise na economia brasileira se concretiza figurativamente de maneira mais clara.

Nesta perspectiva, é possível pensar também um percurso de leitura, arquitetado pela maneira como a sequência topológica de camadas expressivas se apresenta em função da hierarquia dos conteúdos manifestados. Entretanto, falar de um percurso de leitura, nesses termos, pressupõe menos uma questão de mera legibilidade — que está mais para a percepção visual do texto — e mais uma questão de apreensão do sentido construído nele. Isso é o que nos autoriza a conceber, de fato, a noção de “lisibilidade semiótica”<sup>40</sup>, conforme propõe Sorin (1996, p. 124), na medida em que a leitura de um objeto implica o reconhecimento de estratégias que ele mobiliza para efetivar sua interpretação e compreensão. Ou seja, sua inteligibilidade.

Nesse caso, a figura RECESSÃO logo na manchete — por exemplo — parece ser o ponto de partida não só para a leitura do texto sintagmaticamente, mas também para o entendimento do efeito de sentido global que ele sugere. Embora o cabeçalho do jornal esteja em posição ainda mais superior que a manchete — e, como vimos, isso tende a indicar maior importância — ele funciona muito mais como um intensificador da identidade do enunciador O Globo, ao trazer a logomarca do periódico em destaque. Isso porque a logo pode ser encarada como um marcador de pessoa e, assim, indica quem vai falar, enquanto a manchete é

<sup>40</sup> A noção de lisibilidade semiótica proposta por Sorin (1996) defende a ideia de que todo texto aponta para uma direção de entendimento. A proposta não difere muito do que vem sendo discutido por Discini (2003) com os conceitos de “olho do texto” e “posição de leitura” e por Lima (2010, 2016) em seus estudos sobre leitura e recepção.

efetivamente a voz do jornal em andamento, uma tomada de posição que se anuncia por meio do discurso enunciado.

Sendo assim, a leitura da capa é iniciada pela manchete e — por relação de encadeamento — seguida pelo gráfico disposto horizontalmente e apresentado numa sucessão do que seriam indicadores econômicos, onde as cores reforçam o tema da Economia, figurativizado anteriormente no termo RECESSÃO. Após isso, o olhar é direcionado às três chamadas principais que vêm abaixo do gráfico<sup>41</sup>, cada uma organizada em função daquilo que foi apresentado antes, de modo que seja possível apreender não só a “crise”, mas sobretudo os desdobramentos dela. O interessante, nesse caso, é que desdobrar a crise significa também intensificá-la. Por isso, o texto vai sendo construído em uma progressão, pelo menos até sair do centro orbital e atingir a região periférica da capa.

De todo modo, conforme podemos perceber — portanto — a maneira como o texto é estruturado topologicamente até o gráfico e as três chamadas em destaque não difere do que normalmente se vê no jornalismo, porque obedece uma lógica de produção e organização espacial subsumida — em termos fontanilleanos — por uma prática semiótica de leitura típica do ocidente: da esquerda para a direita e de cima para baixo. O que quebra essa constante é o manejo das estruturas textuais a partir daí, nos permitindo considerar — pelo menos metodologicamente — a divisão da capa em quatro blocos distintos de organização da leitura.

Figura 13: blocos de leitura – O Globo.



Fonte: os autores

<sup>41</sup> 1. PIB cai mais e só ganha da Rússia e Ucrânia; 2. Consumo das famílias é o pior desde 2001; 3. Investimentos e construção civil desabam.

Ao contrário do primeiro bloco, em que os elementos estão dispostos horizontalmente, com espaços bem delimitados e parcialmente iguais, a leitura do segundo se dá em função da foto. Pela posição privilegiada que ocupa na região central da capa, a força figurativa da fotografia tem um efeito condensador tal que funciona como âncora para os elementos verbais espremidos nas laterais. Ao centralizar a atenção do enunciatário-leitor nesta área, é ela quem guia a leitura dos elementos sob sua tutela.

Assim, a fotografia realiza o elo de ligação deste segundo bloco com o bloco anterior e com o encadeamento temático-figurativo que nos autoriza conceber a continuidade do percurso de leitura para o discurso da crise econômica, forjado no texto.

Figura 14: percurso de leitura plástico – O Globo.



Fonte: os autores

Nesse esquema, o terceiro bloco resgata o padrão horizontal da esquerda para a direita, projetado no primeiro bloco. De alguma maneira, percebemos que tal procedimento aponta para um efeito estabilizador na leitura, porque não foge à regra — por assim dizer. Mas o interessante, como vimos, é que tanto o bloco 2 quanto o bloco 3 constituem a área da capa onde o tema da Política encontra o tema da Economia em dois percursos figurativos aparentemente distintos. Então, na verdade, essa estabilização no terceiro bloco não é só de ordem visual ou sintagmática, mas também de convergência entre estruturas significantes mobilizadas sob uma mesma isotopia: a da crise/instabilidade.

Diferentemente dos blocos anteriores, em que os elementos tendem a ser considerados em sequência ou a partir de um ponto central, o quarto e último bloco de leitura joga com o agrupamento de elementos organizados em dois grandes espaços dispostos em

paralelo. São quatro sub-blocos do lado esquerdo e um só do lado direito (o anúncio publicitário). Por um lado, isso gera um efeito de multiplicidade de caminhos possíveis para a leitura visual das camadas expressivas. Por outro, a região da capa onde estão localizados — quase no rodapé — não é exatamente uma área onde o manejo da atenção seja de máxima pertinência. Por isso, este é justamente o espaço onde o encadeamento temático-figurativo principal (da economia em crise), construído desde a manchete, se dilui e a concentração de figuras e temas em destaque é menor.

Nesta perspectiva, é possível extrair daí, no mínimo, três conclusões. A primeira delas é que, ao contrário do que seria possível supor com tantos blocos de informação lado a lado, a estrutura da capa segue uma certa linearidade e é ela quem parece definir a organização do fluxo textual, seja de cima pra baixo, da esquerda para a direita ou dos lados para o centro. Esse entendimento é importante, porque nos permite compreender como o procedimento de linearização do percurso de leitura define em parte a interpretação dos conteúdos, conforme defende Lemos (2017, p. 113) em seus estudos.

A segunda é que o percurso de leitura visual do texto, ordenado topologicamente, coincide com o percurso de textualização das estruturas discursivas e dos efeitos de sentido que delas se originam. Só assim o sincretismo da capa poderia ser considerado no âmbito de alguma unidade e sua leitura — que à primeira vista parece um jogo simultâneo e de coisas — não poderia ser tomada fora da orientação enunciativa que a guia. E, embora isso seja dito nesta análise, vale também para as capas da Folha e do Estadão, porque há uma regularidade no modo de dizer dessas publicações.

Dizer que a leitura é orientada, no entanto, não significa dizer que o percurso é infalível. O enunciatário pode perfeitamente negá-lo, mas isso não exclui o fato de que há um direcionamento da atenção e do entendimento no texto. Seguir o percurso é a garantia que o sujeito da enunciação oferece para a apreensão dos efeitos de sentido articulados na integralidade do discurso projetado na capa. Caso contrário, tem-se outras leituras possíveis, porém como possibilidades parciais, e não na totalidade da proposta original.

A terceira conclusão é que a própria ideia de um percurso de leitura pode ser tomada em graus diferentes de ordenamento, conforme a orientação dos efeitos de sentido sugerida. No caso do centro orbital (os três primeiros blocos de leitura), por exemplo, a organização do percurso é bem mais clara. Seja da esquerda para a direita, de cima para baixo ou do centro para as margens, esta região é arquitetada de maneira concisa, o que possibilita uma leitura mais fluida e repercute no modo de apreensão das estruturas discursivas articuladas verbovisualmente. Assim, fica mais fácil captar a noção de crise econômica já no

início da capa. E esse é o propósito da diagramação que define o arranjo topológico em O Globo: construir um texto rápido de ler e fácil de entender.

O problema do 4º e último bloco de leitura reside justamente neste ponto, porque o percurso aí não se mostra tão bem definido como nos demais blocos. Contribui para isso o fato de que se trata de uma área fora do eixo central de manejo do olhar, ou seja, na periferia, onde são colocados em perspectiva elementos figurativos que não estão estritamente relacionados à isotopia da crise. E, como esse é o destaque da edição, então, o percurso se torna menos claro à medida que esses outros elementos vão ganhando espaço, em detrimento da pauta principal, no centro orbital da capa.

Disso, depreendemos que o modo como o percurso é agenciado também indica uma estratégia enunciativa, na medida em que ele regula o grau de fluidez da percepção visual do texto e, conseqüentemente, de apreensão do(s) sentido(s) construído(s) nele. Logo, onde a crise é melhor retratada, a leitura tende a ser mais direta e objetiva, o que sinaliza ainda uma noção de ritmo textual.

#### **6.1.3.4.1 Do ritmo de leitura**

Qualquer consideração a respeito do ritmo de leitura no texto só pode partir do fato de que se trata de um efeito de sentido produzido pela relação estabelecida entre o gerenciamento do percurso visual e os mecanismos que alicerçam o discurso<sup>42</sup>.

Como vimos, o olho do texto tende a concentrar a atenção do enunciatário-leitor na parte centro-superior da capa, onde estão os recursos expressivos de maior apelo visual (sensível) e a maior concentração de figuras relacionadas à recessão econômica. A administração dessas estruturas em conjunto parece produzir uma sensação de maior ou menor aceleração no andamento da leitura. Conforme mencionamos antes, trata-se de uma leitura inicialmente visual, mas que também interfere na inteligibilidade dos conteúdos expressados e na apreensão dos efeitos de sentido, porque os percursos temático-figurativos caminham junto ao percurso dos elementos plásticos. Isso funciona para toda a capa, mas como a organização do texto segue uma hierarquia, é possível concebê-lo em níveis diferentes ao longo do texto.

Nesse caso, mais uma vez podemos supor o centro orbital como o ponto de maior tensão, de onde se inicia a leitura do texto num ritmo inicialmente mais acelerado — devido aos recursos gráficos e às pautas mais quentes desta edição — e depois num ritmo menos acelerado, com a apresentação das pautas frias e de elementos gráficos menos impactantes,

---

<sup>42</sup> Encadeamento de figuras e temas, isotopias, breagens...

geralmente nas extremidades superior e inferior da capa. Nessa perspectiva, o ritmo segue uma ordem decrescente do centro para as regiões periféricas e crescente no caminho inverso. Assim, ele é estruturado conforme a organização espacial do texto, construindo um simulacro temporal de duratividade para a leitura.

Pensando em termos tensivos, poderíamos dizer que há aí um percurso rítmico marcado por uma intensidade muito forte, de início, e que posteriormente passa por um processo de relaxamento. Esses picos de tensão e relaxamento marcam o modo como apreendemos a “crise” na capa, porque sua organização topológica, cromática e eidética é construída em função do impacto. As figuras da crise não são apresentadas de maneira gradativa. Como veremos mais adiante, elas são efetivamente lançadas no espaço do enunciatário graças ao movimento breante, invadindo subitamente seu campo de presença com máxima carga tensiva e num ritmo altamente acelerado. Só depois há uma amenização desse processo. Obviamente isso não se dá ao acaso. A própria concepção de um percurso e de um ritmo de leitura mostra quão ordenado esse processo pode ser.

Ao contrário do que vemos nas edições da Folha e do Estadão — por exemplo — na capa do O Globo, há menos unidades de leitura e privilegiam-se os blocos de caracteres mais curtos e diretos. Quanto mais curto, mais fácil e rápido de ler. A própria manchete é um exemplo disso, na medida em que traz uma única palavra, cuja posição que ocupa, carga semântica, tamanho e peso visual que tem a colocam como ápice na trajetória rítmico-tensiva. Um ápice que converge exatamente com o início do percurso de leitura, como vimos.

Se entendermos que a duração mais curta do fragmento de uma da unidade noticiosa determina a possibilidade dela ser tomada mais sensorial do que racionalmente, como propõe Hernandez (2006, p. 89), a “RECESSÃO” da manchete — sob esse ponto de vista — seria apresentada também como uma experiência a ser vivida. O enunciatário é convidado não só a refletir sobre ela, mas sobretudo a senti-la, porque ela efetivamente passa a fazer parte da sua realidade, primeiro de maneira abrupta e, depois, contínua.

Então, de alguma maneira, isso nos permite pensar que há um componente persuasivo no manejo rítmico da leitura, porque o efeito de aceleração e desaceleração se dá em função do modo como o enunciador administra a inteligibilidade das unidades noticiosas a partir, inclusive, do simulacro sensível que os recursos plásticos mobilizam. Com base nisso, podemos entender esses procedimentos no âmbito de uma série de estratégias diretamente relacionadas à dimensão enunciativa que agencia o discurso.

#### 6.1.4 As estratégias enunciativas e o efeito persuasivo global

Cada elemento analisado até aqui revela, na verdade, um conjunto de procedimentos enunciativos perceptíveis a nível de enunciado, mas produzidos a nível de enunciação. Partir deste ponto é importante, porque nos permite compreender como o sujeito da enunciação vai tecendo estratégias para garantir a eficácia discursiva na capa d'O Globo.

Em última análise — como vimos — isso significa que nem o que chamamos de discurso da crise nem sua textualização obedecem um *modus operandi* aleatório. Ou seja, a definição dos percursos temático-figurativos predominantes no texto, a assunção dos valores que definem a estrutura semionarrativa e a maneira como o arranjo gráfico é sincretizado indicam uma série de estratégias discursivas que se apresentam pelo menos como uma possibilidade de orientação da leitura dos efeitos de sentido construídos na capa.

Estamos no terreno da possibilidade, porque essa ideia de direcionamento da significação pode se efetivar ou não. Não é o texto que define a eficácia do discurso. Ele apresenta as condições para isso. Portanto, mais do que um fim, o texto é um meio, um espaço de embate onde essas estratégias discursivas estruturam formas de interação entre instâncias enunciativas, reforçando o caráter persuasivo da relação enunciador-enunciatário. Assim, se é possível estabelecer algum parâmetro de análise sobre a eficácia dos discursos, ele se alicerça justamente nesse jogo relacional.

No caso da capa d'O Globo, o discurso da crise é arquitetado num regime interativo que encena pelo menos dois movimentos distintos. À primeira vista, simula-se o distanciamento da instância enunciativa a partir de debreagens enuncivas. O próprio modo de dizer jornalístico (nos enunciados verbais) se fundamenta nessa perspectiva. Em razão disso, o discurso do jornal é construído todo em terceira pessoa, com uma diagramação sóbria — que lhe confere seriedade — e com blocos de caracteres usando verbos no presente gnômico, não como uma marca do agora que define a enunciação, mas como um efeito de atualidade, onde os fatos parecem acontecer no momento da leitura.

Assim, os enunciados aos quais temos acesso são arquitetados no sentido de apagar qualquer vestígio que denuncie a presença do sujeito da enunciação operando uma série de escolhas por trás do modo como a capa foi concebida. Cria-se, desta forma, o simulacro de objetividade, clareza e precisão sob o qual o discurso é erigido, sustentado por um enunciador que tenta afastar de si a responsabilidade do dito e camuflar qualquer juízo de valor.

Por esse motivo, o jornal explora dados numéricos para falar da crise econômica. O gráfico é pensado assim e exerce dupla função. Por um lado, ele traz uma série de números na condição de dados imparciais e, portanto, desprovidos de subjetividade. Por outro, forja uma realidade que beira ao incontestável. Isso porque o número confere credibilidade ao discurso, atestando seu teor veridictório.

É igualmente nesse horizonte que se delega voz a terceiros — como vemos na legenda<sup>43</sup> da foto em destaque — na qual o figura do empresário é quem tem espaço para falar de suas perdas, e no bloco de caracteres ao lado direito da foto, com as aspas atribuídas à presidente da República<sup>44</sup>. O mesmo acontece nos blocos dedicados aos colunistas e chargistas, onde prevalece o teor opinativo sobre as informações. Tanto em um como em outro, predomina o afastamento do jornal em relação ao que é reportado.

O interessante, entretanto, é que a decisão de conceber a palavra a alguém implica necessariamente uma tomada de posição. No caso da legenda, O Globo opta por dar voz ao empresariado. É ele quem ocupa o centro da fotografia e tem poder de fala na publicação. Logo, mesmo quando o desemprego é o tema, fala-se sob a ótica do empregador, não do empregado, o que indica a quem o discurso de fato se dirige.

Em se tratando da frase atribuída à Dilma Rousseff, o jornal trabalha com a ideia dos contraditórios. Se por um lado a presidente da República parece diminuir a gravidade da crise — ao passo em que representantes do executivo nem a comentam — por outro, O Globo lança mão de um efeito comparativo para desqualificá-la em seguida. Citar os casos da Rússia e da Ucrânia é apontar indiretamente a contradição da chefe do governo ao apequenar a situação nacional. Dizer que o PIB do Brasil só se sai melhor que o de um país em guerra não é só elevar ambos os casos ao mesmo patamar, mas também intensificar o problema brasileiro ao nível da tragédia.

No que diz respeito ao espaço dos colunistas e da charge, por mais que a opinião expressada seja atribuída sempre a um alguém, quem a manifesta é o jornal. Assim, O Globo maneja um modo de dizer que diz mesmo quando se cala, toma partido pela voz de outros.

A questão é que isso só fica evidente nas entrelinhas, porque — a olho nú — predomina o efeito de distanciamento entre os planos do enunciado e da enunciação, bem como entre enunciadador e enunciatário. Tal efeito tem como ponto de partida o fazer persuasivo mobilizado pelo sujeito da enunciação a fim de manipular o fazer interpretativo do leitor em

---

<sup>43</sup> "Na crise a roupa fica em segundo plano", frase outorgada ao empresário Maurício Hersgenhaut sobre as demissões que teve de fazer em vista da queda nas vendas.

<sup>44</sup> "sem nadinha de amargura ou de ódio", atribuído à presidente Dilma Rousseff sobre sua expectativa em ver o país superar o estado de crise econômica oficializado com o anúncio do PIB.

direção à crença na verdade que o discurso da crise constrói para si. Por isso, a organização do texto joga com fatos que parecem narrar a si mesmos — sem sequer o intermédio de uma instância enunciativa, na medida em que há tanto um apagamento das marcas do sujeito da enunciação, quanto a delegação de um enunciador disfarçado no próprio discurso que projeta.

Na contramão desse movimento, todavia, temos exatamente o seu oposto: um efeito contínuo de aproximação. Se o efeito de distanciamento tende a fastar enunciador de enunciatário, a aproximação simulada nesse caso revela o esforço do sujeito da enunciação em garantir que o discurso do jornal se efetive não só na perspectiva de um fazer-saber e de um fazer-creer na existência da crise, mas também em um fazer senti-la.

Neste ponto, o arranjo plástico exerce papel determinante. Graficamente, a capa d'O Globo foi construída e organizada para ser mais visual do que verbal. Se olharmos para as capas da Folha e do Estadão, a diferença é perceptível. Tamanhos, cores e formas são explorados e sincretizados de modo muito similar nesses jornais, enquanto n'O Globo as camadas expressivas saltam aos olhos, realçando figuras e temas visualmente.

Por esse ângulo, a manchete se impõe como ponto de inflexão mais uma vez. Primeiro porque é dela que a leitura parte efetivamente, orientando o olhar e o entendimento inicial. Segundo porque a figura "RECESSÃO" — em maiúsculo, negrito e maior do que qualquer outro bloco de caracteres no texto — é enunciada de maneira tal que, antes mesmo de acessá-la, o enunciatário (leitor) é tomado pela sua presença. Trata-se daquilo que Discini chama de "grito de discurso" (2006, p.139), instaurando uma debreagem enunciativa responsável por fixar num mesmo plano o /ele-lá-então/ da notícia/manchete e o /eu-aqui- agora/ do leitor. Só assim, é possível entender em que medida a crise irrompe o campo de presença do enunciatário, apresentando-se como uma realidade ou experiência a ser vivida e não apenas noticiada.

Nesta mesma direção, a foto em destaque traz a figura do empresário com semblante preocupado e olhar fixo no campo de visão do leitor. Novamente, firma-se um efeito breante de aproximação, porque o enunciatário é instado não só a sentir a crise, mas também a partilhar — com o outro — aquilo que ela representa (desemprego, inflação, empobrecimento...).

Então, por trás desse fazer-sentir, vemos os movimentos de um sujeito da enunciação que a todo instante administra estratégias persuasivas para ratificar o contrato veridictório estabelecido na relação enunciador-enunciatário. Sendo assim, o simulacro do fazer-sentir é concomitante ao do fazer-creer e o reforça estrategicamente no texto.

Como vimos, isso não é uma particularidade apenas no horizonte dos efeitos breantes. Na verdade, acontece em todas as dimensões da capa e de maneira interligada. A debreagem enunciativa não teria o mesmo efeito sem o recurso gráfico das cores e das formas.

Do mesmo modo, as figuras e os temas — que, de maneira geral, compõem a isotopia da crise — dificilmente poderiam ser tomadas como são sem o arranjo gráfico que as maneja na verbovisualidade da capa ou sem os efeitos breantes que incidem nelas direta ou indiretamente. Esse efeito que ora aproxima ora distancia os planos do enunciado e da enunciação, por exemplo, revela como as breagens são agenciadas numa gradação que indica modos diferentes de presença da enunciação nos enunciados.

Por isso, podemos falar de uma série de estratégias discursivas com fundo persuasivo, construídas numa perspectiva global e muito bem dosadas em função das escolhas que o sujeito da enunciação realiza, projetando possibilidades interativas no jogo relacional entre enunciador e enunciatário. Embora tais escolhas não sejam infalíveis, são elas que conferem à capa o estatuto tanto de objeto de significação quanto de objeto de comunicação.

## 6.2 FOLHA DE SÃO PAULO

### 6.2.1 O discurso da crise (político-econômica)

Embora esta análise se centre em três capas publicadas no mesmo dia e tenha como mote a construção de um discurso associado à ideia de crise no Brasil a partir de 2015, é preciso reconhecer que nem o discurso nem a maneira como ele é textualizado nessas capas admite uma homogeneidade. Isso porque, ao lidar com jornais diferentes, consequentemente estamos lidando com modos distintos de enunciar.

Desta forma, mesmo que se admitam semelhanças entre as capas, é nas diferenças onde perceberemos as nuances que tornam cada texto único em relação à maneira de perspectivar o estatuto desse discurso da crise ao qual nos referimos, o que nos permite elevar a análise a um grau de confrontação e comparação entre os textos selecionados.

Nesse sentido, notamos que o tema da economia acaba sendo o fio discursivo para a isotopia da crise na capa da Folha de São Paulo, tal qual é na capa d'O Globo. Nitidamente, economia e política acabam sendo as duas configurações temáticas em destaque nos dois jornais. Todavia, ao contrário d'O Globo, a Folha já nos indica esses temas como demarcadores dos assuntos abordados em sua edição, visto que são especificadas no final de cada bloco de caracteres as editorias nas quais eles estão inseridos. Nesse caso, estamos falando de Mercado e Poder, apresentadas logo no final dos primeiros blocos de caracteres abaixo da manchete. Ou seja, essas editorias apontam para os temas em perspectiva tanto no discurso quanto na composição plástica do texto, na medida em que aparecem justamente na região de maior destaque da capa: a centro-superior.

O interessante nesse caso é que, ao especificar as editorias, indica-se também um processo de orientação. Isso porque definir o tema na editoria situa o leitor quanto ao terreno em que o jornal estatui e hierarquiza suas pautas, aquilo que merece ou não ser noticiado, oscilando o discurso entre o dito e não-dito, o sobredito e o desdito.

Assim, se se olha para as editorias pautadas nesta capa, observa-se, pelo menos, duas bem definidas (Mercado e Poder) — ocupando o centro e topo do texto — e, em contrapartida — mais para a extremidade inferior — vê-se um emaranhado de outros assuntos secundários e segmentados, geralmente na órbita da editoria Cotidiano.

Isso nos permite dizer que, além dos temas Política e Economia — vinculados às editorias principais — constata-se novamente o tema Outros, estruturado a partir dos demais assuntos (e editorias) mobilizados nesta capa. A questão é que, em decorrência disso, esta

terceira configuração temática parece vir dividido em pelo menos três subtemas: 1. Segurança pública, 2. Internacional/assuntos internacionais e 3. Variados.

Quadro 9: configurações temáticas e figurativas na capa da Folha.

<b>Temas</b>	<b>Figuras - economia</b>	<b>Figuras - política</b>	<b>Figuras - Outros</b>
1. Economia 2. Política 3. Outros	4. PIB; 5. Recessão; 6. Brasil em crise. 7. Gráficos verticais (índices de oferta e de Demanda); 8. Agropecuária; 9. Indústria; 10. Serviços; 11. Consumo das famílias; 12. Consumo do governo; 13. Investimentos; 14. Contração; 15. Queda de investimento e consumo; 16. Economia 17. Crise; 18. Gastos com máquinas, equipamentos e construção; 19. Empobrecimento geral; 20. Desemprego; 21. Salários; 22. Confiança na economia; 23. Saldo do comércio exterior; 24. Gastos do governo; 25. Queda; 26. Países emergentes; 27. Dados anteriores; 28. Atividade econômica 29. Projeções de analistas;	46. Governo Dilma; 47. PT; 48. Planalto; 49. Gráfico na horizontal (variação anual do por mandato); 50. Nomes dos ex-presidentes: Collor, Itamar, FHC, Lula e Dilma. 51. Senador Aécio Neves; 52. PSDB; 53. Foto em destaque. 54. Operação pixuleco; 55. Boneco inflável de Lula vestido de presidiário; 56. Apoiadores e opositores do PT; 57. Candidato em 2018; 58. Poder; 59. Temer; 60. Conversa dura; 61. Vice Michel Temer; 62. PMDB; 63. Governo; 64. Aliados; 65. Embate direto; 66. Executivo; 67. Congresso; 68. Lideranças políticas e empresariais; 69. Relator do orçamento; 70. Deputado Ricardo Barros;	<b>Subtema:            Segurança pública</b>  72. Delegados; 73. PM; 74. Chacina; 75. Polícia Civil de São Paulo; 76. Polícia Militar; 77. Racha na investigação; 78. Tribunal Militar; 79. Mandados de busca e apreensão; 80. 19 suspeitos; 81. Força-tarefa; 82. Letalidade da polícia; 83. Cultura local do confronto.  <b>Subtema:            Internacional</b>  84. Imigração; 85. nações europeias; 86. Sociedade gerontocrática; 87. Educação; 88. Aposentadoria; 89. Trabalho; 90. Pensão; 91. Governo dos idosos; 92. Invasão dos bárbaros; 93. Ameaça.

	30. Retração sem precedentes; 31. Redução do PIB; 32. Confiança dos empresários e consumidores; 33. CPMF; 34. Rombo; 35. Orçamento; 36. Tributo sobre operações financeiras; 37. Receita em queda; 38. Contas; 39. Expectativa de crescimento; 40. Programação financeira; 41. Piora na perspectiva da economia; 42. Estimativa de receitas; 43. Despesas obrigatórias; 44. Mercado; 45. Anúncio publicitário no rodapé da capa.	71. PP-PR;	<p style="text-align: center;"><b>Subtema: Variados (Ciência, Cultura, Entretenimentos ...)</b></p> 94. Cotidiano; 95. Ciência; 96. pasto melhor; 97. gado; clima; 98. Furacão Katrina; 99. Novas Orleans;] 100. Biografia; 101. Simón Bolívar; 102. Crianças; 103. Cozinha; 104. Programas de TV e internet; 105. Salões de Paris; 106. Crônicas inéditas 107. Marcel Proust; 108. Traumas herdados; 109. Atmosfera; 110. Temperatura ; 111. Lançamento; 112. New Hyundai; 113. Design e tecnologia.
<b>Isotopia</b>	Crise/instabilidade: econômica e política		Pluralidade de assuntos

Fonte: os autores

Como a relação entre essas configurações temáticas é pautada na hierarquia, há tanto um processo de conexão quanto de subordinação entre elas. E isso não é exclusivo desta capa. Acontece nas outras duas também. Por esse motivo, podemos falar dos subtemas como suplementares aos temas em destaque. Isso explicaria — por exemplo — a razão pela qual as

figuras sob tutela do subtema Segurança Pública poderiam facilmente ser transpostas para o tema da Política, uma vez que esta configuração temática subsume aquela. Do mesmo modo, as figuras associadas ao subtema Internacional parecem se dividir ora entre o tema da Política<sup>45</sup> ora entre o tema da Economia<sup>46</sup>.

Há uma implicação importante nesta constatação, porque pressupor a interligação entre os encadeamentos temático-figurativos na capa da Folha nos permite entender como o percurso isotópico da crise/instabilidade é gerenciado nela como um todo. A base desse gerenciamento está no que Greimas e Courtés (1979, p. 246) chamam de “recorrência de categorias sêmicas”, ou seja, na reincidência de traços semânticos que a todo instante simulam uma relação de vínculo ou simplesmente de afinidade entre os temas mobilizados, que é o que garante a homogeneidade isotópica. Só assim percebemos como os temas secundários (Segurança Pública, Internacional e Variados) são amarrados aos temas em perspectiva (Economia e Política), reforçando-os no discurso, ainda que de maneira tangencial.

No caso do subtema Variados, nota-se uma compilação de figuras aparentemente relacionadas à temas diferentes entre si (ciência, informações do dia-a-dia, entretenimento etc) e diferentes dos demais temas associados à configuração temática Outros (Segurança pública e Internacional). Como vimos, algo semelhante acontece na capa d’O Globo, onde o tema Outros também contém encadeamentos figurativos menos propensos a indicar qualquer relação mais forte com aqueles em destaque.

A razão para esse fato está novamente na posição da capa onde tais estruturas estão dispostas: a extremidade inferior. Isso porque, trata-se da região com menor número de figuras relacionadas à economia ou à política, principais pautas do jornal nesta edição. É o que nos permite pensar mais uma vez na ideia de um centro orbital e de uma periferia em relação à disposição desses encadeamentos no texto. Vejamos:

---

<sup>45</sup> Figuras vinculadas ao tema Política: imigração; nações europeias; sociedade gerontocrática; educação; governo dos idosos.

<sup>46</sup> Figuras relacionadas ao tema da Economia: aposentadoria; trabalho; pensão.

Figura 15: relação centro orbital - periferia na capa da Folha por concentração de figuras - Folha.



Fonte: os autores.

A partir daí, a questão que se coloca é que a capa da Folha parece bem mais estratificada que a d'O Globo nos termos dessas configurações temáticas em andamento no texto. Como aparentemente mais temas são mobilizados nesta capa, há um processo gradativo no modo como eles são encadeados. E, de maneira geral, tal fato ecoa na própria segmentação do centro orbital e das periferias.

Se, de início, o tema da economia é apresentado como eixo principal do discurso, com a manchete e a cartola<sup>47</sup> “BRASIL EM CRISE” — num box<sup>48</sup> de contornos vermelhos, antes do intertítulo<sup>49</sup> — logo em seguida ele é tratado na condição de pano de fundo para questões políticas.

Por essa razão o jornal dá voz às figuras do “governo Dilma (PT)” e do “senador Aécio Neves” já nos blocos de caracteres abaixo do intertítulo da manchete, espaço onde ainda prevalece a situação econômica como pauta principal. Imediatamente vemos o gráfico relacionando nomes de ex-presidentes (governos) com taxas de crescimento do PIB brasileiro ao longo dos anos.

Nesse sentido, o gráfico na horizontal — ocupando a região entre a manchete e a foto destaque — é, portanto, o espaço de confluência entre esses temas ao reunir e conectar figuras da política com o que seriam dados econômicos, relacionando-os. E é justamente a partir deste ponto que tendemos a considerar o entroncamento entre os dois temas em

<sup>47</sup> Cartola ou chapéu em jornalismo se refere a expressões curtas usadas geralmente antes dos títulos das matérias, no sentido de adiantar o assunto, propondo uma temática geral sobre o que é noticiado antes mesmo que se leia a notícia.

<sup>48</sup> Quadrado. Recurso gráfico criado para segmentar a leitura e destacar determinados pontos do texto.

<sup>49</sup> Intertítulo: “Queda de investimentos e do consumo liderou recuo de 1,9% da economia no segundo trimestre”

evidência no centro orbital, onde o percurso isotópico da crise coincide explicitamente com os percursos figurativos da política e da economia, ambos disputando espaço praticamente em pé de igualdade.

Embora o quadro 09 mostre que há mais figuras relacionadas à economia do que a qualquer outro tema nesta capa, fica claro o *status* especial que a política ganha na Folha, pelo menos se comparada à do O Globo. Enquanto neste jornal o aparato figurativo do centro orbital — tanto em termos de conteúdo quanto de expressão — era voltado para o tema da Economia, na Folha vemos a Política se impor não apenas como tema secundário ou subsidiário, mas como destaque, efetivamente, capaz de firmar sua própria agenda no discurso da crise.

Desta forma, a ideia de crise — que antes poderia ser pensada sobretudo no âmbito da recessão — agora é transposta também para a esfera do embate de poder entre forças políticas, como fica evidente com o uso das figuras “embate direto”, “conversa dura”, “apoiadores e opositores” etc. Assim, a instabilidade que o conceito de crise carrega deixa de ser só econômica e passa a ser igualmente institucional/governamental.

De alguma maneira, isso nos permite dizer que, se não há a preponderância de um tema sobre o outro no centro orbital, pelo menos há um processo de retroalimentação entre eles. Ou seja, os percursos da economia e da política parecem se complementar nesta capa no sentido de projetar a crise de maneira generalizada, e não direcionada a determinados setores<sup>50</sup> — por assim dizer.

Orbitando esses dois percursos temáticos em perspectiva, vemos a hierarquização das periferias em subtemas de maior ou menor vínculo com os temas em destaque na região centro-superior (centro orbital). Então, das laterais da foto principal à extremidade inferior da capa, a tendência — mais uma vez — é a diluição dos percursos temáticos principais em função de outros colocados em evidência.

Há duas implicações possíveis para tal fato. Uma delas é que essa diluição camufla uma estratégia cujo objetivo é conferir ao discurso o efeito de pluralidade de assuntos abordados, tal qual vimos acontecer nas periferias da capa d’O Globo. A outra implicação é que a variabilidade de assuntos proposta pressupõe inevitavelmente algum grau de hierarquia na maneira como as configurações temáticas se relacionam no texto.

---

<sup>50</sup> N’O Globo, por exemplo, parece haver esse direcionamento, porque a crise se faz entender como sobretudo de ordem econômica, mais do que de qualquer outra esfera. Na Folha, a tendência é tratá-la como político-econômica.

Conforme já discutimos, a relação hierárquica é o que garante liga aos elementos da capa, de tal modo que ela seja entendida como um objeto coeso. Para além disso, entretanto, a hierarquia nesse caso é agenciada para que temas como a política se sobressaiam no apanhado geral da capa, ao congregar outros a sua volta — inclusive o tema da economia, embora de maneira velada, porque ambos caminham com certa autonomia e interdependência.

Consequentemente, isso nos leva a uma questão aberta desde a análise da capa d'O Globo, porque colocar o tema da política em perspectiva é mobilizar uma lógica narrativa cujo foco está no estatuto processual da crise. Ou seja, é o que faz a isotopia da crise na Folha ser arquitetada semionarrativamente mais como transformação — que culmina numa instabilidade — do que como um simples estado de disjunção propriamente dito, tal qual vimos em O Globo. Isso fica evidente quando se examina a estrutura narrativa desta capa, do mesmo modo como fizemos na primeira análise.

### **6.2.2 A estrutura semionarrativa da crise na capa da Folha**

Se a política é o tema capaz de firmar o caráter transformador do processo que culmina com a instabilidade do país — seja em termos institucionais ou econômicos — ela se torna o ponto de inflexão para onde o discurso da crise se direciona. Isso explica por qual razão esta configuração temática ganha destaque na Folha e dá movimento à narrativa da crise.

No geral, não se nega o fato de que a crise é essencialmente um estado de falta, marcado por uma disjunção que lhe atribui valor disfórico, porque isso é o que a define em termos semionarrativos. Além disso, a estabilidade continua sendo o valor almejado, em contraposição ao estado de instabilidade que ora migra para o âmbito econômico ora para o político nesta capa.

O que se traz de novo, no entanto, é que — entender a crise na perspectiva de uma transformação — pressupõe considerar o transcurso que desemboca nela. Ou seja, uma sucessão de estados, na qual a própria crise, manifestada na instabilidade e na falta, é apenas um deles. Por isso falamos de um processo. Se a capa d'O Globo privilegia o resultado desse processo, aqui fixa-se no seu andamento, cujo início é inegavelmente um estado de estabilidade, porque a instabilidade só se firma com a perda de uma estabilidade que lhe é anterior e que configura o objeto da falta.

Deste modo, a crise só pode ser entendida como resultado da transformação que sai de um cenário de estabilidade, passa pela negação da estabilidade até atingir o estado de

instabilidade. Um percurso gradativo que, a nível das estruturas discursivas, revela a passagem de um país que vai da bonança ao caos, ou da estabilidade à instabilidade, conforme fica evidente no gráfico maior, disposto horizontalmente abaixo da manchete.

Nos tópicos seguintes, veremos como cores, formas e organização espacial do texto evidenciam essa dualidade axiológica Estabilidade vs. Instabilidade. Mas, de todo modo, o gráfico nos mostra com bastante riqueza de detalhes pelo menos três percursos narrativos em andamento neste texto. O primeiro é o centro da narrativa, de onde partem os outros dois. É o percurso de um sujeito que passa da conjunção com o valor estabilidade (figurativizado no crescimento do PIB) para um estado de disjunção com ela — e, portanto, conjunção com a instabilidade. Só assim, percebemos o Brasil saindo de um período de crescimento e entrando na recessão.

Na verdade, se a cor vermelha figurativiza a crise<sup>51</sup>, temos o percurso de um sujeito que sai da instabilidade em Collor, passa pela estabilidade em FHC e Lula e retorna à instabilidade com Dilma. Portanto, os estados de instabilidade se sobrepõem no percurso do sujeito Brasil. E, para além disso, o interessante é que, ao mobilizar figuras de teor político no discurso, a narrativa apresenta um segundo percurso em andamento: o do sujeito do fazer da crise.

Enquanto o primeiro percurso é o percurso de um sujeito passivo no seu próprio transcurso, este segundo é pragmático, na medida em que projeta — mais uma vez — o governo como operador da crise. E, como operador da crise, sujeito da instabilidade e novamente antissujeito da estabilidade. Na prática, até antissujeito do Brasil, porque é de se supor que sua performance impõe a este primeiro sujeito barreiras no seu percurso rumo à estabilidade e à superação da falta que a crise instaura.

Nos termos de Barros (2005, p. 51), o estado de falta só pode ser superado por duas vias: pela reparação ou pela conformação/resignação. Na medida em que o fundamento da falta é instaurar um sujeito passionalmente insatisfeito — modalizado por um /querer-ser/, mas /não-poder-ser/ e, ao mesmo tempo, /saber-não-poder-ser/ — a segunda via não parece uma opção plausível, uma vez que a conformação perpetuaria o estado de crise/instabilidade. Assim, a única via possível é, de fato, a reparação da falta. E a reparação pressupõe minimamente um fazer.

Neste ponto, percebemos em que medida se delinea um terceiro percurso na narrativa da crise nesta capa: o do sujeito da estabilidade e, logo, antissujeito da crise. Isto é, o

---

<sup>51</sup> Conferir tópico "6.2.3.1 As cores da crise".

colocar-se em movimento de um sujeito que atua como adjuvante no percurso do Brasil, visto que sua performance se dá em duas frentes. De um lado, como antissujeito da crise, gerencia a resolução da falta e do estado de instabilidade que ela representa. De outro, como promotor da estabilidade, se contrapõe ao sujeito da crise.

Cria-se, desta forma, uma estrutura polêmica para a narrativa, porque, como bem lembra Barros (2005, p. 52), “a reparação da falta manifesta-se, em primeiro lugar, sob a forma da hostilidade do sujeito para com o responsável por suas perdas”. Assim, dispõe-se em lados distintos duas instâncias opostas: o operador da crise, figurativizado no governo, e aquele capaz de resolvê-la, figurativizado — ao que parece — nos brasileiros (ou a sociedade). Segundo veremos adiante, isso fica nítido na foto em destaque na capa, na medida em que ela manifesta o embate político no país.

De todo modo, percebemos uma clara mudança de perspectiva neste fato. Ao contrário d’O Globo, em que o antissujeito da crise era o empresariado — até porque ela era retratada mais em termos econômicos — aqui convoca-se um sujeito coletivo, fruto de um querer nacional, como antissujeito da crise. É para este segmento que enunciador da capa — travestido de destinador manipulador — se dirige. Isso porque esse sujeito coletivo é seduzido a colocar-se em movimento pela insatisfação com a instabilidade, visto que é apresentado como o único capaz de reverter tal estado ao se opor a quem o opera, ou seja, o governo. Ao mesmo tempo, não se pode negar um intenso processo de intimidação, porque ao não assumir o papel que lhe cabe (se opor ao governo), a sociedade brasileira — aos olhos deste destinador — também entraria como sujeito da crise, assumindo a responsabilidade pela sua continuação.

Partir deste ponto é de suma importância para compreendermos as nuances ideológicas de uma instância enunciativa que — muito embora não o seja — opera desde o simulacro de um lugar neutro. Isso, sobretudo, tendo em vista o cenário de intensas manifestações a favor do impeachment da presidente e do governo que ela encabeça, porque tais movimentos denunciam indícios de posicionamentos políticos adotados pelo enunciador que comanda o discurso do jornal. Mas essa é uma questão que vamos discutir mais adiante.

O interessante, entretanto, é perceber que, em geral, essa é a base sobre a qual o discurso da Folha se alicerça. Semelhante ao d’O Globo em alguns pontos e diferente nos detalhes. Isso fica mais evidente quando tomamos esta capa numa visão global, analisando também os aspectos plásticos e ideológicos do texto. É o que veremos nos próximos tópicos.

### 6.2.3 Sobre a estrutura plástica e o sincretismo de linguagens

Se colocadas lado a lado, as capas da Folha e do Globo evidenciam um esquema gráfico que sincretiza a plasticidade do texto nos seus múltiplos elementos e que textualiza — nesta plasticidade — as estruturas discursivas em função de determinados efeitos de sentido.

Partir desta consideração inicial é importante porque ela nos permite admitir mais uma vez a existência de regularidades e de variações na maneira como isso acontece. Ou seja, no modo como o sincretismo de linguagens e a textualização do discurso são agenciados nessas capas.

Se cada uma dessas publicações pode ser alocada no horizonte da imprensa dita séria — visto que os dois jornais são tomados neste segmento do universo de periódicos em circulação — é de se supor que há minimamente traços comuns entre eles — e, portanto, regularidades. A regularidade, nesse caso, parece se assentar predominantemente na recorrência de um modo de dizer, na medida em que ele indica também um modo de ser no mundo<sup>52</sup>: o ser da imprensa séria. E, a partir daí, a variação tenderia mais para o campo do enunciado — daquilo que é efetivamente dito.

Como vimos, na capa de um jornal, o modo de dizer perpassa toda a verbovisualidade do texto. Isso implica manejo das cores, gerenciamento das formas, organização topológica dos elementos textuais e a sincretização entre essas diferentes instâncias. Então, na capa da Folha, há regularidades nisso tanto com o que vimos em O Globo quanto com o que veremos no Estadão. Aquilo que é da ordem do variável está no universo dos efeitos de sentido que os enunciados mobilizados nesses textos despertam, tendo em vista o modo como se diz.

Neste ponto, nosso desafio é identificar cada regularidade e reconhecer nas variações esses efeitos, de modo que seja possível estabelecer uma análise tanto a nível individual quanto a nível de comparação entre as capas.

#### 6.2.3.1 As cores da crise

Se se toma como ponto de referência a organização cromática na capa da Folha, o que se vê — pelo menos inicialmente — é o manejo das cores em função do mesmo efeito de sobriedade e clareza esboçado na capa d'O Globo. Conforme já mencionamos, esse efeito é

---

<sup>52</sup> Pensando como propõe Discini (2003), para quem o dito é da ordem do enunciado e o modo de dizer da enunciação.

importante porque qualifica o modo de dizer e o discurso de um enunciador que a todo instante se apresenta como sério e comprometido com o dito (e com o enunciatário).

Em grande medida, é esse efeito que justifica o branco predominar como pano de fundo para a organização topológica de cada elemento trabalhado no texto e, conseqüentemente, para o arranjo das demais cores. Além disso, temos o preto dando forma aos blocos de caracteres, dominando boa parte da capa. Nos dois casos, tratam-se de cores neutras e portanto condizentes com a própria imagem-fim<sup>53</sup> que o jornal constrói para si. Ou seja, com a maneira como ele se reconhece e busca ser reconhecido sob a lente da objetividade e — por parecer objetivo — da neutralidade.

Desta forma, prevalecem nesta capa as dualidades branco-preto, vermelho-azul e, em determinados pontos, luz-sombra. É o que também vimos n'O Globo. No geral, o espectro cromático não vai além disso, porque qualquer tentativa de incorporar cores ou tonalidades mais fortes — ainda que para captar a atenção do enunciatário — colocaria em xeque o efeito de sobriedade que incide sobre os enunciados e sobre o discurso que eles projetam. Nas capas em análise, o discurso da crise.

Assim, o manejo das cores parece ser sempre muito bem dosado, de modo que elas não se sobreponham às figuras que edificam a crise, mas as complementem. E, de fato, o que se percebe é a cor sendo usada como intensificador do impacto que as figuras têm na apreensão do texto e, conseqüentemente, das configurações temáticas que as subsumem. Por isso, é possível dizer que há um componente persuasivo no seu gerenciamento.

Na capa da Folha, por exemplo, o vermelho é mais uma vez relacionado semisimbolicamente ao tema da economia e à isotopia da crise/instabilidade. Isso acontece em especial na região centro-superior, onde ele aparece em uma tonalidade bem mais forte nos gráficos dispostos verticalmente e horizontalmente abaixo da manchete, que noticia a queda do PIB e a recessão econômica no país. É o que nos mostra a Figura 16:

---

<sup>53</sup> Nas palavras de Discini (2003, p.75), este conceito se relaciona com o parecer do ser do sujeito e um “modo de presença no mundo”, o que leva Saraiva (2012, p.85) a partir do ponto de que o sujeito que enuncia se faz conhecer como imagem-fim reconstruída por aquele que recebe o discurso, em função das reiterações do modo de dizer no dito.

Figura 16: gerenciamento das cores vermelha e azul no centro orbital - Folha.



Fonte: Folha de S. Paulo - edição 29/08/2015.

Na verdade, a figura também revela que — entre a manchete e os gráficos — esta cor já nos é apresentada na forma de um retângulo com bordas avermelhadas envolvendo o enunciado “BRASIL EM CRISE”, no qual a palavra “crise” é preenchida pela própria cor vermelha. E isso implica um ponto de reflexão interessante, porque a palavra não é preenchida com o preto e a possível neutralidade que ele simula nos demais caracteres. A cor que a preenche é exatamente o vermelho indicado nos gráficos e associado a dados negativos referentes à economia ou à política.

Conforme veremos adiante, a negatividade, como valor atribuído a esses dados, se constrói tanto nos elementos verbais que indicam números negativos quanto nos movimentos para baixo, simulados pelas figuras das setas brancas envoltas de círculos vermelhos. Por isso, consegue-se falar de um processo de sincretização que é simultâneo e geral, na medida em que mobiliza recursos expressivos (cor e movimento) e figuras do plano do conteúdo (agropecuária, indústria, Dilma, FHC...) para sancionar positivamente ou negativamente os temas em jogo no discurso.

Nesse sentido, o vermelho qualifica. Ele não se pretende objetivo ou neutro como o preto e o branco. Pelo contrário, é colocado em discurso para subjetivar e sancionar. Então, quando se preenche a palavra “crise” com a cor vermelha, sincretiza-se o verbal e o visual a tal ponto que ambos só podem ser tomados na unidade da qual fazem parte. Assim, a figura da crise — que de maneira inevitável aponta para a própria isotopia que rege todo o discurso — é indissociavelmente ligada à cor que a caracteriza e dá forma.

Como a isotopia da crise nesta capa aponta ora para o tema da economia ora para o tema da política, a organização cromática do texto também segue essa tendência. O gráfico na horizontal evidencia isso muito bem, na medida em que simula uma linha cronológica da

variação média do PIB brasileiro por governos (de 1990 a 2015). Vale ressaltar que esse efeito de variação cronológica só se torna possível visualmente porque recorre ao emprego do vermelho e do azul, dispostos em direções contrárias. Ao colocar as cores em perspectiva desta forma, instaura-se uma relação de embate e contraposição entre elas. Se o vermelho é a cor da crise e ela é tomada numa visada sempre negativa, o azul passa a ser valorado positivamente como seu oposto, ou seja, como a cor da estabilidade. Isso nos leva ao seguinte quadro:

Quadro 10: relação das cores com efeitos de sentido na capa da Folha.

<b>Plano da expressão</b>	<b>Plano do conteúdo</b>	
Cores - centro orbital	Temas relacionados	Isotopias correspondentes
Vermelho	Economia e política	Instabilidade
Azul		Estabilidade <sup>54</sup>

Fonte: os autores.

O interessante, nesse caso, é que — na contramão de um discurso que se pretende objetivo e de um modo de dizer construído como simulacro de neutralidade — a mobilização das cores delata o dispositivo persuasivo dos posicionamentos de um enunciador que valoriza e sanciona não só em termos econômicos, mas também políticos. Por isso dar nome aos governos elencados no gráfico maior, explicitando sob os governos de quais presidentes o país vive a estabilidade<sup>55</sup> ou a instabilidade<sup>56</sup> figurativizadas nas cores.

Esses desdobramentos ficam evidentes na região do centro orbital, onde as figuras relacionadas à economia e à política se destacam. Mas se partirmos para as regiões periféricas (extremidades) da capa, vemos um processo de diluição no modo como essas cores são tratadas. O preto e o branco parecem continuar a serviço de uma objetividade sobretudo nos enunciados verbais. No entanto, o manejo do azul e do vermelho ganha novos contornos. Ao contrário do que acontece n’O Globo, essas cores continuam sendo usadas em todo o texto.

Assim como na extremidade superior e como no início da extremidade inferior — conforme mostram as figuras abaixo — predomina o vermelho em tonalidades diferentes e o azul claro em alguns blocos de caracteres ou outros elementos gráficos. Embora essas cores

<sup>54</sup> A isotopia da estabilidade se constitui em oposição à isotopia da instabilidade construída no discurso das capas. Embora esta segunda se sobreponha aqui, ela só se efetiva porque se contrapõe à primeira.

<sup>55</sup> Figuras: Itamar, FHC, Lula e Dilma - cor azul.

<sup>56</sup> Figuras: Collor e Dilma - cor vermelha.

sigam uma mesma paleta cromática é difícil estabelecer qualquer correlação imediata com o modo como elas são gerenciadas no centro orbital. Isso ocorre porque nas regiões periféricas da capa essas cores são administradas em função de outros temas, como entretenimento, opinião, cultura ou simplesmente como estratégia de gerenciamento da atenção em partes do texto que tendem a constituir zonas de menor impacto visual, justamente por não conterem as principais pautas ou os principais temas em perspectiva (de maneira explícita, pelo menos) no discurso.

Figura 17: gerenciamento das cores na extremidade superior da capa - Folha.



Fonte: Folha de S. Paulo - edição 29/08/2015.

Figura 18: gerenciamento das cores na região centro-inferior da capa - Folha.



Fonte: Folha de S. Paulo - edição 29/08/2015.

De todo modo, o que se pode dizer é que, mesmo colocadas em tons diferentes e na esteira de outros temas ou elementos de natureza gráfica, essas cores atendem a um efeito de continuidade cromática (visual) dos efeitos de sentido que o texto projeta. Isso porque a cor também significa quando relacionada a elementos do plano do conteúdo.

O enunciador, por exemplo, poderia ter escolhido outras cores para compor esta região da capa, sem necessariamente ferir o efeito de sobriedade textual. Entretanto, optar por manter as mesmas cores significa criar um simulacro de reforço ao embate Instabilidade vs. Estabilidade, onde a instabilidade se sobrepõe porque é a grande pauta em questão no discurso. E a cor relacionada semisimbolicamente à instabilidade, segundo vimos, é o vermelho. Então, por isso, ele domina o espectro de cores na capa. Assim, temos:

Quadro 11: relação das cores com efeitos de sentido nas extremidades da capa - Folha.

Plano da expressão	Plano do conteúdo	
Cores - periferias	Temas relacionados	Efeito de sentido
Vermelha	Outros	Continuidade cromática do embate Vermelho vs. Azul, ou do Instabilidade vs. Estabilidade.
Azul		

Fonte: os autores.

Algo similar acontece quando nos voltamos para a dualidade luz-sombra, projetada fundamentalmente na foto destaque — ainda no centro orbital — e no anúncio publicitário, localizado quase no rodapé da capa.

No primeiro caso, esse jogo de luz-sombra se constrói em concomitância à emergência de figuras cuja natureza é eminentemente política. Enquanto a luz incide sobre a figura do boneco caído — que, por sua vez, se constrói como simulacro da figura do ex-presidente Lula vestido de presidiário<sup>57</sup> — o sombreamento recai sobre a figura das pessoas em pé a sua volta, tematizando o embate político, conforme aponta a legenda<sup>58</sup> que ancora a fotografia.

Figura 19: jogo de luz-sombra na foto destaque - capa Folha.



**Legenda:**

- Foco de onde parte a luz.
- Foco do sombreamento.

**» OPERAÇÃO PIXULECO** Um boneco inflável de Lula vestido de presidiário foi rasgado no centro de SP, gerando confusão entre apoiadores e opositores do PT; o ex-presidente disse que, “se for necessário”, será candidato em 2018. Poder A10 e A11

Fonte: Folha de S. Paulo - edição 29/08/2015.

<sup>57</sup> Nesse ponto, a legenda nos ajuda a fazer essa ponte entre as figuras e sua manifestação visual, num processo de ancoragem, tal qual defende Barthes (1990).

<sup>58</sup> “OPERAÇÃO PIXULECO: um boneco inflável de Lula vestido de presidiário foi rasgado no centro de SP, gerando confusão entre apoiadores e opositores do PT; o ex-presidente disse que, “se for necessário”, será candidato em 2018”.

Assim, ao direcionar-se para a queda de uma figura política que reflete o próprio governo — tomado como promotor da crise — a luz figurativiza a estabilidade, frente à instabilidade que atinge as pessoas de maneira geral. Segundo veremos, esse entendimento é importante porque mostra como o enunciador Folha se posiciona em termos políticos e ideológicos, ainda que de maneira disfarçada.

Praticamente na mesma direção, o anúncio publicitário apresenta a figura de um carro novo para onde partem os feixes de luz azul. O restante do espaço é tomado pela sombra como pano de fundo para enunciados cujo propósito é instaurar um querer que dificilmente pode ser atingido em tempos de instabilidade — o que salienta o estado passional de um enunciatário que se constrói insatisfeito, porque quer, mas não pode estar em conjunção com o valor desejado (o carro novo e moderno, ou do ano).

Figura 20: organização cromática do anúncio na capa da Folha.



Fonte: Folha de S. Paulo - edição 29/08/2015.

Nesse ponto, uma diferença fundamental com a capa d'O Globo se sobressai, porque, num texto dessa natureza, quanto maior o espaço ocupado e o tamanho de um dado elemento, mais relevância lhe é dada. Isso fica evidente com o nome do jornal na extremidade superior, a manchete no centro orbital, a foto e o anúncio. O anúncio em dimensões maiores nesta capa hiperboliza o desejo que nele pretende-se manifestar. Há, portanto, uma intensificação do querer e, ao mesmo tempo, da insatisfação em não poder consumá-lo.

Tal conclusão nos leva à problemática que surge quando se percebe que, associados às cores, tamanho e organização espacial também despertam efeitos de sentido singulares. Os próximos tópicos nos mostram isso de maneira mais clara.

### 6.2.3.2 O manejo eidético e topológico do texto

Na análise da capa d'O Globo, vimos que o agenciamento das formas num dado texto exerce inevitavelmente uma funcionalidade. Isso significa que a textualização das estruturas discursivas indica um direcionamento no modo como o sentido é construído. Se

estamos no universo de publicações da imprensa que se diz ou se pretende séria, esse direcionamento tende a guardar regularidades entre os textos, como vimos. Isso porque tais regularidades recaem sobre um modo de enunciar que — mais do que diferenças — busca similaridades também. E, de fato, pelo menos no âmbito das três capas em análise, tanto o arranjo das formas quanto a disposição topológica dos elementos são as dimensões que mais guardam semelhanças entre si<sup>59</sup>.

Há algumas explicações prováveis para este fato. Primeiro, o projeto gráfico nesses jornais parece seguir uma padronização e — por simular um padrão — pouco varia, ou varia apenas quando conveniente. Segundo, a semelhança diagramática, nesse caso, indica a tentativa de fixar um modo de dizer. Terceiro, cada um desses procedimentos aponta para efeitos comuns no apanhado geral dos textos: do efeito de sobriedade ou justa-medida até um simulacro de percurso de leitura que rechaça quebra de expectativas justamente porque se pretende claro e direto.

Na capa da Folha, por exemplo, os blocos de informação seguem divididos em pelo menos seis colunas, prevalecendo mais uma vez arranjos quadrangulares ou retangulares e linhas retas na horizontal. Logo, associadas ao fundo branco e ao manejo dosado das cores, as formas predominantemente retilíneas consolidam um modo de presença firmado no ser de um enunciador sério, regrado, comedido e responsável com a informação.

Figura 21: manejo das formas no projeto gráfico da Folha.



Fonte: os autores.

<sup>59</sup> Por essa razão, optamos pela análise em conjunto dos dois tópicos (sobre o componente eidético e sobre o componente topológico) na capa da Folha, visto que as regularidades com a capa d'O Globo em alguns pontos chegam a ser repetitivas, dadas as semelhanças na maneira como são arquitetadas graficamente.

Segundo vimos, essa estrutura tende a deixar a leitura visual do texto bem mais definida, seja com o encadeamento dos elementos visuais, seja com os blocos de caracteres sempre serifados, facilitando a interligação de cada elemento verbal. Isso porque grande parte dos enunciados verbais nesta capa são manifestados em fontes tipográficas com serifas, ao contrário do que ocorre n’O Globo. Essas fontes exploram pequenos traços que alongam as extremidades dos caracteres, criando um efeito de prolongamento e liga entre os blocos verbais. É o que vemos acontecer também na capa do Estadão.

Figura 22: exemplos de enunciados verbais com fontes serifadas - Folha.



Fonte: os autores.

Constrói-se, desta maneira, um texto mais fluido, onde os blocos são tomados por unidade, numa grande rede articulada — o que facilita e orienta o percurso visual de leitura tanto de cima para baixo quanto da esquerda para a direita ou das margens para o centro.

Trata-se de um padrão de arranjo espacial que se repete em toda a capa. Começa na manchete, onde prevalece o enfoque econômico, desce para os gráficos, da direita para a esquerda. Em seguida, o olho do texto se direciona para a segunda notícia em destaque<sup>60</sup> — uma espécie de desdobramento da manchete, mas dessa vez com foco na política — e, depois, focaliza-se a foto no centro. Como a fotografia é o maior elemento desta região e tem alto apelo visual, tudo a sua volta inclina-se para ela. Dela, também se parte para a extremidade inferior da capa. Vejamos:

<sup>60</sup> “Temer nega apoio à Dilma na CPMF”

Figura 23: percurso de leitura na capa da Folha.



Fonte: os autores.

Tal percurso é fortalecido pelo arranjo topológico dos blocos. Como eles estão intercalados, a leitura de alguns pressupõe a leitura prévia de outros. Nesse sentido, a leitura do primeiro gráfico na vertical, por exemplo, tem como ponto de chegada o segundo — localizado na extremidade direita da capa. Mas a figura 23 nos mostra que a passagem de um ao outro sugere, igualmente, a leitura dos quatro blocos de caracteres entre ambos.

Na mesma direção, o gráfico maior só se constrói como uma linha cronológica porque cada bloco de cor que o constitui é disposto lado a lado. Na medida em que as cores apontam para a dualidade instabilidade vs. estabilidade, a disposição espacial, portanto, nos mostra como ocorre — de Collor à Dilma — a transformação da instabilidade, para a estabilidade e, depois, para a instabilidade novamente. Isso porque a organização cromática deste gráfico vai do vermelho, transita pelo azul e desemboca no vermelho mais uma vez.

Essa transição tem uma implicação importante na análise, porque nos ajuda a entender como o discurso sugere uma mudança de ponto de vista, saindo da crise numa perspectiva econômica e alçando-a a uma dimensão política. Assim, a orientação do percurso de leitura nos permite ir além do simples arranjo topológico dos elementos gráficos. Na verdade, essa organização espacial do texto indica também em que medida a leitura dos efeitos de sentido pode/deve ser feita, confirmando o que Torres (2016, p. 96) propunha ao defender que a ordenação topológica de figuras no plano da expressão — obviamente não aleatória — consiste num modo de organizar os próprios conteúdos selecionados pelo enunciador para persuadir o enunciatário.

Assim, ao concatenar figuras e temas aos recursos expressivos, o percurso sugerido pela Folha valoriza as configurações temáticas em perspectiva. Então, os temas da Economia e da Política se sobressaem, porque até a composição plástica da capa os privilegia. São eles que ocupam a região da capa com maior destaque visual e, do mesmo modo, são eles que ocupam os principais recursos expressivos em perspectiva, em termos de cores, tamanho e arranjo espacial.

Igualmente, a isotopia da crise se fortalece e se ramifica com os desdobramentos apresentados após a manchete, acompanhando o percurso visual que sai dos gráficos — já com o tema da Política ganhando relevância no discurso — em direção à foto no centro, onde esse tema se consolida efetivamente.

Como as demais configurações temáticas se dão em função das duas principais (Política e Economia), o arranjo gráfico agencia o percurso visual de modo que elas estejam sempre em função das primeiras. Por isso, os blocos de caracteres às margens da foto — com subtemas e figuras ligadas ao tema da Política — apontam para ela, enquanto o anúncio, no rodapé da capa, aponta para o tema da Economia, propondo o caminho inverso do próprio percurso — na medida em que se chega ao final do texto indicando o mesmo tema do começo.

Deste modo, ao tornar o percurso visualmente orientado, o olho do texto tenta guiar o entendimento que se faz dele, estabelecendo hierarquias na forma como se acessa temas e figuras e, por consequência, como se apreende os conteúdos manifestados e sincretizados nas camadas expressivas.

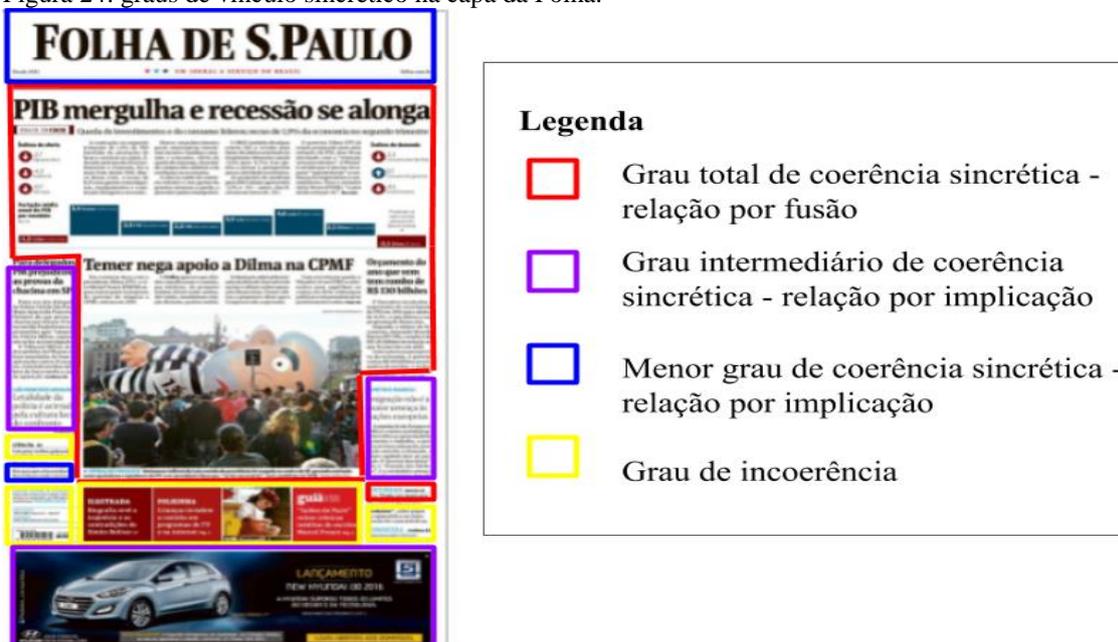
### **6.2.3.3 Sobre o percurso visual: grau de sincretismo e ritmo de leitura**

Nesta perspectiva, a ideia do percurso — que é visual, mas está diretamente ligado aos encadeamentos temático-figurativos — também nos autoriza a pensar o texto sob o prisma do grau de vínculo sincrético entre os elementos plásticos. E mais: em que medida tal vínculo pode ser considerado, tendo em vista a relação que se estabelece entre as camadas expressivas e as estruturas discursivas.

Assim como vimos em O Globo, as regiões da capa que tendem a ter maior grau de vínculo sincrético entre os recursos gráficos (caracteres, cores, formas e disposição espacial) são justamente as zonas onde os temas em perspectiva se sobressaem. Logo, o centro orbital inclina-se para o grau máximo de coerência sincrética, enquanto as zonas mais

periféricas — onde prevalecem os subtemas — variam de um grau de coerência intermediário, aderência, até um grau de incoerência.

Figura 24: graus de vínculo sincrético na capa da Folha.



Fonte: os autores

Em grande medida, é essa dinâmica que nos possibilita compreender como os subtemas da periferia implicam em maior ou menor grau os temas em destaque, porque o vínculo sincrético dos elementos gráficos nessas capas indica também o grau de relacionamento das estruturas discursivas textualizadas. Então, se no centro orbital predomina a coerência máxima — simulando uma fusão entre temas e entre camadas expressivas — nas periferias, esse vínculo se dissipa gradativamente e tanto os encadeamentos temáticos quanto a plasticidade que os manifesta só podem ser tomados como conjuntos por processos de implicação.

É o que vemos acontecer na região centro-inferior, onde os blocos de caracteres com os subtemas Segurança pública e Internacional convergem para os temas da Política ou da Economia, assim como orbitam plasticamente a foto em destaque. Até que se chega em um ponto (as extremidades) onde o grau de sincretismo gráfico pende para a incoerência, na medida em que há o enfraquecimento do vínculo relacional com o restante do texto.

Os blocos em vermelho acima do anúncio, por exemplo, não podem ser comparados diretamente com os blocos em vermelho dos gráficos, porque ambos estão em função de efeitos e configurações temáticas diferentes. Não há uma relação direta entre eles e mesmo a implicação que o texto agencia se torna cada vez menos forte com o direcionamento do percurso visual para as extremidades do texto, coincidindo com a mobilização de redes

figurativas cujos subtemas (ex.: Entretenimento) não mantêm aparentemente nenhuma relação com os temas principais.

O interessante é que a variação no grau dessas relações reflete também no ritmo do percurso de leitura. Como no centro orbital, o vínculo é de quase total coerência temática e plástica, a tendência é o ritmo se mostrar mais acelerado. Por isso, passa-se do tema da economia para o da política sem grandes percalços. Na verdade, em boa parte do texto, ambos podem ser tomados como um só, porque neles a isotopia da crise recai com mais força. Além disso, o percurso visual que os guia no texto é mais claro nesta área, na medida em que não há o embate direto entre os elementos gráficos por espaço ou atenção, como vemos na região centro-inferior com a foto destaque.

Entretanto, nas periferias, a tendência é sempre a desaceleração desse ritmo, porque a profusão de outros temas e o enfraquecimento da coerência sincrética nos elementos plásticos tornam a leitura menos fluida. E a simples implicação não consegue dar conta de fazer os links necessários para o percurso seguir direto e objetivo como no centro orbital.

De todo modo, o mais importante é perceber que — por trás desse percurso — tanto o processo de aceleração/desaceleração da leitura quanto a sincretização na verbovisualidade do texto, atendem os interesses de uma instância enunciativa que maneja (pretende manejar) o entendimento da capa em direções específicas.

De alguma maneira, isso nos traz novamente para o âmbito da relação entre um destinador-manipulador e um destinatário-manipulado, porque joga luz sobre as possibilidades de um fazer persuasivo — por um lado — e sobre as nuances de um fazer interpretativo — por outro. Assim, recaímos, no campo das estratégias que regem as relações enunciador-enunciatário.

#### **6.2.4 Estratégias enunciativas e modos de interação enunciador-enunciatário**

Pressupor a existência de um percurso que guia a leitura e o entendimento do texto — pelo menos de maneira sugerida — é, no mínimo, admitir a construção de um discurso orientado. No caso da capa da Folha, essa orientação nos parece estar a serviço de movimentos enunciativos que instauram estrategicamente nos enunciados matizes políticos bem mais nítidos do que aqueles vistos na primeira análise.

Se na capa d'O Globo havia uma tentativa de apagar posicionamentos que, em alguma medida, denunciassessem o enunciador politicamente, aqui o cenário é outro. Joga-se menos com os implícitos e, portanto, forja-se um simulacro de diálogo com o enunciatário

cujo valor é a própria franqueza do dito. Então, a este enunciador não interessa meios-tons no modo de abordar a crise. Por isso, não direcioná-la explicitamente apenas para o tema da economia. Se a crise é generalizada, é preciso tratá-la como tal, atingindo todos os âmbitos, incluindo a política e o cotidiano das pessoas.

Temos, desta forma, aquele que talvez seja o primeiro grande efeito breante neste texto, porque redirecionar a crise brasileira de uma perspectiva econômica para uma generalização é conferir-lhe ares de onipresença, aproximando-a do plano do enunciatário em todas as esferas. Neste ponto, a pergunta que fica é quem é este enunciatário. E a resposta nos é dada já na extremidade superior da capa, abaixo do enunciado FOLHA DE S. PAULO, com o slogan “Um jornal a serviço do Brasil”. Assim, no início do texto, nomeia-se tanto o enunciador quanto indica-se a quem ele se dirige.

Do mesmo modo como em O Globo, o enunciatário da Folha é, portanto, o Brasil. Embora o nome do diretor de redação<sup>61</sup> seja apontado abaixo do slogan, destaca-se um enunciador que busca falar pelo país, e não por pessoas ou grupos específicos — o que nos leva há, pelo menos, duas implicações importantes. Uma delas é que o discurso é manipulado, de fato, para incidir sobre o fazer interpretativo de um sujeito coletivo, tematizado na vontade nacional de superar a instabilidade. A outra é que, sendo assim, tanto o slogan do jornal quanto a indicação do tempo de sua existência (“Desde 1921”, antes do slogan), arquitetam um argumento de autoridade capaz de firmar sua condição como um sujeito hábil não só para descrever os principais fatos de interesse público, mas também para prescrever o que é melhor para os brasileiros. Aí, reside a natureza do serviço prestado.

Obviamente que isso se constrói como um simulacro, mas partir daí nos ajuda a compreender em que terreno o jornal se posiciona diante da pauta da crise. Nesse sentido, a manchete é mais uma vez um divisor de águas, porque coloca a noção de crise numa perspectiva dinâmica. Logo, a escolha do léxico revela o cuidado do enunciador em agenciar verbos cuja carga semântica valoriza a crise como um movimento negativo, que atua sempre no sentido de recuar, cair, tombar, mergulhar etc. ou seja, apontando para baixo, em contraposição a uma ideia de progresso/crescimento. Só assim, a recessão — que no primeiro momento é o que caracteriza essa ideia de crise — se consolida.

Nesta mesma direção, a construção visual do texto sincretiza e impõe formas e cores com orientações opostas, onde o que é da ordem da crise se inscreve sobretudo numa inclinação negativa. É assim com as setas nos gráficos verticais, é assim na disposição do

---

<sup>61</sup> “Otávio Frias Filho”.

gráfico na horizontal, é assim na foto em destaque. De alguma maneira, já discutimos essas questões antes. O fato novo — e que merece atenção — é como o gerenciamento da verbovisualidade nesta capa nos leva para um cenário onde a crise deixa de ser só recessão e passa a ser instabilidade.

Então, o princípio da instabilidade (e da própria crise) é ser mais que recessão, na medida em que ela não é apenas econômica. E isso fica nítido quando se sincretiza figuras verbais com figuras visuais. O gráfico maior, nesses termos, para além de atribuir cor à crise, atribui também nome — e, portanto, uma face humana. De uma ponta à outra, por exemplo, as figuras Collor e Dilma são as únicas grafadas no vermelho que caracteriza a instabilidade, revelando os movimentos de um enunciador que justapõe cor e nome para criar uma forma única, de modo que tais figuras não sejam tomadas como mero reflexo da crise, mas como a própria crise personificada. Há, neste processo, a tentativa nem tanto de compará-las, mas principalmente de aproximá-las no que ambas representariam de mais danoso ao Brasil.

Sendo assim — conforme indica a linha cronológica do gráfico — Dilma, em 2015, é aquilo que Collor foi de 1990 a 1992. Embora situados em polos distintos da história, uma e outro convergem para o mesmo traço em comum: o caos. E, indo além, é possível relacioná-los — de igual modo — na resolução desse caos. Isso quer dizer que a analogia promovida sutilmente pelo jornal cria um paralelismo entre o lá e o aqui, o então e o agora, de maneira que a aproximação comparativa dos momentos históricos poderia sugerir a prescrição do mesmo remédio constitucional contra a crise. Assim, se a situação no governo Collor constituiu razão para o processo de impedimento do presidente, então a situação no governo Dilma-2 seguiria os mesmos passos.

Constrói-se, desta forma, uma base argumentativa verbovisual de caráter implicativo, por meio da qual o jornal se posiciona favoravelmente à possibilidade de troca no comando do país. Com isso, forja-se um antagonismo de espectros políticos entre elementos que implicam relação com a figura Dilma e elementos que se opõem a ela, onde o vínculo passa a ser disforizado e qualquer traço de oposição tomado numa perspectiva eufórica.

Isso explica o fato de figuras como PT, Governo, Executivo e Lula tenderem ao teor negativo, enquanto Aécio Neves, PSDB e Lideranças políticas e empresariais apontam para algo se não de natureza positiva, pelo menos de caráter não-negativo. O mesmo acontece com figuras que, embora vinculadas à Dilma, mantêm uma relação de oposição a ela, como vemos na notícia central “Temer nega apoio a Dilma na CPMF”.

O interessante, nesse caso, é que, ao construir o discurso nessa direção, o jornal marca seu próprio lugar no embate. Se Dilma e tudo a sua volta dão forma à crise, cujo

fundamento é ser disfórica, não lhe resta alternativa a não ser assumir traços de oposição. Faz-se emergir, à vista disso, um enunciador engajado em termos sociopolíticos e que vai além, porque busca também engajamento. Por essa razão, o esforço em mobilizar passionalmente o enunciatário a partir de um discurso alarmante e com teor dramático, como vemos no trecho a seguir, localizado em um bloco de caracteres abaixo da manchete:

O governo Dilma (PT) já estava preparado para uma redução do PIB, mas ficou **alarmado** com a “**retração sem precedentes**”. O planalto avalia que precisa recuperar “**urgentemente**” a confiança de empresários e consumidores. Para o senador Aécio Neves (PSDB), “**o pior ainda está por vir**”. (Folha de S. Paulo - edição 29/08/2015. Grifo nosso)

Para além do fato de percebermos como se distribui o jogo de vozes — onde à figura Dilma não é dado o direito de fala — o trecho supracitado e o próprio editorial do Jornal<sup>62</sup> — ao se referir à retração do PIB como “cada vez mais grave” — constituem exemplos de um processo que culmina na hiperbolização crise. Dizer que ela não tem precedentes é admitir que sua gravidade é única e crescente, na medida em que é passível de piora. Isso gera um efeito progressivo para a instabilidade, elevando o problema à fronteira do inadmissível. E, por ser inadmissível, direciona o discurso a um universo axiológico que transita entre a indignação, a insatisfação e a necessidade de reparação.

Assim, é possível entendermos de que forma a mobilização passional neste discurso atua como recurso persuasivo, porque coloca o enunciatário em movimento não só no sentido de um fazer sentir-se indignado ou insatisfeito com a falta que a crise lhe impõe, mas também — e sobretudo — no sentido de convocá-lo a reparar tal falta.

Nesse ponto, incide com mais nitidez as nuances ideológicas de um enunciador que toma partido sem comprometer o seu modo de dizer pretensamente objetivo. Isso porque se o governo (figurativizado em Dilma e todas as demais figuras vinculadas a ela) é o operador da crise e, portanto, promotor da falta, fica subentendido que o primeiro estágio para superação do estado de instabilidade é a própria superação de quem a agencia. Ou seja, do governo.

Assim, a troca de governo sugerida representaria uma possibilidade de reparação da crise e das disjunções que ela acarreta. Por isso, o enunciatário é instado a assumir o papel que lhe cabe no embate político como sujeito da estabilidade (Logo, antissujeito da crise). Aliás, como vimos, sujeito do fazer estabilidade, uma vez que só ele poderia reverter a crise. A questão, contudo, é que, se partimos do princípio de que o conflito é inerente à lógica da

---

<sup>62</sup> Há um indicativo do editorial no último bloco de caracteres na extremidade inferior do lado direito da capa.

ação — tal qual defende Fontanille (2012, p. 198) — esse fazer pressuporia o confronto. E é exatamente o que a legenda<sup>63</sup> e a foto em destaque insinuam.

Figura 25: movimentos breantes na foto destaque – Folha.



Fonte: Folha de S. Paulo - edição 29/08/2015.

Do ponto de vista enunciativo, a foto no centro do texto promove uma debragem capaz de aproximar os planos do enunciado e do enunciatário. Construída a partir de uma gradação de planos — onde o primeiro recorre à figura dos manifestantes; o segundo ao boneco do ex-presidente Lula vestido de presidiário e o terceiro à cidade (país) — a fotografia tematiza o confronto político, segundo vimos. Nesse processo, o enquadramento manipula as bordas com cortes que projetam figuras incompletas, criando um efeito de sangramento que permite aos elementos serem resgatados inclusive fora das dimensões da própria foto. É quando o movimento breante se efetiva, ao transpor o tema do confronto para o plano do eu-aqui- agora do leitor.

Desta forma, o campo de presença do enunciatário é tomado pela manifestação figurativizada na foto, o que — de algum modo — gera um efeito de empatia, tornando o leitor-enunciatário mais um entre os manifestantes que marcham em direção à figura do ex-presidente tombado, reflexo de um governo que precisa igualmente cair para a superação da crise.

Vemos, então, em que medida a capa da Folha dialoga com a capa d'O Globo. De maneira mais ou menos explícita, temos enunciadores manejando modos de enunciar diferentes, com perspectivas próprias, mas que — ao fim e ao cabo — partilham valores

<sup>63</sup> "OPERAÇÃO PIXULECO: um boneco inflável de Lula vestido de presidiário foi rasgado no centro de SP, gerando confusão entre apoiadores e opositores do PT; o ex-presidente disse que, "se for necessário", será candidato em 2018".

muito próximos e atuam no sentido de compartilhar o universo axiológico do qual partem com o enunciatário. Afinal de contas, o discurso só se efetiva no consenso entre essas instâncias.

Só o acordo entre elas é que pode firmar o que chamamos aqui de discurso da crise. Isso porque, tanto de um lado como de outro, é preciso minimamente reconhecer a existência da crise, é preciso compreendê-la desde um ponto de vista disfórico, é preciso identificar o(s) agente(s) que a fazem funcionar como uma realidade inegável e, sobretudo, é preciso repará-la. A reparação, deste modo, depende da adesão na confiança entre uma instância enunciativa e outra (enunciador-enunciatário), sem a qual nem mesmo a noção de crise poderia se estabelecer. Assim, em termos persuasivos, cada estratégia mobilizada na arquitetura do discurso se dá em função dessa base em comum. Sem esse consenso não há diálogo possível.

## 6.3 ESTADO DE S. PAULO

### 6.3.1 O discurso da crise (política)

Se se toma como ponto de referência as duas capas anteriores, vemos praticamente as mesmas configurações temáticas em andamento nesses jornais. Figuras relacionadas aos temas da Economia e da Política se sobressaem no apanhado geral, enquanto subtemas as tangenciam num processo de implicação que varia seja com o nível de coerência temática, seja com o grau de sincretismo dos elementos plásticos em relação.

Isso se explica em boa parte porque Folha, O Globo e Estadão se enquadram num mesmo universo de publicações jornalísticas. E, como tal, refletem linhas editoriais com muitos pontos em comum, tanto nos temas abordados quanto no próprio modo de construção gráfica que dá forma as suas capas. Então, mais uma vez, a análise só pode se pautar pelas sutilezas que delimitam o lugar enunciativo de onde o discurso de cada jornal se posiciona.

Assim, embora os temas da Economia e da Política predominem nos três periódicos, o tratamento dado a eles é claramente distinto nas três capas. Enquanto n'O Globo a Economia parece prevalecer sobre a Política e na Folha vemos o nítido esforço em trazer este segundo tema para o plano principal das discussões, no Estadão há um evidente direcionamento a favor da Política, de maneira que esta é a única capa onde se observa inclusive o predomínio quantitativo das figuras relacionadas a este tema. O quadro 12 nos mostra isso:

Quadro 12: quadro geral dos encadeamentos temático-figurativos na capa do Estadão.

Temas	Figuras - economia	Figuras - política	Figuras - Outros
1. Economia 2. Política 3. Outros	1. PIB; 2. Recessão; 3. Queda; 4. Mercado; 5. Desastre; 6. Economia; 7. Ajuste fiscal; 8. Alta dos juros; 9. Reajuste de preços; 10. Setor de construção; 11. Crise global; 12. Analistas;	1. Temer; 2. Plano de Dilma; 3. Procurador geral da República; 4. Rodrigo Janot; 5. Crise política; 6. Articulador político; 7. Vice-presidente; 8. Congresso; 9. Senado; 10. PT; 11. PMDB; 12. Planalto;	<b>Internacional</b> 1. Tráfico de Imigrantes; 2. Ondas migratórias; 3. Terras disponíveis; 4. Países de origem.  <b>Cultura</b> 1. Vida no Gulag; 2. Varlam

	13. Cálculos; 14. Redução do PIB; 15. Estagflação; 16. Atividade econômica; 17. Inflação; 18. Gráfico; 19. CPMF; 20. Empresários; 21. Arrecadação; 22. Alíquota; 23. Dívida Pública; 24. Superávit; 25. Imposto; 26. Rombo; 27. Emprego; 28. Economia brasileira; 29. Tempestade à moda da casa; 30. Desastre fiscal; 31. Contas do setor público. 32. Anúncio publicitário.	13. Interlocutores de Dilma 14. Boneco de Lula; 15. Manifestantes contra e pró-governo; 16. Foto em destaque; 17. Oposição; 18. União; 19. Estados; 20. Municípios; 21. Paulo Skaf; 22. Manobra; 23. Ex-ministro Delfim Netto; 24. Governo Dilma; 25. Dirceu; 26. PF; 27. Anastasia; 28. Inquérito; 29. STF; 30. Quebra de sigilo; 31. Corrupção; 32. Prefeitura; 33. Operação urbana; 34. ONU; 35. Brasileiro pilantra; 36. Brasileiro com problemas com contador e polícia.	Chamálov 3. Cinema; 4. Ingrid Bergman; 5. Nuno Ramos; 6. Estação Pinacoteca.  <b>Variados</b>  1. Tempo em SP. 2. Del Nero; 3. Esporte; 4. Tecnologia; 5. Design; 6. Lançamento; 7. New Hyundai.
<b>Isotopia</b>	Crise/instabilidade: política e econômica		Pluralidade de assuntos

Fonte: os autores.

Soma-se a este fato um arranjo gráfico que dispõe os blocos de informação com figuras relacionadas à Política ocupando espaços que antes eram destinados exclusivamente à pauta econômica. Conforme veremos adiante, a região superior — antes destinada apenas à manchete que noticia a queda do PIB — agora disputa atenção com unidades noticiosas de teor eminentemente político, caso do bloco de caracteres “Temer nega apoio a plano de Dilma

de recriar a CPMF”, disposto do lado direito da manchete, em detrimento do gráfico com dados econômicos que ocupa espaço muito menor do que nas capas d’O Globo e da Folha.

Nesta mesma direção, se considerarmos o modo como os subtemas nesta capa se entrelaçam às configurações temáticas em perspectiva, vemos que o tema da Política congrega também mais redes figurativas e isotópicas do que o tema da Economia, uma vez que atrai para si boa parte das figuras alocadas no subtema Internacional. Isso porque a subisotopia da imigração, que rege o subtema Internacional, tem carga semântica vinculada diretamente ao tema da Política. O mesmo acontece no caso da subisotopia do conflito<sup>64</sup> e da figura “quebra de sigilo” que — embora seja apresentada junto ao subtema Esporte<sup>65</sup> — aponta para o subtema da corrupção, submetido à configuração temática da Política.

Isso nos leva a constatar um processo de hierarquização entre essas estruturas discursivas, visto que cada configuração temática em destaque só se constitui como tal porque é capaz de incorporar outros encadeamentos temático-figurativos ao longo do texto, para além daqueles que os tangenciam. É o que nos permite entender o modo como o tema da Política se sobressai nesta capa e mesmo como o próprio discurso é arquitetado hierarquicamente. Por essa razão, podemos falar de um centro orbital, onde tanto os recursos plásticos quanto os principais temas são alocados, e de uma periferia, congregando temas mais frios e menos relevantes se comparados aos dois em perspectiva.

O centro orbital continua ocupando as regiões central e superior do texto. Pelo que vimos, esta parece uma das principais regularidades no projeto gráfico desses jornais. E não é de se estranhar, visto que estamos falando das regiões da capa com as principais pautas do dia. De certa forma, toda a atenção do texto é direcionada para o espaço onde fica a manchete e para a foto em destaque. Delas é que se parte para as periferias, numa gradação mais ou menos clara que empurra os temas secundários para as regiões de menor relevância gráfica, onde as pautas mais frias da edição são apresentadas. Assim, o gerenciamento plástico é um indicativo de quais conteúdos se busca privilegiar ou não no apanhado da capa. Observemos o seguinte esboço:

---

<sup>64</sup> Segundo indica o enunciado “Boneco de Lula causa briga”, do lado da foto em destaque.

<sup>65</sup> Assim como vimos na Folha, o Estadão direciona as temáticas em editorias (Economia, Política, Internacional, Esporte...) especificadas ao final de cada bloco de caracteres.

Figura 26: centro orbital vs. periferias na capa do Estadão.



Fonte: os autores.

Nesses termos, o centro orbital nesta capa parece pender inevitavelmente para o tema da política, com a economia correndo num segundo plano. E há uma pressuposição importante nisso, porque ao perspectivar o tema da Política e não só o da Economia já num primeiro plano do texto — tal qual o fazem O Globo e Folha — o Estadão define essa configuração temática como alicerce do discurso da crise.

Então, se nos dois primeiros jornais a crise é primeiro retratada sob o ponto de vista econômico ou mais econômico, aqui ela é — antes de tudo — de ordem institucional. Não se nega a existência da recessão econômica. Na verdade, a única figura que perpassa as manchetes nos três jornais é justamente a “recessão”, canalizada para o tema da Economia. O que se vê nesta capa, todavia, é um processo sutil de deslocamento de eixos, onde este tema se submete prioritariamente à questão política.

Conforme vimos, de alguma maneira, a capa da Folha já havia ensaiado algo nesta direção, sem necessariamente inverter os polos temático-figurativos predominantes, porque partia de uma lógica em que ambos (Política e Economia) se complementavam muito mais do que se sobrepunham. Se n’O Globo a crise era mais econômica e na Folha aparentemente ela é tomada numa visada político-econômica, aqui a crise assume ares mais políticos. O grande exemplo disso está no modo como cada jornal maneja os gráficos abaixo da manchete, na medida em que percebemos o que esse arranjo plástico nos diz a partir do entrelaçamento desses temas e do modo como se perspectiva um ou outro nas capas.

Isso nos permite dizer que — enquanto n’O Globo o gráfico figurativizava a evolução do PIB num ângulo sobretudo econômico e na Folha havia uma tendência em figurativizar essa evolução associando-a a elementos políticos — na capa do Estadão, o gráfico praticamente perde sua razão de ser como figura pertinente na globalidade do texto<sup>66</sup>. Primeiro porque o espaço que ocupa é radicalmente reduzido, indicando pouca disposição em torná-lo um elemento relevante no percurso visual e no gerenciamento da atenção nesta capa. E, segundo, porque sua orientação é puramente de ordem econômica, perdendo espaço para o bloco de caracteres que emerge no seu lado direito e para a foto abaixo — ambos de cunho político.

Desta forma, para o Estado de S. Paulo, a recessão figurativiza a crise na economia — de fato — mas ela é parte de um processo de instabilidade maior, porque tem fundo político. Aqui, a crise é econômica porque também é política, e não o contrário. Isso fica patente nos primeiros blocos de caracteres logo abaixo da manchete, conforme vemos a seguir:

**A economia** deu mais um passo para **a maior recessão em 25 anos**. A **combinação de ajuste fiscal** - com corte de gastos, alta dos juros e reajuste de preços administrados -, **crise política e impacto da Operação Lava Jato** sobre o setor de construção já traça um cenário pior que o de 2009, auge da crise global [...] Para o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, **é a corrupção e não a Lava Jato que está prejudicando a economia.**" (O Estado de S. Paulo - edição 29/08/2015. Grifo nosso)

Este trecho nos mostra, portanto, de que forma a crise política é construída como causa para a recessão, e não como consequência. Isso sobretudo se olharmos para a maneira como as demais figuras se implicam para fortalecer essa posição. “Ajuste fiscal”, “corte de gastos”, “alta dos juros” e “reajuste de preços administrados”, embora estejam sob o crivo da pauta econômica, são medidas que orbitam o tema da Política. Por isso, podemos dizer que o discurso é sutilmente redirecionado para esta configuração temática. Sob esse ponto de vista, as figuras de natureza política têm papel muito mais ativo do que passivo na constituição da crise. Só assim conseguimos entender por qual motivo é a corrupção que prejudica a economia ou a crise política que impacta no setor da construção civil, como sugere o trecho acima.

O interessante é que esse novo ponto de vista sobre o qual o discurso se assenta acarreta igualmente uma reorientação no modo como ele é ordenado narrativamente, segundo nos mostra o tópico a seguir e como já esboçamos, de algum modo, na análise da Folha.

---

<sup>66</sup> Conferir figura do gráfico na página 12 deste trabalho, quando analisamos a composição plástica do texto.

### 6.3.2 A estrutura semionarrativa da crise na capa do Estadão

Como o tema da Política se destaca nesta capa até mais do que na capa da Folha e d'O Globo, é de se supor que narrativamente se obedeça uma lógica voltada mais uma vez para a transformação de estados conjuntos entre dois valores radicalmente antagônicos: Estabilidade vs. Instabilidade.

Com efeito, o discurso se alicerça sobre esta base, porque num cenário de instabilidade, a estabilidade é o valor almejado. Então, compreender como esta narrativa se estrutura pressupõe entender a dinâmica da transformação de um ponto ao outro. Foi o que vimos nas análises anteriores e que, em boa parte, vale para esta também.

Nos três casos, o percurso em destaque é o percurso de um sujeito em busca da superação de um estado de falta que leva à instabilidade e que lhe é imposto. Isso figurativizado num país em crise, tentando encontrar meios que o ajudem a sair dessa situação, especialmente quando as perspectivas não são de melhora.

Tangenciando este percurso, percebe-se sempre pelo menos dois percursos paralelos em concomitância. De um lado, o antissujeito da estabilidade e sujeito da crise, subsumidos nos três jornais na figura do governo Dilma e tudo que se liga a ele. E, de outro, o percurso do sujeito da estabilidade, antissujeito da crise. N'O Globo, esse sujeito era figurativizado no empresariado, enquanto na Folha havia uma tendência em transferir o papel que ele desempenha na superação da crise para a população brasileira. Mas, no Estadão, a figura que assume o papel do antissujeito da crise não nos parece muito clara, pelo menos não orientada a uma figura específica.

Na verdade, o que se nota é uma pulverização do antissujeito da crise em uma série de figuras que, em conjunto, representam oposição ao sujeito promotor dela, englobando tanto o setor empresarial — sugerido em O Globo — quanto parcelas da população, como defende a Folha. Isso nos leva ao seguinte quadro:

Quadro 13: sujeito e antissujeito da crise na capa do Estadão.

<b>Figuras - sujeito da crise</b>	<b>Figuras - anti-sujeito da crise</b>
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Presidente Dilma Rousseff;</li> <li>2. Governo;</li> <li>3. Planalto;</li> <li>4. Interlocutores do governo;</li> <li>5. Lula;</li> <li>6. PT;</li> <li>7. Manifestantes pró-governo;</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Temer (ou vice-presidente);</li> <li>2. Procurador geral da República;</li> <li>3. Rodrigo Janot;</li> <li>4. Oposição;</li> <li>5. Lava Jato;</li> <li>6. Paulo Skaf;</li> <li>7. Empresários;</li> </ol>

...	8. Delfim Netto; 9. STF; 10. Guarda civil (na foto em destaque) 11. Manifestantes contra (governo) ...
-----	--

Fonte: os autores.

Mais à frente veremos como este quadro pode ser um indicativo importante no desvelamento ideológico do enunciador nesta capa, na medida em que se traz para a esfera da oposição — e, portanto, do antissujeito da crise/sujeito da estabilidade — figuras vinculadas ao próprio governo, como a do vice-presidente Michel Temer<sup>67</sup>. De todo modo, é possível tirar algumas conclusões preliminares.

A primeira delas é que essa dualidade, para além de estabelecer lados distintos, fixa uma dimensão axiológica, porque valora positivamente tudo que é tido como oposição a quem promove a crise e, dela, a instabilidade. Isto posto, a segunda conclusão é que não é preciso estar fora do governo para ser avaliado de modo positivo. Basta ser oposição a ele. Assim, aquilo que vai na contramão do sujeito da crise traz um traço do sujeito da estabilidade. Por isso, o vice-presidente aparece na lista do lado oposto ao da presidente, este valorado negativamente.

Além disso, percebemos um claro direcionamento das figuras que manifestam o antissujeito da crise/sujeito da estabilidade para o tema da política. Em termos quantitativos, elas predominam nesta direção. E faz sentido, porque se se admite que a causa da crise está nesta configuração temática, é de se supor que sua resolução também estará. Então, a estabilidade só pode ser alcançada por vias políticas e por oposição ao governo, mesmo que a oposição venha de dentro dele.

Não obstante, há ainda a possibilidade de pensarmos em um terceiro ponto. Se estamos falando dos percursos de sujeitos rumo à estabilidade ou à instabilidade, por conseguinte é de se considerar uma sucessão gradativa entre um estado e outro. Já vimos isso na análise da Folha, na medida em que falar de crise é falar da passagem de uma conjunção com a estabilidade para uma disjunção com ela (ou conjunção com a instabilidade). Essa passagem não é direta, supõe estágios intermediários de um ponto a outro. E como a crise presume um estado anterior de estabilidade, é possível pensá-la como um complementar na gradação entre a não-estabilidade e a instabilidade propriamente dita.

<sup>67</sup> Exemplo no bloco de caracteres “Temer nega apoio a plano de Dilma de recriar CPMF”.

Por esse motivo, nesta capa, a crise política (que gera a econômica) figurativiza a falta — que já é a negação da estabilidade — num movimento que pende inexoravelmente para a instabilidade. Quais as implicações disso é o que buscamos esmiuçar adiante, tendo em vista o tratamento dado à capa não só no que diz respeito à escolha de temas e figuras, mas também de elementos topológicos, eidéticos e cromáticos, cujo gerenciamento intensifica mais ou menos o efeito de crise.

### **6.3.3 Arranjo plástico: formas, cores e organização espacial na capa do Estadão**

Antes de iniciar a análise plástica da capa vale uma ressalva: segundo informamos na Metodologia desta dissertação, estamos trabalhando com a versão digitalizada das capas, disponíveis nos acervos de cada jornal. No caso da capa do Estadão, a versão digital possui uma pequena diferença em relação à capa impressa. Trata-se da figura grande cobrindo parte do nome do jornal na extremidade superior. Entramos em contato com o jornal para solicitar a versão sem este detalhe, mas não obtivemos retorno até o momento de fecharmos este trabalho. Cremos ser apenas um erro na digitalização do arquivo original. De todo modo, não é algo que compromete a análise, mas fica aqui a devida explicação.

Além disso, algumas semelhanças no modo como os três jornais em questão são estruturados plasticamente nos autorizam a seguir em frente sem a necessidade de aprofundamentos redundantes, sob o risco de jogar esta mesma análise em um círculo de repetições prescindíveis.

Se se parte do princípio de que tais publicações constroem e reforçam para si a imagem-fim de uma imprensa séria, obviamente o manejo de cores neutras, como o branco e o preto, e de formas mais retilíneas, quadrangulares e retangulares, seguindo o padrão colunado, predominará na grande maioria dos casos, porque esses recursos expressivos tornam a leitura mais fluida e — ao mesmo tempo — criam um efeito de voz discursiva menos dada a exageros. Isso ocorre n'O Globo, na Folha e, no Estadão, não poderia ser diferente, pelo menos não nesse caso.

Figura 27: predomínio de estrutura retilínea e de cores neutras (branco e preto) na capa – Estadão.



Fonte: os autores

Também não vemos muitas distinções no modo como se ordenam os tamanhos dos elementos nessa capa. As maiores unidades continuam sendo a extremidade superior (nome do jornal), a manchete, a foto e o anúncio inferior. De maneira geral, estes são os pontos que ancoram topologicamente o gerenciamento da atenção nas capas e o próprio percurso visual de leitura. O olho do texto parte do cabeçalho, identificando o enunciador, desce para anúncios mais frios — que aqui vêm entre o cabeçalho e a manchete — até atingi-la. E na medida em que atinge a manchete, o percurso traz para o plano do enunciatário a pauta mais quente da edição com aquele que é também o maior bloco de caracteres do texto, grafado em negrito.

Deste modo, a organização topológica do texto simula, num primeiro momento, o contato com a crise até aí travestida de recessão. Seguindo o percurso de cima para baixo e da esquerda para a direita, chega-se ao gráfico e ao bloco de caracteres com subtítulo “Temer nega apoio a plano de Dilma de recriar a CPMF”. É quando a crise deixa de ser só econômica. Tanto neste caso quanto no caso do bloco “Delfim diz que manobra o fez desistir do governo Dilma”, vemos os maiores subtítulos da capa, exatamente onde predomina o tema da política e de onde o percurso parte para impor a carga figurativa da foto em destaque no centro. Desta região, é ela quem maneja todos os outros elementos ao seu redor, guiando o olhar para o campo inferior até chegar ao anúncio do carro, onde se vê novamente uma retomada do percurso em trajetória contrária.

Figura 28: percurso de leitura na capa do Estadão.



Fonte: os autores.

Em última análise, a ideia de um percurso que guia o olhar vai além do simples manejo da atenção no texto. Em verdade, a importância do percurso reside na sua capacidade de sugerir simulacros para a interpretação do leitor, uma vez que insinua caminhos no modo como se deve apreender o discurso da crise. Só assim é possível pensar como a textualização arranja algum semantismo nas camadas expressivas, porque põe em evidência uma sucessão de encadeamentos temático-figurativos principais coincidindo com recursos gráficos realçados em dados pontos e em outros não, o que potencializa a leitura dos efeitos de sentido nessas capas<sup>68</sup>.

Soma-se a isso o fato de que o percurso também indica o grau de sincretismo dos elementos verbovisuais no texto e como este grau de sincretismo aponta para a relação que se estabelece entre a plasticidade e as redes temático-figurativas em andamento na capa. No centro orbital, por exemplo, como os temas em destaque são mais interligados, o vínculo sincrético da verbovisualidade os acompanha, tendendo a um grau máximo de coerência que vai diminuindo justamente nas periferias, onde os temas principais também se dissipam ou se

<sup>68</sup> E potencializa porque impõe graus de hierarquia para o que deve ser lido e como deve ser lido. Por isso, trabalha-se com um centro orbital e com periferias. A leitura do centro orbital, como vimos, é sempre mais fluida, na medida em que vincula os principais temas e figuras com os principais recursos plásticos, por exemplo.

desdobram em prol de configurações temáticas secundárias<sup>69</sup>. Com isso, temos um esquema não muito diferente do que vimos nas demais capas:

Figura 29: grau de sincretismo plástico com base na relação com os temas principais – capa Estadão.



Fonte: os autores.

Pelo que foi exposto até aqui, realmente as semelhanças com as duas capas anteriores se sobressaem na maioria dos pontos, salvo em alguns detalhes. Graficamente, a capa do Estadão é construída de modo semelhante à da Folha. A única que desconstrói esse modelo mais rígido da diagramação é a capa d'O Globo, embora ainda assim carregue traços que se aplicam às outras duas. E, segundo Discini (2003, p. 48), há um dispositivo persuasivo importante nessas regularidades, porque a recorrência num modo de dizer não implica só um modo de ser no mundo, conforme já mencionamos, mas também um modo recorrente de crer e de fazer-crer.

Por isso, o Estadão segue um *modus operandi* que gerencia esta capa com base em formas e organização espacial não muito diferentes da regra vista em outras publicações da imprensa séria. Isso porque essa padronização obedece a um fazer persuasivo que incide sobre

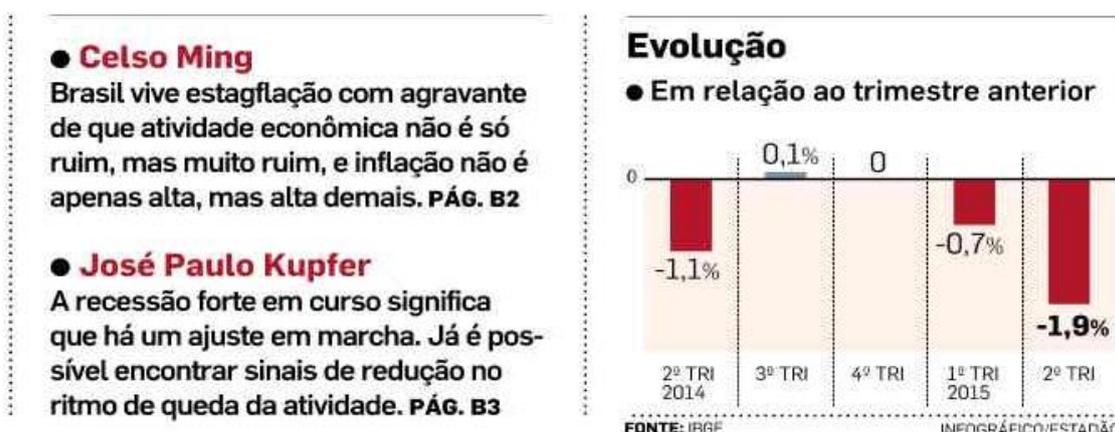
<sup>69</sup> De acordo com o que foi exposto nas análises anteriores, e que servem em grande medida para esta, também podemos depreender disso como o ritmo de leitura é administrado no texto, porque a textualização da capa vincula o ritmo (mais ou menos acelerado, mais ou menos intenso) tanto à força dos eixos temático-figurativos em destaque quanto ao grau de sincretismo dos elementos expressivos. No centro orbital, a tendência é um ritmo mais acelerado, marcado por pautas mais quentes, enquanto, nas periferias, há um processo gradual de desaceleração, seja pela incorporação de novos temas seja pela redução da intensidade dos elementos gráficos.

o conteúdo e sobre a própria forma como o jornal se constrói enquanto sujeito do fazer informativo.

Assim, no geral, o que há de diferente mesmo aqui é a administração cromática mais comedida do vermelho e do azul — que são as cores predominantes, além do branco e do preto. Se comparada às duas capas anteriores, se explora muito pouco essas cores. O vermelho continua aparecendo no gráfico, em alguns blocos de caracteres e em retas usadas para delimitar os espaços no texto.

Então, essa cor é articulada novamente ao efeito de crise. Mas é possível pensar este processo em pelo menos duas perspectivas. A primeira é sob o ponto de vista da recessão na economia. É o que vemos no gráfico e nos enunciados “Celso Ming” e “José Paulo Kupfer”, que antecedem informações de cunho econômico. Vejamos:

Figura 30: manejo da cor vermelha canalizada para a recessão econômica – Estadão.



Fonte: O Estado de S. Paulo - edição 29/08/2015

Tem-se, desta forma, a cor vermelha expressando tanto a evolução do PIB numa perspectiva negativa, em direções sempre para baixo, quanto sendo organizado de modo a antecipar as figuras que dão existência à recessão. Só assim é possível entender por qual motivo os enunciados “Celso Ming” e “José Paulo Kupfer”, em vermelho, precedem figuras como “estgflação”, “inflação alta demais”, “atividade econômica muito ruim”, “recessão forte” etc, ainda que elas sejam grafadas na cor preta<sup>70</sup>.

Com isso, vemos o gerenciamento do vermelho para expressar traços da crise na economia. Contudo, sob uma segunda perspectiva, ele pode ser pensado na manifestação de

<sup>70</sup> O mesmo acontece no caso do enunciado “92% da arrecadação para a União”, localizado à direita da foto em destaque e cujo foco recai no tema da aprovação da CPMF. Nos demais pontos da capa com a cor vermelha, há uma diminuição de sua tonalidade e um processo de apagamento desses elementos nas extremidades do texto, região onde aparecem. O espaço que ocupam, por exemplo, são mínimos se comparados com o que vimos na Folha.

elementos que expressam a crise também numa visada política, como no caso da reta vermelha que antecede o título “Boneco de Lula causa briga” — deixando implícito mais uma vez o tema do confronto — ou no traçado de pontas levemente inclinadas para baixo, figurativizando a boca do que seria o boneco do ex-presidente na foto-destaque.

Figura 31: manejo da cor vermelha como expressão da crise política - Estádio.



Fonte: O Estado de S. Paulo - edição 29/08/2015

Feito desta forma, o traçado e a própria cor que o cria simulam um movimento oposto ao sorriso, esboçando, portanto, descontentamento ou tristeza por parte da figura que representa Lula e o governo ao qual ela se liga. Isso, sobretudo, quando temos em mente as figuras dos guardas civis — predominantemente na cor negra e sombreadas — não só mirando, mas também envolvendo o boneco em queda.

Assim, esses fatos nos ajudam a compreender de que maneira o vermelho e os sombreamentos tendem a reforçar a noção de crise, seja ela voltada para o tema da economia em recessão ou do cenário político conturbado, diante de um governo sitiado.

No caso do azul, há menos características nesta capa que nos permitam contrapô-lo ao vermelho como o fizemos antes, na medida em que ele é menos trabalhado. E uma implicação importante disso é o fato de que, trabalhar menos o azul aqui significa acentuar, de um modo ou de outro, o seu oposto. Então, se o vermelho pende para a instabilidade e o azul para a estabilidade nas capas anteriores, nesta capa a primazia daquele sobre este indica o domínio da instabilidade sobre a estabilidade — algo que é plausível se se fala de um país em crise.

Mas há algumas ponderações a serem feitas. Uma delas é que só vemos a cor azul nas extremidades da capa, fora do eixo central de figuras e recursos plásticos, onde o olho do texto se fixa. Essa cor não aparece no gráfico, mas continua aparecendo nos feixes de luz que incidem sobre a figura do carro no anúncio inferior e, sobretudo, aparecem na extremidade superior do texto, onde se destaca o nome do jornal.

O anúncio, com as mesmas dimensões que vimos na capa da Folha, aponta tanto para a hiperbolização de um desejo em superar a crise quanto para a dualidade Estabilidade vs. Instabilidade, ao jogar com o esquema luz-sombra. Quanto a isso, nenhuma mudança significativa. Entretanto, o nome do jornal na extremidade superior subverte algumas expectativas. Isso porque, ao grafar o próprio nome em azul — e não em branco ou preto como n'O Globo e na Folha — o Estadão projeta para si a axiologia sobre a qual seu discurso é arquitetado.

Nesse sentido, não interessa a neutralidade branco-preto. O que se busca efetivamente é tomar posição no embate da crise. Então, na medida em que o azul carrega traços do valor estabilidade, é nessa direção que o jornal parece seguir, se não como um agente da estabilidade, pelo menos como uma instância que a ela remete. Assim, mesmo reportando a instabilidade em sua capa, é na contramão dela que ele se situa.

Ao contrário do que se poderia pensar, todavia, essa tomada de posição — por assim dizer — não choca com o efeito de objetividade que se busca atingir a partir de uma diagramação regular e sóbria em termos de cores, formas e ordenação espacial. Segundo vimos, isso é uma constante nos três jornais. O que se percebe é que um efeito está sempre a serviço do outro. Cor, forma e organização topológica agem em conjunto, por um lado reforçando a sobriedade de um enunciador que se pretende objetivo, e — por outro — fazendo uso desse simulacro de objetividade para fincar suas próprias posições enunciativas.

#### **6.3.4 Das relações enunciator-enunciatário**

Substancialmente, portanto, o enunciator do Estadão se distancia do d'O Globo e se assemelha mais com o enunciator da Folha, num processo de convergência de vozes que marca posições enunciativas muito bem definidas. Obviamente não se nega os movimentos breantes típicos do discurso jornalístico, como o uso da terceira pessoa — por exemplo, porque são esses movimentos que, em grande parte, criam o efeito de objetividade no jornalismo. Mas é importante ressaltar que estamos falando de uma objetividade em relação ao enunciator, não ao enunciado.

Nessas capas, cada enunciado verbovisual é construído para aproximar quem lê daquilo que se lê, seja pelo manejo dos recursos gráficos em tamanhos, formas e cores distintas, seja pela escolha do léxico utilizado em cada bloco de caracteres. Isso porque cada um desses recursos projeta impactos diferentes no modo de dizer e no modo como a crise é apresentada. Nesta capa especificamente, a construção de um discurso que eleva a crise ao patamar da tragédia mobiliza tanto adjetivações quanto o uso de metáforas, mais até do que nas capas anteriores. Tomemos como exemplo o quadro a seguir:

Quadro 14: construção do léxico da crise - Estadão.

Localização na página	Trecho na capa
Manchete	“PIB <b>cai*</b> 1,9% no trimestre e Brasil entra em recessão”
Blocos de caracteres abaixo da manchete	“A economia deu <b>mais um passo para a maior recessão em 25 anos*</b> [...] crise política e impacto da Operação Lava Jato sobre o setor de construção já traça um <b>cenário pior que o de 2009*</b> , auge da crise global [...]”
Bloco de caracteres “NOTAS E INFORMAÇÕES”	<p>“<b>Tempestade à moda da casa*</b>”</p> <p>“Números do <b>desastre fiscal*</b>”</p> <p>“A economia brasileira, que já estava em <b>péssimo estado*</b> em 2014, <b>continua piorando*</b> [...]”</p> <p>“<b>Nunca antes neste país*</b> as contas do setor público tiveram resultados <b>tão ruins*</b> para o mês de julho.”</p>

Fonte: O Estado de S. Paulo - edição 29/08/2015

\*Grifo nosso

Conforme podemos ver, os enunciados verbais são construídos pela presença marcante de expressões intensificadoras (“tão ruins”, “nunca antes neste país”, “péssimo estado”...) que, além de hiperbolizar a crise, delineiam um efeito enunciativo capaz de aproximar muito mais do que distanciar, na medida em que afasta o tom puramente formal e seco do modo de dizer típico da imprensa séria. Assim, os fatos são apresentados menos como frutos de uma autonarração e mais como produtos de uma voz preocupada não só em dizer, mas também em qualificar o dito.

Então, são esses pormenores que denunciam como o sujeito da enunciação opera escolhas na modalização do seu próprio discurso, bem como gerencia pontos de vistas diferentes para o que se quer ou não perspectivar nas capas, criando efeitos de sentido específicos e assumindo posicionamentos diante do que é reportado.

#### **6.3.4.1 Ascensão de um enunciador político**

No caso do Estadão — e no da Folha também — fica claro, por exemplo, como se perspectiva o tema da Política para estabelecer uma série de dualidades que, no final das contas, apontam para uma: governo vs. oposição. E quando se diz oposição, leia-se tudo que vai de encontro ao governo.

Então, sob este ângulo, os próprios jornais se enquadrariam num segmento de contraposição, porque essa dualidade — na verdade — agencia uma noção de crise vs. não-crise. E como o governo representa a crise, ela acaba sendo a moeda de troca para fixar posicionamentos políticos disfarçados. Assim, ao que parece, vai-se de encontro ao governo por conta da crise, e não o contrário. Ou seja, no plano do enunciado, o problema mesmo é a crise, não necessariamente uma questão de governo. Mas nega-se isso no plano da enunciação, na medida em que o governo é a todo momento tomado como a própria institucionalização/personificação da crise.

Isso quer dizer que, embora inicialmente a oposição incida no governo por causa da crise, na realidade, ela incide na crise por conta do governo. Trata-se de uma mudança de ponto de vista entre um plano e outro fundamental para a compreensão da orientação discursiva nessas capas. E o que vemos é um discurso orientado não só para ser oposição, mas também para criar oposição, porque se opor à crise por conta do governo, é considerá-lo — em alguma medida — pior do que a própria crise (porque ele é a causa).

Como vimos, no caso da Folha e do Estadão, ser oposição é se colocar em um lado distinto ao da crise e isso implica uma mudança na resolução dela. Lá, a solução para a crise passa pela manifestação popular. Aqui, ela nos parece mais uma questão política. Por esse motivo talvez, a figura Michel Temer aparece mais vezes (quatro) nessa capa do que na Folha (três) e n'O Globo (uma). E mais bem distribuída também. N'O Globo, Temer é citado em um só bloco de caracteres minúsculo ao lado da foto no centro. Na Folha, já vemos essa figura ganhar maior destaque em um título abaixo da manchete. No Estadão, por sua vez, além de ocupar um bloco de caracteres ao lado da manchete (região onde fica a principal

pauta da capa), há também um bloco ao lado da foto central com referência ao vice-presidente.

Então, jogar luz sobre a figura de Temer no âmbito de uma oposição ao governo, para além de distanciá-lo da crise, é direcioná-lo para o campo do que seria uma solução possível. E isso tem um peso importante quando temos em mente a conjuntura brasileira pós-eleições de 2014, com manifestações pelo *impeachment* da presidente Dilma Rousseff em 2015, com a consumação do *impeachment* em 2016, com o início do governo de transição sob o comando de Michel Temer até as eleições presidenciais em 2018.

Assim, nota-se a assunção de um enunciador engajado politicamente e que, ao mesmo tempo, busca engajamento para suas convicções ideológicas, porque atua no sentido de direcionar o entendimento do enunciatário para as únicas possibilidades que apresenta na capa. Por um lado, é o sucesso desse direcionamento que garante a consolidação do contrato veridictório entre uma instância e outra, na medida em que — por exemplo — não basta Temer ser apresentado como uma opção para a crise política, ele precisa ser minimamente aceito como tal. Por outro, isso reforça o fato de que — para este enunciador — a resolução da crise não é só uma questão de apoio popular em manifestações, mas também uma questão de política, visto que a crise tem fundo político e parte de um segmento específico desse campo: a presidente, o seu partido e todas as demais figuras que não se contrapõe a eles.

Com isso, sugere-se uma alternativa de governo para aquele que deve sair do poder, bem como se prescreve a prisão de figuras que representem o governo a ser derrubado, como nos mostra a foto em destaque. Nela, a figura de Lula — embora associada à subisotopia do conflito — não aparece cercada por manifestantes como na Folha, mas por agentes de segurança, ao passo em que usa uniforme de presidiário cuja numeração reflete a junção dos números 13 e 171, em duas alusões intertextuais bem claras. A primeira, ao Partido dos Trabalhadores e, conseqüentemente, ao próprio governo Dilma. A segunda, ao Artigo 171 do Código Penal<sup>71</sup> brasileiro. Essa combinação numérica relaciona, portanto, uma coisa à outra. Ou seja, associa figuras tidas como operadoras da crise a práticas criminosas.

De alguma maneira, este posicionamento define o modo como se trata tais figuras no texto. Tomadas numa orientação sempre disfórica, elas até galgam muito espaço na capa, mas quase sempre segundo os olhos de terceiros, tendo pouca voz no texto. Assim como nos demais jornais, aqui a distribuição de vozes é absolutamente desigual, o que revela os

---

<sup>71</sup> **Art. 171** - Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento [...] (BRASIL, 1940)

movimentos de um enunciador que busca controlar a quem dar o direito de fala, o que merece ser falado e — por consequência — o que deve ser lido.

Se se faz, a título de exemplo, uma comparação só com os discursos diretos nesta capa, chega-se a um placar de 4x2 para enunciados construídos em contraposição ao discurso do governo e de quem é ligado a ele, e o próprio jornal entra nessa conjuntura. Se acrescentarmos os discursos indiretos, há apenas um reforço nesta tendência. Logo, o uso do discurso direto, nesse caso, nos ajuda a entender mais como o enunciador cede a palavra, de modo a consolidar um simulacro de embate entre as vozes que tira de si a responsabilidade direta sobre dito, porque o atribui a terceiros. Vejamos o quadro a seguir:

Quadro 15: distribuição de vozes na capa – Estadão.

<b>Vozes favoráveis governo</b>	<b>Figura</b>	<b>discurso direto</b>
	Dilma Rousseff	“dificuldades momentâneas” (em relação à queda do PIB)
	Lula	“se necessário” se candidatará... “para que a oposição não ganhe” (sobre as eleições de 2018)
	<b>Figura</b>	<b>Discurso direto</b>
	Interlocutores de Dilma	“desastre” (em relação à queda do PIB)
	(Michel) Temer	"Não é o momento de propor aumento de imposto, com a economia em recessão. Essa proposta não passa."

<b>Vozes em oposição ao governo</b>	Estadão <sup>72</sup>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- "A economia brasileira, que já estava em péssimo estado em 2014, continua piorando."</li> <li>- "Nunca antes neste país as contas do setor público tiveram resultados tão ruins para o mês de julho"</li> </ul>
	Delfim Netto	<ul style="list-style-type: none"> <li>- "O limite de sua tolerância" (com a presidente Dilma Rousseff)</li> <li>- "Ali eu parei. Era inútil" (sobre a medida do governo em transformar a dívida pública em superávit primário)</li> <li>- Não é mais uma contribuição. Trata-se de um imposto." (sobre a CPMF)</li> </ul>

Fonte: O Estado de S. Paulo - edição 29/08/2015 (grifo nosso).

Como vimos, este não é exatamente um episódio novo. Trata-se de um fenômeno presentes nas três capas. Para além disso, entretanto, é preciso reconhecer não só a distribuição quantitativa irregular de vozes no texto, mas o fato de que essa irregularidade também aponta para uma qualificação/sanção ora da palavra cedida ora de quem a profere. Vemos, por exemplo, que a figura Dilma — mesmo com pouco espaço de voz (via discurso direto) — até tem direito à fala, mas é sempre desqualificada em seguida, inclusive pelos seus pares. O trecho a seguir nos mostra isso nitidamente.

<sup>72</sup> Nesse caso, só mencionamos dois exemplos diretos, mas a capa toda é de responsabilidade do jornal. Mesmo nos casos dos discursos diretos, o que temos é uma simulação, porque quem agencia cada fala é o enunciador do Estadão.

A **presidente Dilma Rousseff disse** que o País passa por “**dificuldades momentâneas**”. Mas **interlocutores de Dilma consideram** o resultado um “**desastre**”. Para o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, é a corrupção e não a Lava Jato que está prejudicando a economia. (O Estado de S. Paulo - edição 29/08/2015. Grifo nosso)

Vale notar, portanto, que, na perspectiva de um enunciador que se opõe à negação da crise, esta desqualificação faz todo sentido. Primeiro porque o discurso que se prega é o discurso da crise e não o da não-crise, por assim dizer. Segundo, porque — se Dilma figurativiza o operador da instabilidade — de fato, não interessa dar-lhe crédito. Isso só atesta, portanto, como o enunciador do Estadão é um enunciador que, além de projetar discursos, também os julga, do mesmo modo como se faz em O Globo e na Folha. O que significa dizer que há algum grau de equivalência na maneira como os três jornais abordam tanto o fenômeno da crise quanto as figuras que a ela se referem no texto.

Com isso, é possível desenhar os primeiros esboços de pelo menos três conclusões importantes para chegarmos ao desfecho deste trabalho. A primeira delas é que a realidade inicial da crise é a realidade da pauta econômica. Parte-se da queda do PIB para se chegar aos pontos que verdadeiramente estão em discussão. Sendo assim, ela é muito mais um meio do que um fim.

A segunda é que — em última análise — prevalece nos três jornais um discurso de oposição. Essa oposição é a base do que chamamos de discurso da crise e ela está a serviço de pareceres políticos mesmo quando aponta para assuntos de natureza distinta, como a economia. Por trás desses pareceres, sinalizam-se os passos de enunciadores muito próximos entre si. Ainda que abordem a crise sobre pontos de vista relativamente distintos, o lugar discursivo de onde partem guarda profundas semelhanças ideológicas.

Por fim, a terceira conclusão geral é que, de maneira mais ou menos sutil, testemunhamos nessas capas a arquitetura de uma axiologia discursiva que se pretende convincentemente inegável. Por isso, pode-se questionar o tamanho da crise, mas não a sua existência. Ela pode ser mais ou menos política, mas o é de todo modo. A sua solução até varia, porém — em cada caso — pressupõe o ir de encontro às forças que a agenciam, porque a crise precisa e deve ser superada. E essa superação é a garantia de uma estabilidade que só é possível quando se eliminam os focos de instabilidade no país.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em última instância, as análises dessas capas testemunham, portanto, o que nós chamamos aqui de discurso da crise. E se é admissível nominalizar o discurso como um discurso da crise é porque essa nominalização — por assim dizer — só é razoável na medida em que expõe o modo como a crise é estruturada discursivamente para significar e — significando — para ser apresentada na condição de uma realidade inequívoca.

Sob esse ponto de vista, a questão central da pesquisa não incide sobre a mera plausibilidade de sua existência (da crise), porque os textos a evidenciam de maneira muito clara. Segundo vimos, a base comum no discurso de cada jornal é justamente o fato de que a crise existe. Assim, o cerne do estudo é, com efeito, sua arquitetura. Isso quer dizer que do esboço de uma estrutura elementar cujo foco recai na oposição Estabilidade vs. Instabilidade, ao inevitável estado de falta que a marca narrativamente e às escolhas de temas e figuras textualizadas no arranjo gráfico, o que se vê é o percurso isotópico da crise em construção nessas capas e delineado como a grande pauta a ser retratada no governo Dilma Rousseff em 2015.

Se é realmente possível falar de uma estratégia global de persuasão em textos dessa natureza, ela só pode ser compreendida, então, na medida em que tomamos esses diferentes estratos de geração de sentido no sincretismo que compõe a capa de um jornal. Isso porque, conforme exposto, é na mobilização dos recursos plásticos que os efeitos de sentido são concatenados de modo a constituir uma rede significante no texto. Nesse caso, garantindo a adesão do leitor ao discurso da crise por meio de uma leitura que aponta sempre nesta direção. Esse entendimento é importante porque, por um lado, mostra como o discurso mais do que se impor, na verdade se empenha em encontrar e criar espaços para sua aceitabilidade. E, por outro, de certo modo, sinaliza em que medida fomos ou não bem sucedidos em nossas hipóteses iniciais.

A principal, diz respeito justamente à essa estratégia global de persuasão e se confirma quando procedemos às análises, uma vez que a recorrência da crise se constitui na globalidade da articulação entre elementos distintos do texto e dos efeitos de sentido que eles suscitam. Isso indica que há um componente persuasivo no sincretismo das linguagens verbal e plástica e que, nesses termos, a articulação entre as camadas expressivas e as estruturas do conteúdo é que pode garantir algum grau de credibilidade tanto ao dito quanto à instância do dizer, conferindo à crise oficialidade ou *status* de verdade nessas capas.

Além disso, é evidente a forma como cada publicação organiza estruturas semionarrativas que participam da construção de sentido para a noção de crise no Brasil, algo que também já conjecturávamos em nossa introdução. Nos três jornais, por exemplo, não se foge de um padrão: a crise implica o estado de falta, que é disfórico porque aponta para a instabilidade e, desse estado, a narrativa se organiza, faz emergir atores ao mesmo tempo em que lhes atribui papéis.

Surgem, assim, tanto o operador da crise — o mesmo nos três casos — quanto seu antissujeito, este variando de jornal para jornal. O que, a propósito, nos traz duas questões. Primeiro, atesta-se o caráter prescritivo do discurso, visto que cada enunciador prescreve remédios diferentes para um problema em comum, de acordo com suas convicções. Segundo, apontar — em cada caso — para o mesmo problema ou o mesmo operador da crise é fortalecer, numa mão, o teor disfórico que ele ocupa diante dos fatos e, noutra, conferir urgência à necessidade de repará-lo. Com isso, a base da narrativa é o colocar-se em movimento de um sujeito que busca a estabilidade, eliminando — segundo o que lhe é prescrito — os obstáculos em seu percurso.

Em grande parte, essa é a estrutura semionarrativa base sobre a qual o discurso da crise é erigido. O estudo das três capas ratifica tal conclusão. Todavia, percebemos ainda como essas estratégias semionarrativas recebem investimentos breantes, temáticos e figurativos de modo a inscrever um fazer-creer no leitor. Neste ponto, parece residir, de fato, o caráter persuasivo de uma relação que põe em lados paralelos o enunciador-destinador e o enunciatário-destinatário. Paralelos porque não necessariamente opostos. Afinal, o discurso se acomoda no sentido da convergência axiológica entre uma instância e outra.

E essa convergência só é possível quando arquitetada na confiança. Por isso, os jornais atuam sempre, pelo menos, em duas frentes: fazendo crer no que reportam e, concomitantemente, se fazendo credíveis. As regularidades gráficas que encontramos nas análises indicam justamente a necessidade de creditar confiabilidade ao enunciador. Sob este ponto de vista é que vemos o predomínio das cores branca e preta, bem como de formas sempre retilíneas nesses textos. Em grande medida, é assim que se traça a tentativa de travestir o enunciador de uma seriedade e de uma sobriedade que incidem tanto na sua própria imagem quanto no objeto de saber a ser transmitido ao enunciatário. Se nos é permitido perspectivar como O Globo, Folha e Estadão buscam se situar no âmbito de uma imprensa séria, de maneira geral seria nesse horizonte.

Do mesmo modo, os movimentos breantes sugeridos nas capas e a figurativização dos agentes narrativos (operadores, antissujeitos...) sugestionam a proximidade com o plano

do enunciatório de tal forma a corroborar para o fazer-criar na crise. No primeiro caso, porque forja-se um fazer senti-la e, desta maneira, tonifica-se a crença na sua existência como simulacro da transposição de uma realidade puramente narrada na capa para uma experiência a ser vivida pelo leitor. No segundo, porque figurativizar é preencher semanticamente e, por consequência, isso implica algo de atribuição de valor. Portanto, ao definir e nominalizar as figuras da crise e da não-crise, os jornais valoram em termos positivos ou negativos cada voz e cada presença convocada para o discurso, o que também confirmamos nas capas analisadas.

Só assim nos é permitido apreender o motivo pelo qual o governo Dilma é tomado sob uma perspectiva sempre disfórica nesses textos. Essa figura é construída como a personificação da crise e, à vista disso, passa a ser o problema em comum a quem se opõe a ela. E aí reside o caráter talvez infalível do discurso, porque ele é arquitetado de modo que não há como não se opor à crise. Isso indica que, independentemente do que se prescreve nas capas, a solução para ela passa, de fato, pela substituição de quem está no poder. Dilma deve, portanto, sair para a crise ser superada. Pelo que se constatou essa é uma consideração padrão nos três jornais.

No caso d'O Globo tal posicionamento fica menos nítido do que na Folha e no Estadão, porque a pauta política é camuflada na crise de cunho econômico. Nesta capa, figuras como PT é que são associadas diretamente à crise, mas tem-se, diante disso, apenas um jogo de implicação, porque o grande lance dos três jornais é construir uma rede de figuras que se tangenciam, de modo que uma aponta para a outra. Só assim podemos entender a razão pela qual PT, Planalto, Executivo e Governo, por exemplo, são figuras que — de alguma forma — redimensionam Dilma em cada capa.

A problemática, todavia, é que, desta mesma forma, projeta-se também redes figurativas em contraposição às figuras da crise. Se n'O Globo essa rede desemboca no empresariado — sujeito da estabilidade — na Folha e no Estadão vemos escolhas menos implícitas e mais politicamente marcadas. Por isso, naquele, o antissujeito da crise é a população que sai às ruas contra o governo, enquanto neste há um processo de diluição do operador da não-crise, por assim dizer, em atores que simplesmente representem oposição a esse governo. E quando fala-se governo, leia-se Dilma.

Desta forma, as análises acabam por denunciar como os enunciadores se posicionam em termos ideológicos e, ao fim e a cabo, como O Globo, Folha e Estadão, de maneira sutil e inteligente, constroem seu argumento de oposição política, na medida em que também se projetam do lado oposto ao da crise e, por conseguinte, ao de Dilma. Isso sem

necessariamente ferir a imagem que sustentam de instâncias objetivas na lida dos fatos e comprometidas com o país.

Assim, dimensiona-se não só o fazer-crer na crise — revelado em cada escolha argumentativa no encadeamento verbovisual do texto — mas igualmente os investimentos ideológicos realizados pelas publicações no processo de textualização dessas escolhas no jogo sincrético da capa. Afinal de contas, o discurso do Brasil em crise se constrói deste modo.

Há, entretanto, uma ressalva importante a ser feita aqui. Se na introdução deste trabalho partia-se do princípio de que a crise era de ordem econômica, a essa altura fica clara a natureza variável e, de certo modo, gradativa em que ela nos é apresentada capa à capa. Com seus mais e menos, o discurso nos três jornais é orientado entre os temas da Economia e da Política, notabilizando um e/ou outro em função do que se quer colocar em perspectiva. A questão, a partir daí, é que colocar em perspectiva, nesses termos, implica o que se quer (sobre)dizer e — com isso — evidencia-se a crise sob prismas diferentes, de acordo com as escolhas tomadas pelo(s) enunciador(es).

Por essa razão, a crise pode ser retratada sob o crivo mais econômico, como propõe O Globo, num nítido simulacro não só de objetividade, mas também de imparcialidade ideológica, na medida em que se camufla o enunciador no próprio dito, simulando uma crise que é apresentada tal qual ela é (ou deve ser apreendida). Ou a vemos sendo projetada no que seria um estágio próximo ao intermediário, de acordo com a Folha de S. Paulo, onde os temas em destaque no centro orbital se completam numa relação quase simbiótica, acusando um enunciador que usa a pauta econômica para firmar posição política. Enquanto isso, no Estadão já se parte para o extremo oposto. Segundo vimos, ali, o enunciador é objetivamente parcial, porque parte do princípio de que a crise é política e, sendo política, potencializa sua autoridade "cidadã" — digamos assim — para prescrever o que é razoável ou não na resolução do problema que ela representa.

De um jeito ou de outro, o que se percebe — portanto — é um discurso de movimento pendular, que ora afasta e ora aproxima a pauta econômica de um fundo político a serviço do enunciador. A maneira como isso acontece varia, mas não deixa de apontar para uma constante no conjunto das três capas: a assunção de enunciadores muito próximos ideologicamente. E, nesse sentido, as análises denunciam jornais que partilham praticamente o mesmo universo axiológico em termos de pauta política ou de pauta político-econômica no Brasil.

É claro que isso nos leva a uma série de questões que só um trabalho não daria conta de abarcar, porque — a partir daí — seria possível traçar um debate ainda mais extenso

sobre, por exemplo, o modo como cada jornal equilibra um *ethos* ou uma identidade política em suas capas, ao mesmo tempo que tenta estabilizar um discurso de imparcialidade.

Além disso, se lidamos com enunciadores semelhantes em termos de ser no mundo e de ver o mundo, é de se supor que a análise sobre a arquitetura do discurso da crise e o próprio discurso da crise — nesse caso — estariam sujeitos a apenas uma orientação possível dentre outras. Então, qualquer consideração que se pretenda final diante disso sofre algumas coerções e limitações impostas pelo próprio trabalho de pesquisa, tendo em vista as tantas variáveis em jogo. Partir deste ponto é, antes de mais nada, reconhecer o potencial de caminhos a serem explorados que as conclusões nos deixam. E, sendo assim, demonstra-se a necessidade de outras pesquisas nesta direção.

Muito embora a delimitação do *corpus* tenha buscado atender satisfatoriamente as discussões e se baseado numa seleção metodológica rigorosa, não se pode negar que três capas são apenas uma pequena amostra de um conjunto maior de publicações ainda por investigar, com orientações enunciativas semelhantes ou absolutamente distintas. Isso na abordagem de temas com implicações que vão desde a recessão em 2015 até as eleições presidenciais em 2018.

Logo, há muito a ser acrescentado. Sobretudo quando temos em mente, como já alertamos, o fato de que — ao jogar luz sobre objetos desta natureza — essas análises nos ajudam a compreender não só o papel dos meios de comunicação diante da emergência, da amplificação ou do julgamento de discursos, mas também da maneira como eles são construídos para nos impactar de algum modo.

Foi isso que nos permitiu aqui dimensionar em que medida se institui e se vislumbra a crise no governo Dilma como simulacro de uma realidade que ultrapassa o limite da capa do jornal para afetar o leitor. Neste ponto, este estudo pelo menos buscou ser bem sucedido em seu intento, mas — de fato — ele é apenas o prelúdio de outros ainda por vir.

## REFERÊNCIAS

- ALEXANDRE, Diego. **O golpe de 1964 nas capas de revistas semanais de comunicação: Carta Capital, Veja, época e IstoÉ.** Revista Memento, v. 7, n. 1, 2016. Disponível em <<http://revistas.unincor.br/index.php/memento/article/view/2996>> Acesso: 02 jun. de 2016.
- BARROS, Diana. **Estudos do discurso.** In: FIORIN, J. L. (org.). Introdução à lingüística II (princípios de análise). São Paulo: Contexto, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Uma reflexão semiótica sobre a "exterioridade" discursiva.** Revista Alfa. v. 53, n. 2, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Teoria do discurso: Fundamentos semióticos.** 3. ed. – São Paulo : Humanitas / FLLCH / USP, 2001, 172p.
- \_\_\_\_\_. **Teoria semiótica do texto.** São Paulo, Editora Ática, 2005.
- BEIVIDAS, Waldir. **O lugar do sincretismo nas linguagens multicódigas.** Cadernos de Semiótica Aplicada, v. 10, n. 2, 2012.
- \_\_\_\_\_. **Semióticas Sincréticas.** Edição *on line*. Departamento Nacional do Livro, Agência Brasileira do ISBN, 2006. Disponível em <[http://www.fflch.usp.br/dl/semiotica/public/bevidas\\_semoticassincreticas.pdf](http://www.fflch.usp.br/dl/semiotica/public/bevidas_semoticassincreticas.pdf)> Acesso: 02 jun. de 2016.
- BERTONI, Claudia. **Jornalismo regional e agenda setting: a construção da imagem da Sabesp por meio da hipótese do agendamento.** 86 f. Dissertação de Mestrado. Universidade de Marília. Marília, SP. 2006.
- BERTRAND, Denis. **Caminhos da semiótica literária.** Bauru, SP: EDUSP, 2003.
- BERTRAND; ESTAY STANGE. Reflexões sobre a perspectiva gerativa em semiótica. In: CORTINA, A.; SILVA, F. M. da (Org.). **Semiótica e Comunicação: estudos sobre textos sincréticos.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p.13-23. (Série Trilhas Lingüísticas, n.25).
- BOURDIEU, P. **Sobre a televisão.** Tradução: Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro, Zahar, 1997.
- BRASIL. **Código penal.** Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1940. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm)> Acesso em 04 de abr. 2017.
- CABRAL, Suzy Anne. **A construção de identidades em capas de revista: uma investigação semiótica do pleito eleitoral de 2010 para presidente.** 87 f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Faculdade de Letras da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2013.
- CAETANO, Kati Eliana; TAVARES, Frederico de Mello B. De la roja a el rojo: bricolagens e sincretismos em jornais espanhóis. In: CORTINA, A.; SILVA, F. M. da (Org.). **Semiótica e**

**Comunicação:** estudos sobre textos sincréticos. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p.113-141. (Série Trilhas Lingüísticas, n.25).

CARMO Jr. Estratégias enunciativas na produção do texto verbovisual. In: OLIVEIRA, A. C. de; TEIXEIRA, L. (Org.). **Linguagens na comunicação: desenvolvimentos da semiótica sincrética**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2009. p.15-40.

CORTINA, A.; SILVA, F. Semiótica e Comunicação: Apresentação. In: CORTINA, A.; SILVA, F. M. da (Org.). **Semiótica e Comunicação:** estudos sobre textos sincréticos. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p.07-13. (Série Trilhas Lingüísticas, n.25).

CRESTANI, Luciana. Sincretismo de linguagens e efeitos de sentido no jornalismo on-line. **Revista Desenredo** v. 10, n. 2, 2014. Disponível em <<http://www.upf.br/seer/index.php/rd/article/view/4434>> Acesso em 23 fev. de 2016.

DISCINI, Norma. História em quadrinhos: um enunciado sincrético. In: OLIVEIRA, A. C. de; TEIXEIRA, L. (Org.). **Linguagens na comunicação: desenvolvimentos da semiótica sincrética**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2009. p.41-78.

\_\_\_\_\_. **O estilo nos textos: história em quadrinhos, mídia, literatura**. São Paulo, Contexto, 2003.

\_\_\_\_\_. Ethos e Estilo. In **Estilo, éthos e enunciação**. Eliane Soares de Lima, Ana Elvira Luciano Gebara, Thayse Figueira Guimarães, organizadores. [Franca, SP]: Unifran, 2016.

DOMINGOS, Adenil. **A linguagem informativa sincrética do jornal impresso**. XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Campo Grande – MS, 2001. Disponível em <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2001/papers/NP2DOMINGOS.PDF>> Acesso em 03 de nov. 2016.

\_\_\_\_\_. **A desmontagem do texto sincrético**. Revista Estudos Linguísticos, edição XXXII, 2003. Disponível em <<http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/volumes/32/htm/acomunic.htm>> Acesso em: 20 abr. 2016.

\_\_\_\_\_. **A linguagem informativa do jornal impresso**. In XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2001, Campo Grande - MS, Anais. Disponível em <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/18784804950354398333725939156588476753.pdf>> Acesso em: 24 jun. 2016.

DUARTE, Elizabeth. A televisão se dá ao tom. In: CORTINA, A.; SILVA, F. M. da (Org.). **Semiótica e Comunicação:** estudos sobre textos sincréticos. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p.51-93. (Série Trilhas Lingüísticas, n.25).

ENTMAN, Robert. **Framing: toward clarification of a fractured paradigm**. In: Journal of Communication, v. 43, Issue 4, p. 51-58, 1993.

FELICÍSSIMO, Manuella. **A imagem encantada: uma análise da persuasão a partir da leitura do plano de expressão da capa da revista Veja**. São Paulo, V. 8, n. 2, 2012.

Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/esse/article/view/49518/53773>> Acesso: 25 mar. 2016.

FIORIN, José Luiz. **Elementos de Análise do Discurso**. 15. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

\_\_\_\_\_. **Em busca do sentido: estudos discursivos**. São Paulo: Contexto, 2008.

\_\_\_\_\_. Para uma definição das linguagens sincréticas. In: OLIVEIRA, A. C. de; TEIXEIRA, L. (Org.). **Linguagens na comunicação: desenvolvimentos da semiótica sincrética**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2009. p.15-40.

\_\_\_\_\_. **Linguagem e ideologia**. 6. ed, São Paulo: Ática, 1998.

\_\_\_\_\_. **Três questões sobre a relação entre expressão e conteúdo**. Itinerários, Araraquara, n. especial, p. 77-89, 2003.

\_\_\_\_\_. Enunciação e Comunicação. In **Comunicação e Análise do Discurso**. São Paulo. Editora Contexto, 2012.

FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. **Para entender o texto**. Leitura e redação. 16. ed. São Paulo: Ática, 2003.

FLOCH, Jean M. **Semiótica plástica e linguagem publicitária**: Análise de um anúncio de campanha de lançamento do cigarro “ News”. Revista Significação, n. 6, 1987. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/significacao/article/view/90495/93268>> Acesso em 26 de abril de 2016.

FONTANILLE, Jacques. Práticas semióticas: imanência e pertinência, eficiência e otimização. In: Diniz, Maria Lúcia Vissoto Paiva; Portela, Jean Cristtus (org.). **Semiótica e mídia: textos, práticas, estratégias**. Tradução de Maria Lúcia Vissoto Paiva Diniz et alii. Bauru: Unesp/Faac, p. 15-74, 2008.

\_\_\_\_\_. **Semiótica do Discurso**. Tradução de Jean Cristtus Portela. São Paulo, Contexto, 2012.

FONTANILLE, J; ZILBERBERG, C. **Tensão e significação**. Trad. Ivã Carlos Lopes, Luiz Tatit e Waldir Bevidas. São Paulo: Discurso Editorial: Humanitas, 2001.

GOMES, Regina. O sincretismo de linguagens em poesias eletrônicas. In: CORTINA, A.; SILVA, F. M. da (Org.). **Semiótica e Comunicação: estudos sobre textos sincréticos**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p.201-231. (Série Trilhas Lingüísticas, n.25).

GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. **Dicionário de semiótica**. Tradução de Alceu Dias Lima et alii. São Paulo, Cultrix, 1979.

\_\_\_\_\_. **Sémiotique. Dictionnaire raisonné de la théorie du langage II**. 1re édition. Paris: Hachette, 1986, 270 p.

GREIMAS, Algirdas Julien. **Semântica estrutural**. Tradução de H. Osakape e I. Blikstein. São Paulo: Cultrix/EdUSP, 1973.

\_\_\_\_\_. Semiótica figurativa e semiótica plástica. In: OLIVEIRA, A.C. de **Semiótica plástica**. São Paulo: Hacker, [1978] 2004, p. 75-96.

\_\_\_\_\_. **Sobre o Sentido I**: Ensaio Semiótico. Rio de Janeiro: Vozes, 1975 [Greimas, A. J. Du sens I. Essais Sémiotiques. Paris: Seuil, 1970].

\_\_\_\_\_. **Sobre o Sentido II**: Ensaio Semiótico. Trad. Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: EDUSP/Nankin, 2014 [Greimas, A. J. Du sens II. Essais sémiotiques. Paris: Seuil, 1983].

HJELMSLEV, Louis. **Prolegômenos a uma teoria da linguagem**. São Paulo, Editora Perspectiva, 1975.

HERNANDES, Nilton. **A revista Veja e o discurso do emprego na globalização**. Salvador: Editora EDUFBA, 2004.

\_\_\_\_\_. **A mídia e seus truques: o que jornal, revista, TV, rádio e internet fazem para captar e manter a atenção do público**. São Paulo, Editora Contexto, 2006.

LAGE, Nilson. **A bolha ideológica e o destino do jornalismo**. ALCEU - v.2 - n.3 - p. 40 a 53 - jul./dez. 2001

\_\_\_\_\_. **Ideologia e técnica da notícia**. Florianópolis: UFSC - Insular, 2001.

LAGE, N. **Linguagem jornalística**. São Paulo: Ática, 1993.

LANDOWSKI, Eric. **Interações arriscadas**. trad. Luiza Helena Oliveira da Silva. São Paulo: Estação das Letras e Cores: Centro de Pesquisas Sociosemióticas, 2014.

LEMONS, Carolina. A Linearidade entre Estrutura e Manifestação. In: **Cadernos de historiografia linguística do CEDOCH** [livro eletrônico] : Por ocasião do centenário do Curso de Linguística Geral (1916) / organizadoras do volume: Cristina Altman, Lygia Testa-Torelli -- São Paulo : FFLCH/USP, 2017.

LIMA, Eliane. **O texto e seus entornos: a geração do sentido e os níveis de pertinência na proposta de Jacques Fontanille**. Estudos Semióticos, vol. 6, no 1 p. 10 –17, 2010. Disponível em, <file:///C:/Users/User/Downloads/Dialnet-OTextoESeusEntornos-5762265%20(1).pdf> Acesso em 23 de fev. 2017.

MACEDO, Marcelo. **Semiótica plástica na análise de cartazes de cinema: metaforização de estigmas sociais em cartazes de filmes brasileiros**. 70 f. Monografia. Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

MAROCCO, Beatriz. **A zona de sombra dos conceitos de agenda-setting e gatekeeper**. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Rio de Janeiro. Anais, 2005. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/navegacaoDetalhe.php?id=43822>> Acesso em 12 jan de 2016.

MENDES, Conrado. **A expressão e o conteúdo da fala do Jornal Nacional**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras. 2009. 223 f.

MENDES, C.; SANTOS, M.; COELHO, P. **Estratégias de enunciação sincrética: uma análise comparativa**. Estudos Semióticos, V. 6, n. 1, 2010, p. 26-34. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dl/semiótica/es/eSSe61/2010esse61-cmmendes.pdf>> Acesso em 22 fev de 2016.

MENDES, Conrado Moreira. **Semiótica e mídia: uma abordagem tensiva do fait divers**. 2013. 282 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2013.

MORAES, Suany. **O caso Richthofen na revista Veja: uma análise semiótica de um texto sincrético**. Cadernos de Semiótica, São Paulo, Vol.6 n.2, Dez. 2008. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/casa/article/view/1201>> Acesso em 15 jun de 2016.

MOURA, Jonathan. **Capas do jornal Meia-Hora: uma análise discursiva do verbal e do não verbal**. 88 f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Faculdade de Letras, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2015.

PORTELA, Jean Cristtus. Semiótica midiática e níveis de pertinência. In: Diniz, Maria Lúcia Vissoto Paiva; Portela, Jean Cristtus (org.). **Semiótica e mídia: textos, práticas, estratégias**. Tradução de Maria Lúcia Vissoto Paiva Diniz et alii. Bauru: Unesp/Faac, p. 93-113, 2008.

RAMALDES, D.; PRADO, J. **The body of the power: A semiotic study of Lula's figure in the 1989 presidential campaign as portrayed in the Brazilian weekly newsmagazines Veja and Istoé**. Brazilian Journalism Research, V. 4, n°2, 2008.

REBOUÇAS, M; MESQUITA, L. **Relação entre verbal e visual na construção do discurso prescritivo na revista Capricho**. Revista Gearte, v. 2, n. 1, 2015. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/gearte/article/view/53846>> Acesso em 12 jan de 2016.

SARAIVA, José A. B. Semiótica e comunicação: dois pontos de vista complementares. In: **Linguagens. As expressões do múltiplo**. Marlete G. Mattes (Org.). Fortaleza: Premium, 2006.

\_\_\_\_\_. **A Identidade de um Percurso e o Percurso de uma Identidade: Um estudo semiótico das canções do Pessoal do Ceará**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2012. 356 p.

SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral**. 26.ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SILVA, F. M. Expressão e conteúdo: articulações do texto sincrético. In: CORTINA, A.; SILVA, F. M. da (Org.). **Semiótica e Comunicação: estudos sobre textos sincréticos**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p.231-259.

SOARES, Vinícius C. L. **Manipulação pela paz na capa do jornal Meia Hora**. Estudos Semióticos, V. 5, n. 2, São Paulo, novembro de 2009, p. 89–97. Disponível em: <<http://revistas.usp.br/esse/article/view/49251>> Acesso em 27 mar de 2016.

SORIN, N. **Le personnage référentiel comme composante de la lisibilité sémiotique**. Sémiotique appliquée, Toronto, v.1 n.2, p.123-132, 1996. Disponível em: <<http://french.chass.utoronto.ca/as-sa/ASSA-No2/Vol1.No2.Sorin.pdf>> Acesso em 29 jun de 2016.

TEIXEIRA, at al. **Linguagens na comunicação: desenvolvimentos da semiótica sincrética**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2009.

TORRES, Lyssandra Maria Costa. **A persuasão entre o fazer fazer e o fazer sentir**: os regimes de sentido em peças de catálogos de produtos Avon e Natura. 2016. 141f. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza (CE), 2016.

ZANINI, Tássia. **Ideologia e informação: as marcas linguísticas do discurso jornalístico**. II Simpósio de Comunicação, Tecnologia e Educação Cidadã – LECOTEC, 2009. Em: <http://www2.faac.unesp.br/pesquisa/lecotec/eventos/lecotec2009/anais/1235-1252ZANINI.pdf>. Acesso em: 13/12/2016

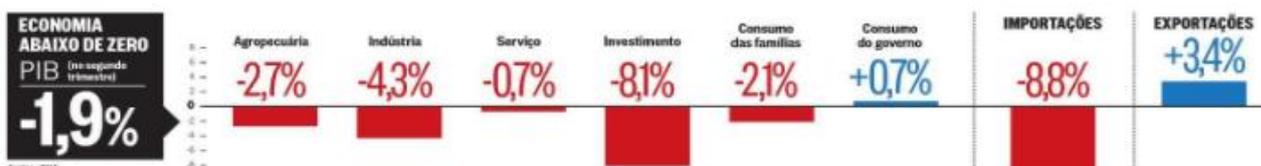
ZILBERBERG, C. Síntese da gramática tensiva. In: **Revista Significação**, n.25. São paulo: Annablume.

VIZEU, Alfredo. **A produção de sentidos no jornalismo: da teoria da enunciação à enunciação jornalística**. In Revista FAMECOS. v. 10, n. 22, 2003. Disponível em <file:///C:/Users/User/Downloads/3241-10613-1-PB.pdf> Acesso em 22 de jan. 2017.

## ANEXO A - CAPA O GLOBO - 29/08/2015.



# RECESSÃO



**PIB cai mais e só ganha de Rússia e Ucrânia**

**Consumo das famílias é o pior desde 2001**

**Investimentos e construção civil desabam**

Pelo segundo trimestre seguido, a economia brasileira encolheu e, com isso, o país entrou oficialmente em recessão. Entre abril e junho, o PIB caiu 1,9%, no pior resultado desde 2009, segundo o IBGE. O tamanho da queda foi maior do que o previsto por analistas, que, agora, já estimam que o país fechará 2015 com um tombo de até 3% no PIB. A maioria dos economistas já prevê recessão também em 2016 — desde os anos 1930, o país não sofre dois anos seguidos de queda no PIB. Quase todos os setores da economia encolheram, à exceção do governo, que ampliou seus gastos em 0,7%, e das exportações, que avançaram 3,4% com a alta do dólar. A construção civil e os investimentos caíram mais de 8%. Enquanto políticos de oposição criticaram o resultado do PIB, a equipe econômica não comentou. A presidente Dilma disse, no Ceará, que o país vai superar a crise "sem nadinha de amargura ou de ódio". Entre 35 países que já divulgaram seu PIB no segundo trimestre, o Brasil só não ficou atrás de Rússia, sob embargo, e Ucrânia, em guerra. **PÁGINAS 23 e 27**



**Sem saída.** Dono de confecção, Mauricio Herzogenhaut viu as vendas caírem e cortou 60 dos 90 funcionários. "Na crise, a roupa fica em segundo plano"

**MÍRIAM LEITÃO**  
 PT levou o país à recessão com inflação alta. **PÁGINA 24**

**JORGE BASTOS MORENO**  
 Causa da CPMF é perdida, disse Temer a Dilma. **PÁGINA 3**

**GUILHERME FIUZA**  
 Recriar a CPMF é sinal do desespero. **PÁGINA 20**

**Volta da CPMF desagrada até a governadores**

O modelo de recriação da CPMF em estudo pelo governo desagrada até a governadores, que receberiam parte do tributo. A proposta prevê que mais de 90% da arrecadação sejam destinados à União, e só 10% a estados e municípios. **PÁGINA 3**

**Governo tentará nova reforma da Previdência**

O governo planeja enviar ao Congresso nova proposta de reforma da Previdência para valer já a partir de 2016. **PÁGINA 4**

## MEC investiga ação de grevistas na UFRJ

PÁGINA 25

## Anastasia deve ter inquérito arquivado

PÁGINA 9

## Europa já recebeu 300 mil ilegais

PÁGINAS 32 e 33

## Lula admite disputar eleição em 2018

PÁGINA 8 e *Merval Pereira*

No flagrante, a ação do longo braço da lei e a reação "em sigilo de Justiça" do senador tarja preta da Lava-Jato

**ela**  
**0 melhor da decoração**  
**TENDÊNCIAS DO CASA COR**

### PROSA

## Ferreira Gullar MEMÓRIAS

Autor lança sua "Autobiografia poética" na Bienal do Livro do Rio, que começa quinta-feira.

### SEGUNDO CADERNO

## 'O Clã'

### UM NOVO RELATO

Filme de Pablo Trapero é a sensação atual do cinema argentino.



**LANÇAMENTO**  
**NEW HYUNDAI I30 2016**  
 A HYUNDAI SUPEROU TODOS OS LIMITES DO DESIGN E DA TECNOLOGIA.  
 VEJA MAIS NAS PÁGINAS 5, 6 E 7.  
**NOVAS RODAS 17"**

**NOTA RELEVANTE:** A Hyundai ultrapassou em qualidade, nos Estados Unidos, as marcas japonesa e alemã, conforme J.D. Power USA 2015.

**HYUNDAI** | NEW THINKING. NEW POSSIBILITIES.

Pedestre, use sua faixa.

Preço direto exemplar no Estado do Rio de Janeiro **R\$ 3,00** - Circulam com esta edição: Segundo Caderno, Ela e Prosa

# FOLHA DE S. PAULO

Desde 1921

★ ★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

folha.com.br

DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FRIAS FILHO

ANO 95 ★ SÁBADO, 29 DE AGOSTO DE 2015 ★ Nº 31.559

EDIÇÃO SP/DF ★ CONCLUÍDA ÀS 23H57 ★ R\$ 3,50

## PIB mergulha e recessão se alonga

**BRASIL EM CRISE** Queda de investimentos e do consumo liderou recuo de 1,9% da economia no segundo trimestre

### Índices de oferta

- ↓ -2,7 Agropecuária
- ↓ -4,3 Indústria
- ↓ -0,7 Serviços

A contração no segundo trimestre de 1,9% do PIB (medida da produção de bens e serviços no país), liderada pela queda de investimentos e consumo, foi a mais forte desde 1996. Marca dessa crise, o recuo de 8,1% nos gastos com máquinas, equipamentos e construção alongará a recessão.

Houve empobrecimento geral: empresários investiram menos e famílias cortaram o consumo, efeito da queda do emprego, do poder de compra dos salários e da confiança na economia.

A alta no saldo do comércio exterior e nos gastos do governo atenuou a queda, a pior entre países emergentes.

O IBGE também divulgou ontem (28) a revisão para baixo de dados anteriores (o do primeiro trimestre caiu de -0,2% para -0,7%). Isso ajudou a piorar a perspectiva para a atividade econômica.

As projeções de analistas para 2015 variam agora entre -2,3% e -3% —antes, elas ficavam em torno de -2%.

O governo Dilma (PT) já estava preparado para uma redução do PIB, mas ficou alarmado com a "retração sem precedentes". O Planalto avalia que é preciso recuperar "urgentemente" a confiança de empresários e consumidores. Para o senador Aécio Neves (PSDB), "o pior ainda está por vir". Mercado

### Índices de demanda

- ↓ -2,1 Consumo das famílias
- ↑ 0,7 Consumo do governo
- ↓ -8,1 Investimentos

### Variação média anual do PIB por mandato

Em %



### Para delegados, PM prejudicou as provas da chacina em SP

Porta-voz dos delegados da Polícia Civil de São Paulo, Maria Aparecida Pansonato Pinheiro diz que provas da chacina que deixou 19 mortos em São Paulo foram comprometidas após "atropelo" da Polícia Militar, expondo um racha na investigação.

O Tribunal Militar atendeu pedidos da PM para realizar mandados de busca e apreensão contra 19 suspeitos. A iniciativa irritou membros da força-tarefa a cargo da apuração. **Cotidiano B1**

### Temer nega apoio a Dilma na CPMF

Em conversa dura com a presidente Dilma (PT), o vice Michel Temer (PMDB) negou ontem apoio à proposta do governo de resgatar a CPMF, extinta em 2007.

A **Folha** apurou que aliados classificaram o contato, por telefone, de primeiro embate direto entre ambos. Até então, mantinham relação distante, porém cordial.

Irritado por saber pelos jornais da ideia do Executivo de recriar o tributo sobre operações financeiras, Temer criticou a proposta e disse que o Congresso não a aprovará.

Com a receita em queda, o Planalto vê na CPMF a alternativa para equilibrar as contas em 2016. Lideranças políticas e empresariais já se posicionaram contra. **Poder A4**

### Orçamento do ano que vem tem rombo de R\$ 130 bilhões

O Executivo recalculou a expectativa de crescimento do PIB em 2016 para abaixo de 0,5%, o que afetou a sua programação financeira.

Segundo o relator do Orçamento, deputado Ricardo Barros (PP-PR), o rombo é de R\$ 130 bilhões em relação ao que foi previsto em abril.

Com a piora na perspectiva da economia, o governo cortou R\$ 60 bilhões na estimativa de receitas, e as despesas obrigatórias subiram R\$ 80 bilhões. **Mercado A28**



Zanone Fraissat/Folhapress

**LUÍS FRANCISCO CARVALHO Fº**  
**Letalidade da polícia é acirrada pela cultura local do confronto**

Cotidiano B2

**ciência 89**

Com pasto melhor, gado poderia ser abatido antes e ajudar o clima

**The New York Times** pág. 1

Dez anos após o furacão Katrina, Nova Orleans ainda está insegura



» **OPERAÇÃO PIXULECO** Um boneco inflável de Lula vestido de presidiário foi rasgado no centro de SP, gerando confusão entre apoiadores e opositores do PT; o ex-presidente disse que, "se for necessário", será candidato em 2018 Poder A10 e A11

**DEMÉTRIO MAGNOLI**

**Imigração não é a maior ameaça às nações europeias**

*A população da Europa envelhece, e numa sociedade gerontocrática a aposentadoria escraviza o trabalho, a pensão cerceia a educação, a tradição cancela a inovação, o futuro capitula face ao passado. O "governo dos idosos", não a "invasão dos bárbaros", é a verdadeira ameaça às nações europeias. Poder A11*

**FALE COM A FOLHA**

Veja como entrar em contato com o serviço ao assinante, as editorias e a ombudsman [fale.folha.com.br](http://fale.folha.com.br)

**CIRCULAÇÃO**  
 329.271/dia (impressos + digitais)  
**AUDIÊNCIA**  
 29.673.760 visitantes (micos/mês)



**ILUSTRADA**  
 Biografia revê a trajetória e as contradições de Simón Bolívar **C7**

**FOLHINHA**  
 Crianças invadem a cozinha em programas de TV e na internet **Pág. 2**



Sarah Domingues, 5

**guia** LIVROS DISCOS FILMES  
 "Salões de Paris" reúne crônicas inéditas do escritor Marcel Proust **Pág. 5**

**EDITORIAIS** Opinião A2

Leia "Cada vez mais grave", acerca de PIB do 2º trimestre, e "Traumas herdados", sobre papel da epigenética na transmissão de características.

**ATMOSFERA** Cotidiano B2

Temperatura sobe e não chove  
 Mínima 11°C Máxima 26°C

Pedestre, use sua faixa.

NOVAS RODAS 17"

**LANÇAMENTO**  
**NEW HYUNDAI i30 2016**

A HYUNDAI SUPEROU TODOS OS LIMITES DO DESIGN E DA TECNOLOGIA.

VEJA MAIS NAS PÁGINAS 5, 6 E 7.

CONSULTE OPÇÕES NO SITE

NEW THINKING.  
 NEW POSSIBILITIES.

**NOTA RELEVANTE:** A Hyundai ultrapassou em qualidade, nos Estados Unidos, as marcas japonesas e alemãs, conforme J.D. Power USA 2015.

**LOJAS ABERTAS AOS DOMINGOS.**

# O ESTADO DE CADA DIA

29 DE AGOSTO DE 2015 R\$ 4,00 ANO 135 Nº 44510 EDIÇÃO DE 21H30 [estadão.com.br](http://estadão.com.br)

FUNDADO EM 1875

SAB

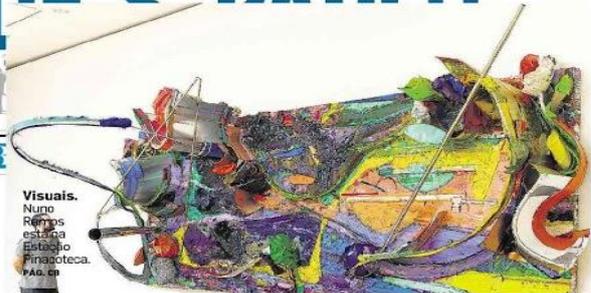
**Caderno 2**  
Vida no Gulag  
Obra-prima de  
Varlam Chalámov  
é lançada no Brasil



**Cinema.**  
Os cem  
anos da  
estrela  
Ingrid  
Bergman.  
PÁG. C8



**Visuais.**  
Nuno  
Reis  
estampa  
Estação  
Finafoteca.  
PÁG. C9



## PIB cai 1,9% no trimestre e Brasil entra em recessão

Queda no semestre é de 2,1% e mercado revê projeções para pior; fontes do governo falam em 'desastre'

A economia deu mais um passo para a maior recessão em 25 anos. A combinação de ajuste fiscal — com cortes de gastos, alta de juros e reajuste de preços administrados —, crise política e impacto da Operação Lava Jato sobre o setor de construção já traça um cenário pior que o de 2009,uge da crise global. O PIB encolheu 1,9% no segundo trimestre em relação ao anterior e 2,1% no semestre, em comparação à primeira metade de 2014. Com isso, o Brasil en-

trou oficialmente em recessão e analistas reaviam para pior seus cálculos para o ano. A estimativa para 2015 é de uma redução do PIB em torno de 2,5%. A presidente Dilma Rousseff disse que o País passa por "dificuldades momentâneas". Mas interlocutores de Dilma consideram o resultado um "desastre". Para o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, é a corrupção e não a Lava Jato que está prejudicando a economia. **ECONOMIA / PÁGS. B1 e B6**

● **Celso Ming**  
Brasil vive estagnação com agravante de que atividade econômica não é só ruim, mas muito ruim, e inflação não é apenas alta, mas alta demais. **PÁG. B2**

● **José Paulo Kupfer**  
A recessão forte em curso significa que há um ajuste em marcha. Já é possível encontrar sinais de redução no ritmo de queda da atividade. **PÁG. B3**



## Temer nega apoio a plano de Dilma de recriar CPMF

Menos de uma semana após deixar a função de articulador político, o vice-presidente Michel Temer negou pedido da presidente Dilma Rousseff para defender no Congresso a aprovação da nova CPMF. "Não é momento de propormoento de imposto, com a economia em recessão. Essa proposta não passa", avisou. Diante da insistência da presidente, ele sugeriu a Dilma fazer "pessoalmente" os contatos. Anoteemos. Temer se prontificou a levar críticas do empresariado a Dilma. No Senado, integrantes de PMDB e PT veem a nova CPMF como risco à aproximação de Planalto com a Casa. **POLÍTICA / PÁG. A4**

● **92% da arrecadação para União**  
Se aprovada, a nova CPMF terá 92% da arrecadação repassada à União. A alíquota de 0,38% será dividida em 0,35 ponto percentual para a União, 0,02 pp para os Estados e 0,01 pp para os municípios. **ECONOMIA / PÁG. B9**

**DIRETO DA FONTE**  
N o jantar com empresários e Michel Temer, Paulo Skaf foi praticamente o único a atacar a CPMF. Para os demais, o tributo não ressurgirá. **CADERNO 2 / PÁG. C2**

## Delfim diz que manobra o fez desistir do governo Dilma

O ex-ministro Delfim Netto disse ontem em um congresso que o "limite de sua tolerância" com a presidente Dilma Rousseff foi quando o governo transformou a dívida pública em superávit primário: "Ali eu parei. Era inútil!". O economista afirmou acreditar que se o governo está disposto a enviar a proposta que resgata a CPMF, é porque existe arranjo para aprová-la. "Não é mais uma contribuição. Trata-se de um imposto", disse. **ECONOMIA / PÁG. B10**

## Boneco de Lula causa briga

Após passar pela Ponte Estaiada, o boneco inflável que faz alusão ao ex-presidente Lula provocou briga entre manifestantes contra e pró-governo e foi furado no Viaduto do Chá. A uma rádio de Minas, Lula disse que, "se necessário", se candidatará em 2018 "para que a oposição não ganhe". **POLÍTICA / PÁG. A8**



## Conta de Dirceu tem rombo de 80%

Laudo da PF aponta que, dos R\$ 4 milhões que José Dirceu declarou ter obtido com serviços de consultoria, apenas R\$ 1 milhão passou por suas contas. **POLÍTICA / PÁG. A9**

## Janot: não há prova contra Anastasia

O procurador Rodrigo Janot pediu arquivamento de inquérito que investigava se o senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) se beneficiou de corrupção na Petrobras. **POLÍTICA / PÁG. A12**

## STF mantém quebra de sigilo de Del Nero

**ESPORTES / PÁG. A30**

## Barreira ajuda tráfico de imigrantes, diz ONU

**INTERNACIONAL / PÁG. A14**

## Prefeitura retoma operação urbana

A Prefeitura lançou minuta de operação urbana para requalificar Cambuci, Mooca, Ipiranga e Vilas Carioca e Prudente. Proposta é liberar 6 milhões de m². **METRÓPOLE / PÁG. A20**

**ADRIANA CARRANCA**  
**Memória curta**  
A diferença entre ondas migratórias passadas e a de agora é que não há mais terras disponíveis nem emprego. Solução está nos países de origem. **INTERNACIONAL / PÁG. A15**

**MARCELO RUBENS FAIVA**  
**O brasileiro pilantra**  
Por mais linda, carivante e moderna, Andrey "Holly" Hepburn é mulher ultrapassada. Já o brasileiro com problemas com contador e polícia... **CADERNO 2 / PÁG. C6**

**Tempo em SP**  
26' Máx. 11' Mín.  
Frio de manhã  
Pág. A22

**MISTO**  
Fidelidade e respeito às regras  
PFCF 21132558

ISSN - 1516-2303  
0 711515 230317

**NOTAS & INFORMAÇÕES**  
**Tempestade à moda da casa**  
A economia brasileira, que já estava em péssimo estado em 2014, continua piorando. **PÁG. A3**

**Números do desastre fiscal**  
Nunca antes neste país as contas do setor público tiveram resultados tão ruins para o mês de julho. **PÁG. A3**

**LANÇAMENTO**

**NEW HYUNDAI i30 2016**

A HYUNDAI SUPEROU TODOS OS LIMITES DO DESIGN E DA TECNOLOGIA.

VEJA MAIS NAS PÁGINAS 5, 6 E 7.

**LOJAS ABERTAS AOS DOMINGOS**

Garantia 5 ANOS ou 100.000 km

NOTA RELEVANTE: A Hyundai ultrapassou em qualidade, nos Estados Unidos, as marcas japonesas e alemãs, conforme J.D. Power USA 2015.